

---N.º 13/2025 ATA DA REUNIÃO ORDINÁRIA DE SEIS DE DEZEMBRO DE DOIS MIL E VINTE E CINCO.-----

---Aos seis dias do mês de dezembro de dois mil e vinte e cinco, nesta cidade de Vila Nova de Famalicão, reuniu ordinariamente, para continuação da reunião de cinco de dezembro, no seu Salão Nobre, a Assembleia Municipal deste concelho, com a seguinte:

-----ORDEM DE TRABALHOS-----

---TERCEIRO PONTO - DISCUSSÃO E VOTAÇÃO DA PROPOSTA DA CÂMARA MUNICIPAL PARA AUTORIZAÇÃO DA CELEBRAÇÃO DO CONTRATO E APROVAÇÃO DAS CONDIÇÕES GERAIS DO RELATÓRIO FINAL DAS PROPOSTAS E DA MINUTA DO CONTRATO E ADJUDICAÇÃO REFERENTE AO CONCURSO PÚBLICO - ARRENDAMENTO/CONCESSÃO DE EXPLORAÇÃO DE ESTABELECIMENTO DE SNACK-BAR DA BIBLIOTECA MUNICIPAL CAMILO CASTELO BRANCO. TUDO NOS TERMOS DA RESPECTIVA PROPOSTA. (GRELHA E)-----

---QUARTO PONTO - DISCUSSÃO E VOTAÇÃO DA PROPOSTA DA CÂMARA MUNICIPAL DE APOIO ÀS FREGUESIAS NOS SEGUINTE TERMOS:-----

- QUE OS APOIOS, SENDO FINANCEIROS, TENHAM COMO LIMITE MÁXIMO O VALOR DE 150.000,00 € (CENTO E CINQUENTA MIL EUROS) POR CONTRATO DE COOPERAÇÃO E QUE, NOS RESTANTES CASOS, NOMEADAMENTE, CONTRATOS DE COMODATO, CONSTITUIÇÃO DE DIREITO DE SUPERFÍCIE OU DE DOAÇÃO DE IMÓVEIS A FAVOR DE FREGUESIAS, O VALOR DO IMÓVEL TENHA POR LIMITE O FIXADO NA ALÍNEA G), Nº 1 DO ARTIGO 33º DA LEI N.º 75/2013, DE 12 DE SETEMBRO, CONCRETAMENTE 1.000 VEZES A RETRIBUIÇÃO MÍNIMA MENSAL GARANTIDA;-----

- QUE A DELIBERAÇÃO SEJA VÁLIDA PELO PERÍODO DO ATUAL MANDATO OBRIGANDO-SE O ÓRGÃO EXECUTIVO A INFORMAR O ÓRGÃO DELIBERATIVO DO MUNICÍPIO DE TODOS OS APOIOS DADOS ÀS FREGUESIAS EM CADA REUNIÃO DO ÓRGÃO DELIBERATIVO. -----

TUDO NOS TERMOS DA RESPETIVA PROPOSTA. (GRELHA E) -----

---**QUINTO PONTO** - DISCUSSÃO E VOTAÇÃO DA PROPOSTA DA CÂMARA MUNICIPAL SOBRE A DGAL 2025 - REDISTRIBUIÇÃO DE VALORES ÀS FREGUESIAS REPOSTAS, PARA EFEITOS DE AUTORIZAÇÃO, A PRESENTE PROPOSTA DE CELEBRAÇÃO DOS AUTOS DE TRANSFERÊNCIA DE COMPETÊNCIAS, NOS TERMOS DO DISPOSTO NA ALÍNEA M) DO N.º 1 DO ARTIGO 33.º E ALÍNEA K) DO N.º 1 DO ARTIGO 25º, AMBOS DO ANEXO I DA LEI N.º 75/2013, DE 12 DE SETEMBRO, NA SUA ATUAL REDAÇÃO. TUDO NOS TERMOS DA RESPETIVA PROPOSTA. (GRELHA E) -----

---**SEXTO PONTO** - DISCUSSÃO E VOTAÇÃO DA PROPOSTA DA CÂMARA MUNICIPAL SOBRE A DGAL 2026 - REDISTRIBUIÇÃO DE VALORES ÀS FREGUESIAS REPOSTAS, PARA EFEITOS DE AUTORIZAÇÃO, A PRESENTE PROPOSTA DE CELEBRAÇÃO DOS AUTOS DE TRANSFERÊNCIA DE COMPETÊNCIAS, NOS TERMOS DO DISPOSTO NA ALÍNEA M) DO N.º 1 DO ARTIGO 33.º E ALÍNEA K) DO N.º 1 DO ARTIGO 25º, AMBOS DO ANEXO I DA LEI N.º 75/2013, DE 12 DE SETEMBRO, NA SUA ATUAL REDAÇÃO. TUDO NOS TERMOS DA RESPETIVA PROPOSTA. (GRELHA E) -----

---**SÉTIMO PONTO** - DISCUSSÃO E VOTAÇÃO DA PROPOSTA DA CÂMARA MUNICIPAL DA 4ª ALTERAÇÃO ORÇAMENTAL MODIFICATIVA (2.ª ALTERAÇÃO ORÇAMENTAL MODIFICATIVA DA RECEITA). TUDO NOS TERMOS DA RESPETIVA PROPOSTA. (GRELHA E) -----

---OITAVO PONTO - DISCUSSÃO E VOTAÇÃO DA PROPOSTA DA CÂMARA MUNICIPAL DA CADUCIDADE DE CANDIDATURAS AO ABRIGO DA OFERTA PÚBLICA DE AQUISIÇÃO DE IMÓVEIS NO ÂMBITO DO PROGRAMA 1.º DIREITO/ PLANO DE RECUPERAÇÃO E RESILIÊNCIA (PRR), INVESTIMENTO RE-C02-I01 – PROGRAMA DE APOIO AO ACESSO À HABITAÇÃO – AVISO DE PUBLICAÇÃO N.º 01/CO2-I01/2021 – COMPONENTE 02 – HABITAÇÃO. TUDO NOS TERMOS DA RESPECTIVA PROPOSTA. (GRELHA E)-----

---NONO PONTO - DISCUSSÃO E VOTAÇÃO DA PROPOSTA DA CÂMARA MUNICIPAL DE FIXAÇÃO DAS SEGUINTE TAXAS DO IMPOSTO MUNICIPAL SOBRE IMÓVEIS PARA VIGORAR NO ANO DE 2025, CUJA LIQUIDAÇÃO SERÁ EM 2026:-----

---I. - AO ABRIGO DO N.º 5 DO ARTIGO 112.º DO DECRETO-LEI N.º 287/2003, DE 12 DE NOVEMBRO, NA SUA REDAÇÃO ATUAL, APROVAR A TAXA DE 0,335% PARA OS PRÉDIOS URBANOS CONTEMPLADOS NA ALÍNEA C), N.º 1, DO ARTIGO 112.º DO MESMO DIPLOMA;-----

---II. - AO ABRIGO DO N.º 1 DO ARTIGO 112.º-A DO DECRETO-LEI N.º 287/2003, DE 12 DE NOVEMBRO, NA SUA REDAÇÃO ATUAL, APROVAR A DEDUÇÃO FIXA DE 30€, QUANDO O IMÓVEL SEJA DESTINADO A HABITAÇÃO PRÓPRIA E PERMANENTE DO SUJEITO PASSIVO OU DO SEU AGREGADO FAMILIAR, E QUE SEJA EFETIVAMENTE AFETO A TAL FIM, ESTA COINCIDA COM O RESPECTIVO DOMICÍLIO FISCAL, E ESTE TENHA 1 DEPENDENTE A SEU CARGO;-----

---III. - AO ABRIGO DO N.º 1 DO ARTIGO 112.º-A DO DECRETO-LEI N.º 287/2003, DE 12 DE NOVEMBRO, NA SUA REDAÇÃO ATUAL, APROVAR A DEDUÇÃO FIXA DE 70€, QUANDO O IMÓVEL SEJA DESTINADO A HABITAÇÃO PRÓPRIA

E PERMANENTE DO SUJEITO PASSIVO OU DO SEU AGREGADO FAMILIAR, E QUE SEJA EFETIVAMENTE AFETO A TAL FIM, ESTA COINCIDA COM O RESPETIVO DOMICÍLIO FISCAL, E ESTE TENHA 2 DEPENDENTES A SEU CARGO.-----

---IV. - AO ABRIGO DO N.º 1 DO ARTIGO 112.º-A DO DECRETO-LEI N.º 287/2003, DE 12 DE NOVEMBRO, NA SUA REDAÇÃO ATUAL, APROVAR A DEDUÇÃO FIXA DE 140€, QUANDO O IMÓVEL SEJA DESTINADO A HABITAÇÃO PRÓPRIA E PERMANENTE DO SUJEITO PASSIVO OU DO SEU AGREGADO FAMILIAR, E QUE SEJA EFETIVAMENTE AFETO A TAL FIM, ESTA COINCIDA COM O RESPETIVO DOMICÍLIO FISCAL, E ESTE TENHA 3 OU MAIS DEPENDENTES A SEU CARGO. -----

TUDO NOS TERMOS DA RESPETIVA PROPOSTA. (GRELHA E) -----

---DÉCIMO PONTO - DISCUSSÃO E VOTAÇÃO DA PROPOSTA DA CÂMARA MUNICIPAL, DE ACORDO COM A ALÍNEA C) DO ARTIGO 14.º DA LEI N.º 73/2013, DE 3 DE SETEMBRO, DAS ALÍNEAS C) E D) DO N.º 1 DO ARTIGO 25.º E DA ALÍNEA CCC) DO N.º 1 DO ARTIGO 33.º, AMBOS DO REGIME JURÍDICOS DAS AUTARQUIAS LOCAIS, APROVADO PELA LEI N.º 75/2013, DE 12 DE SETEMBRO, PARA APROVAÇÃO POR ESTE ÓRGÃO DELIBERATIVO DE: -----

---I. - LANÇAR UMA DERRAMA DE 1,2% SOBRE O LUCRO TRIBUTÁVEL SUJEITO E NÃO ISENTO DE IRC, RELATIVA AO ANO DE 2025;-----

---II. - APROVAR A RENOVAÇÃO DO REGULAMENTO DE ISENÇÃO DE DERRAMA SOBRE O IRC, PARA VIGORAR ATÉ 31 DE DEZEMBRO DE 2026, NOS TERMOS DO ARTIGO 14.º DO MESMO; -----

---III. - ISENTAR DA DERRAMA DE IRC, RELATIVA AO ANO DE 2025, OS SUJEITOS PASSIVOS COM UM VOLUME DE NEGÓCIOS NÃO SUPERIOR A

250.000,00€, NOS TERMOS DO N.º 22 DO ARTIGO 18.º DA LEI N.º 73/2013, DE 3 DE SETEMBRO, NA SUA REDAÇÃO ATUAL. -----

TUDO NOS TERMOS DA RESPETIVA PROPOSTA. (GRELHA E)-----

---DÉCIMO PRIMEIRO PONTO - DISCUSSÃO E VOTAÇÃO DA PROPOSTA DA CÂMARA MUNICIPAL, PARA APROVAÇÃO DA TAXA DE 4,5% REFERENTE À PARTICIPAÇÃO DO MUNICÍPIO NO IRS DOS SUJEITOS PASSIVOS COM DOMICÍLIO FISCAL NA CIRCUNSCRIÇÃO TERRITORIAL DO CONCELHO DE VILA NOVA DE FAMALICÃO, REFERENTE AOS RENDIMENTOS DO ANO DE 2026, DE ACORDO COM O N.º 1 DO ARTIGO 26.º DA LEI N.º 73/2013, DE 3 DE SETEMBRO, DA ALÍNEA C) DO N.º 1 DO ARTIGO 25.º E DA ALÍNEA CCC) DO N.º 1 DO ARTIGO 33.º, AMBOS DO REGIME JURÍDICOS DAS AUTARQUIAS LOCAIS, APROVADO PELA LEI N.º 75/2013, DE 12 DE SETEMBRO. TUDO NOS TERMOS DA RESPETIVA PROPOSTA. (GRELHA E)-----

---DÉCIMO SEGUNDO PONTO - DISCUSSÃO E VOTAÇÃO DA PROPOSTA DA CÂMARA MUNICIPAL DA TAXA MUNICIPAL DE DIREITOS DE PASSAGEM (TMDP) - 2026, FIXADA EM 0,25%. TUDO NOS TERMOS DA RESPETIVA PROPOSTA. (GRELHA E)-----

---DÉCIMO TERCEIRO PONTO - DISCUSSÃO E VOTAÇÃO DA PROPOSTA DA CÂMARA MUNICIPAL PARA AQUISIÇÃO DE ENERGIA ELÉTRICA EM MT, BTE E BTN PARA DIVERSAS INSTALAÇÕES MUNICIPAIS, AO ABRIGO DO “ACORDO QUADRO PARA FORNECIMENTO DE ENERGIA EM REGIME DE MERCADO LIVRE EM PORTUGAL - AQ/105/2024”, E AUTORIZAR A NECESSÁRIA E DEVIDA ASSUNÇÃO DO COMPROMISSO PLURIANUAL, PARA EFEITOS DOS N.ºS 1 E 6 DO ARTIGO 22.º DO DECRETO-LEI N.º 197/99, DE 8 DE

JUNHO E DO N.º 1 DO ARTIGO 6.º DA LEI N.º 8/2012, DE 21 DE FEVEREIRO.

TUDO NOS TERMOS DA RESPETIVA PROPOSTA. (GRELHA E) -----

---DÉCIMO QUARTO PONTO - DISCUSSÃO E VOTAÇÃO DA PROPOSTA DA CÂMARA MUNICIPAL DE DECLARAÇÃO DE RELEVANTE INTERESSE PÚBLICO MUNICIPAL REFERENTE À AMPLIAÇÃO E CONSTRUÇÃO DE EDIFÍCIOS DESTINADOS A ARMAZÉM E EXECUÇÃO DE ARRANJOS EXTERIORES, ARRUAMENTO DENTRO DOS TERRENOS DE PROPRIEDADE E A CONSTRUÇÃO DE UM VIADUTO SOBRE CAMINHO PÚBLICO, DA CONTINENTAL MABOR, INDÚSTRIA DE PNEUS, S.A. (CMIP). TUDO NOS TERMOS DA RESPETIVA PROPOSTA. (GRELHA E) -----

---DÉCIMO QUINTO PONTO - DISCUSSÃO E VOTAÇÃO DA PROPOSTA DA CÂMARA MUNICIPAL DE DECLARAÇÃO DE RELEVANTE INTERESSE PÚBLICO MUNICIPAL REFERENTE À CONSTRUÇÃO DO POLO INDUSTRIAL DO GRUPO ACA – ALBERTO COUTO ALVES, S.A. TUDO NOS TERMOS DA RESPETIVA PROPOSTA. (GRELHA E) -----

---DÉCIMO SEXTO PONTO - DISCUSSÃO E VOTAÇÃO DA PROPOSTA DA CÂMARA MUNICIPAL SOBRE AS ALTERAÇÕES AO REGULAMENTO DA REDE DE AUDITÓRIOS E ESPAÇOS CULTURAIS – FIM DO PERÍODO DA CONSULTA PÚBLICA. TUDO NOS TERMOS DA RESPETIVA PROPOSTA. (GRELHA E) -----

---DÉCIMO SÉTIMO PONTO - DISCUSSÃO E ANÁLISE DO RELATÓRIO SEMESTRAL DE AUDITORIA – MUNICÍPIO DE VILA NOVA DE FAMALICÃO. (GRELHA E) -----

---A Mesa, presidida por Manuel João Fernandes de Nascimento e secretariada por

Assembleia Municipal



Susana Patrícia da Silva Ferreira e Rui Miguel Pereira dos Santos, verificou a existência de “quórum” e assinalou as seguintes presenças e faltas: -----

---ADELINO SILVA COSTA -----

---ALEXANDRA MARIA DOS SANTOS MOREIRA -----

---ANA RAQUEL CORREIA DE CARVALHO -----

---ANTÓNIO EMÍDIO BRANDÃO PINHO-----

---ANTÓNIO FRANCISCO COSTA OLIVEIRA-----

---ANTÓNIO JOAQUIM FERREIRA DA SILVA -----

---ANTÓNIO JOAQUIM GOMES FARIA -----

---ANTÓNIO JOSÉ DINIS PEREIRA -----

---ANTÓNIO MANUEL LEITÃO MACEDO VARELA-----

---BÁRBARA DANIELA FONTES DE SÁ -----

---BRUNO JOAQUIM TORRES PINHEIRO CUNHA -----

---BRUNO MIGUEL ARANTES DOMINGUES -----

---BRUNO MIGUEL FERNANDES PEREIRA-----

---CAMILO MANUEL MAIA PINHEIRO -----

---CARLOS ALBERTO COSTA GOMES -----

---CARLOS ALBERTO VILAS BOAS CARVALHO -----

---CARLOS MANUEL MARTINS VALENTE -----

---CARMEN RODRIGUES ARAÚJO -----

---CLÁUDIA ISABEL NOGUEIRA ARAÚJO-----

---DANIELA FILIPA MACHADO TORRES -----

---DAVIDE JORGE RIBEIRO AZEVEDO SILVA -----

---DOMINGOS JOSÉ CARNEIRO FREITAS-----

---DUARTE ANTENOR SILVA VEIGA -----

Assembleia Municipal



---EDGAR LUÍS LOPES MARINHO PINTO -----
---ELSA CRISTINA SALGADO LOPES-----
---FÁTIMA SANDRA SILVA MARTINS ARAÚJO-----
---FERNANDO JORGE FERREIRA SILVA -----
---FRANCISCO AMARO CAMPOS OLIVEIRA -----
---FRANCISCO ISMAEL MONIZ CARNEIRO -----
---FRANCISCO JOSÉ NOGUEIRA GONÇALVES-----
---FRANCISCO RODRIGUES SÁ -----
---GUSTAVO HENRIQUE RAMOS DE OLIVEIRA LEMOS -----
---HUGO MIGUEL SOUSA MACHADO-----
---JAIME FRANCISCO REBELO SILVA -----
---JOÃO MIGUEL RAMALHO FONTES-----
---JOÃO PEDRO RODRIGUES DA FONSECA E CASTRO-----
---JOÃO PEDRO SAMPAIO DE ARAÚJO-----
---JOAQUIM AGOSTINHO DA SILVA FERNANDES-----
---JOAQUIM ALBERTO ROCHA FERNANDES-----**FALTA JUSTIFICADA** -----
---JOEL CRISTIANO PACHECO OLIVEIRA -----
---JORGE ANDRÉ PINHEIRO CRUZ-----
---JORGE JOAQUIM DOMINGUES DA COSTA-----
---JORGE PAULO SILVA OLIVEIRA -----
---JOSÉ JOAQUIM SOUSA GONÇALVES PEREIRA-----
---LAETITIA LOPES DA COSTA-----
---LILIANA MARIA MARQUES RIBEIRO-----
---LÚCIA ALEXANDRA ABREU DA SILVA -----
---LUÍS ANTÓNIO FERREIRA MIRANDA DA SILVA -----

Assembleia Municipal



---MANUEL AGOSTINHO RODRIGUES GOMES -----
---MANUEL BRANCO FERREIRA -----
---MANUEL JOÃO FERNANDES DE NASCIMENTO -----
---MANUEL LIMA SOARES -----
---MANUEL MARTINS DE CARVALHO -----
---MANUEL SERAFIM DA SILVA AZEVEDO -----
---MÁRCIA FILIPA RORIZ NUNES -----
---MARIA ANTÓNIA PEREIRA OLIVEIRA -----
---MARIA DE FÁTIMA SANTOS AZEVEDO -----
---MARIA ORMINDA MOREIRA MARQUES -----
---MIGUEL FIDALGO MARTINS TEIXEIRA NUNES -----
---PAULA MARIA RODRIGUES COSTA AZEVEDO -----
---PAULO ANTÓNIO VELOSO PEREIRA SILVA REIS -----
---PAULO CÉSAR GOMES CAMPOS -----
---PAULO CÉSAR GONÇALVES MARINHO PINTO -----
---PEDRO JORGE DE SOUSA SANTOS -----
---RICARDO JORGE COSTA MENDES -----
---RICARDO MIGUEL MACHADO PINTO -----
---TACIANA LUNAFLORES NOVAIS -----
---TERESA CRISTINA BARBOSA PEIXOTO -----
---ROSA ALEXANDRA DA COSTA E SÁ AREAL ----- **FALTA JUSTIFICADA** -----
---RUI JORGE FONTES COSTA -----
---RUI MANUEL MATOS DE CARVALHO -----
---RUI MARTINHO DA SILVA FARIA -----
---RUI MIGUEL PEREIRA DOS SANTOS -----

Assembleia Municipal



---SANDRA SUSANA NEVES DOS SANTOS -----

---SIDÓNIO MANUEL AMORIM RODRIGUES -----

---SUSANA PATRÍCIA DA SILVA FERREIRA -----

---TERESA ADÉLIA CAMPOS PINTO -----

---TERESA MARGARIDA FARIA CASTRO BORGES -----

---TOMÁS MANUEL DA CUNHA E SOUSA -----

---Verificado o quórum deu-se início à sessão: -----

---**O SENHOR PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL, JOÃO**

NASCIMENTO – Bom dia a todos, sem mais demoras, vamos dar continuidade à sessão.

O senhor presidente da Câmara está atrasado. Entramos no ponto três da ordem de trabalhos. -----

---**TERCEIRO PONTO - DISCUSSÃO E VOTAÇÃO DA PROPOSTA DA CÂMARA**

MUNICIPAL PARA AUTORIZAÇÃO DA CELEBRAÇÃO DO CONTRATO E

APROVAÇÃO DAS CONDIÇÕES GERAIS DO RELATÓRIO FINAL DAS

PROPOSTAS E DA MINUTA DO CONTRATO E ADJUDICAÇÃO REFERENTE AO

CONCURSO PÚBLICO - ARRENDAMENTO/CONCESSÃO DE EXPLORAÇÃO DE

ESTABELECIMENTO DE SNACK-BAR DA BIBLIOTECA MUNICIPAL CAMILO

CASTELO BRANCO. TUDO NOS TERMOS DA RESPETIVA PROPOSTA.

(GRELHA E) -----

---**O VICE-PRESIDENTE DA CÂMARA MUNICIPAL, PEDRO OLIVEIRA** - É

uma proposta, como está bem plasmada nos documentos entregues, para aprovarmos o

relatório final e adjudicarmos o concurso público de exploração do Bar da Biblioteca

Municipal Camilo Castelo Branco, uma valência que apoiará também face à localização

o Parque de Sinções. -----

---**LUÍS MIRANDA (PS)** - Dizer-vos que o ponto que aqui estamos a discutir, prende-se essencialmente com o arrendamento e concessão da exploração do Snack Bar da nossa Biblioteca Camilo Castelo Branco.-----

---O Partido Socialista votará, à semelhança daquilo que foi em deliberação tomada em sede de reunião de Câmara, com abstenção. Não obstante, queremos fazer aqui algumas considerações que entendemos por pertinentes e questionar a Câmara. -----

---Desde logo, senhor presidente de mesa, dizer-vos que em questões como estas, em pontos como estes, seria útil até para apreciarmos e refletirmos sobre a proposta que a mesma fosse acompanhada, por exemplo, do caderno de encargos e de algumas peças do procedimento para percebermos melhor o enquadramento deste procedimento concursal ao invés de recebermos só e apenas o seu relatório final. -----

---Relativamente ao assunto aqui discutido, isto prende-se com um arrendamento, uma exploração de 10 anos renovável por mais 5 anos, com uma renda mensal de 351 €. Sendo que isto foi atribuído mediante um procedimento concursal na modalidade de concurso público. Verificamos também que dos documentos que nos são remetidos, que houve apenas um só concorrente, uma empresa chamada Exumas Consulting Group, Lda., mas verificamos também que esta empresa que se predispõe a vir explorar o nosso Snack Bar na da nossa Biblioteca tem sede no concelho de Mira. Não obstante isto, esta empresa que pretende vir de Mira para cá explorar este estabelecimento, apresenta como objeto social, como CAE, código de atividade económica, atividades para consultoria, para negócios e gestão, produtos farmacêuticos, cosmética e higiene. E também verificamos que um dos critérios que qualificava a proposta economicamente mais vantajosa ou merecedora do concurso, um dos critérios prendia-se com o preço estipulado para a atribuição da renda mensal. E verificamos que este concorrente apresentou uma proposta no valor de 351 €,

sendo que o valor mínimo para ser admitido como proposta para estar qualificado era o valor de 350 €. Portanto, 1 € acima daquilo que era o mínimo legal. -----

---E perante todas estas circunstâncias aqui descritas, que nos parecem um pouco estranhas, nós questionamos, não só este executivo, mas sobretudo os famalicenses, se não acham isto um pouco estranho? E atenção, o Partido Socialista não quer com isto questionar a legalidade do procedimento, porque, é natural temos total confiança nos nossos técnicos municipais, mas não nos parece que numa economia de mercado e num modelo concorrencial concorra apenas um só concorrente com estas circunstâncias que foram aqui descritas. E depois há uma pergunta de cariz político que nós queremos colocar ao município. O nosso município arroga-se e bem de certa forma de tanto investir, de tanto qualificar, de tanto capacitar os nossos empresários, o nosso dinamismo empresarial, o nosso tecido empresarial e económico, temos o Made In, temos inúmeros apoios, incentivos, ainda recentemente galardoamos alguns dos nossos empresários e não conseguimos ter um único concorrente famalicense, uma única empresa que se predisponha a candidatar-se aos nossos concursos. -----

---Senhor presidente, o que é que nos falta?-----

---Será que o município não está devidamente a qualificar os nossos empresários? -----

---Será que os nossos empresários não são assim tão bons o suficiente para os concursos públicos da Câmara?-----

---Não podemos passar despercebido ao facto de um procedimento concursal como este fica deserto de candidatos famalicenses e venha alguém de Mira fazer aquilo que tantos empresários poderiam fazer.-----

---**O SENHOR PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL, JOÃO NASCIMENTO** - Aproveito só para deixar uma informação à Assembleia Municipal. Em conferência de líderes, foi determinado que, caso a sessão não termine hoje até à hora

Assembleia Municipal

do almoço, e veremos até que horas vamos, continuará no dia 15, segunda-feira, pelas 21 horas, mas, entretanto, com o aproximar da hora de encerramento da sessão a mesa volta a dar esta informação. -----

---**JOÃO PEDRO CASTRO (CHEGA)** – De forma muito telegráfica e um pouco na sequência do que disse o deputado Luís Miranda, ainda ontem, se bem se lembram, questionei o presidente da Câmara, Mário Passos, o porquê de a Associação Comercial não ter tido acesso aos concursos de entretenimento do Natal. E uma das razões que ele justificou foi que a Associação Comercial não tinha CAE. Ora, precisamente neste concurso, esta empresa também não tem o CAE adequado à exploração de um Bar e Snack Bar. Portanto, são dúvidas que ficam e desta forma o CHEGA vai-se abster nesta proposta. -----

---**MIGUEL FIDALGO (INICIATIVA LIBERAL)** - Este ponto diz respeito à autorização para celebrar o contrato de arrendamento para a construção do Snack Bar da Biblioteca Municipal Camilo Castelo Branco a uma empresa privada. -----

---Em primeiro lugar, quero deixar claro que, da parte da Iniciativa Liberal, o modelo é, em termos gerais, o correto. Faz sentido que a exploração de um snack bar seja feita por um operador privado que assume o investimento, o risco e a gestão diária, em vez de ser a Câmara a gerir diretamente este tipo de atividade. No entanto, o facto de concordarmos com o modelo não significa que possamos fechar os olhos a problemas concretos deste processo. -----

---O concurso teve apenas um concorrente e a renda proposta é praticamente o mínimo permitido, 351 € por mês, quando o valor base definido pelo município era 350 €. Estamos a falar de um contrato com uma duração inicial de 10 anos, com renovável por mais cinco, e um montante global de cerca de 63.000 €. -----

---Perante isto, é legítimo perguntar como foi definido esse valor base de renda, se houve ou não um estudo de mercado e se o município está, de facto, a maximizar o valor de um espaço bem localizado num dos equipamentos culturais centrais da cidade. E, depois, senhor presidente, há um problema de rigor que não pode ser ignorado, a minuta de contrato que nos é apresentada contém na nota justificativa referências a outro procedimento e a outro objeto, falando na concessão de exploração da lavandaria da Residência Universitária Vila. Ou seja, foi usada uma minuta de um contrato diferente e não foi devidamente limpa antes de vir à Assembleia Municipal. Isto é um erro de copy paste evidente e não é compatível com o nível de cuidado que se exige num contrato a esta duração e deste tipo. Um contrato que prende o município por até 15 anos, não pode ser aprovado com referências erradas a outro procedimento e a outro equipamento municipal. Isto não é um detalhe irrelevante, é um sinal de que os documentos não foram revistos com a atenção necessária.-----

---Deixo assim, portanto, três questões necessárias e muito objetivas a este executivo: -

---Se a Câmara reconhece que a minuta do contrato que nos é remetida resulta claramente da adaptação de um contrato anterior, referente à concessão de uma lavandaria e que ainda contém referências erradas e a esse procedimento e a esse objetivo? E pode garantir que antes da assinatura final será produzida uma versão corrigida com o procedimento e o objeto certos para que a assembleia não seja chamada a aprovar um contrato com este tipo de gralhas? -----

---Depois, a segunda pergunta prende-se com o valor base. Como é que foi definido este valor de 350 € de renda mensal para este espaço? Se houve algum estudo de mercado ou comparação com rendas praticadas em espaços similares no concelho de Famalicão. ---

---E a terceira é: Tendo em conta que só apareceu um concorrente, que medidas pondera a Câmara para no futuro aumentar a concorrência em concursos deste tipo e garantir

Assembleia Municipal

melhores condições para o município? E que indicadores, qualidade de serviço, horários, preços praticados, articulação com a biblioteca e com, e com utilizadores, vão ser usados para avaliar o desempenho do concessionário ao longo dos 10 mais cinco anos de contrato?-----

---O SENHOR VICE-PRESIDENTE DA CÂMARA MUNICIPAL, PEDRO OLIVEIRA - Como está evidente na proposta, trata-se de um concurso público, portanto, apresentado numa plataforma também acessível a todos os interessados para poderem concorrer.-----

---Relembro que é o segundo concurso, o primeiro tinha ficado deserto e, portanto, há aqui várias margens para os interessados poderem ter concorrido. E, portanto, sobre a clareza ou sobre aquilo que possa ser a disponibilidade para os interessados poderem-se ter candidatado, fica evidente nesta circunstância que, de facto, podia ter sido acessível a qualquer um. Refiro, concretizo, colocado na nossa plataforma de compras do município. princípio. E, portanto, em relação a isso, julgo não haver dúvidas em relação àquilo que são as intenções ou à possibilidade dos interessados, privados ou não, poderem concorrer. Se detetarmos que de facto há aqui algum problema na minuta do contrato, obviamente será corrigido. -----

---LUÍS MIRANDA (PS) - Senhor presidente, renovando os cumprimentos e de uma forma muito telegráfica, até porque o ponto e a crítica que foi feito colhe inclusive a concordância de algumas das forças da oposição mais irreverentes às vezes no tom. Dizer apenas, e já em tom de sugestão ao município, que foi uma das coisas que foi bastante frisada no dia de ontem, que a oposição deveria centrar-se no acrescento e na apresentação de propostas e não apenas de crítica.-----

---O grupo municipal do Partido Socialista não deixa de deixar aqui uma recomendação a este município, no intuito de que, de acordo com todas as medidas e de acordo com

todos os apoios que possam ajudar os nossos empresários locais, que seja inserida, por exemplo, uma ação de formação ou uma qualificação dos nossos empresários ao nível de poderem e de estarem à vontade a lidar com este tipo de contratação pública e que possam estar melhor habilitados e melhor conhecedores daquilo que são os nossos concursos públicos, de maneira que não tenhamos que no futuro entregar os nossos serviços e as nossas concessões a empresários de fora.-----

---O SENHOR PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL, JOÃO NASCIMENTO - A verificação está feita pelos secretários, por uma questão de economia de tempo, já verificaram o quórum e a relação de votos, enquanto estávamos a debater a proposta. E, portanto, se não se importarem, passamos já a isso por uma questão de apenas economia de tempo. -----

---POSTA À VOTAÇÃO A PROPOSTA DA CÂMARA MUNICIPAL PARA AUTORIZAÇÃO DA CELEBRAÇÃO DO CONTRATO E APROVAÇÃO DAS CONDIÇÕES GERAIS DO RELATÓRIO FINAL DAS PROPOSTAS E DA MINUTA DO CONTRATO E ADJUDICAÇÃO REFERENTE AO CONCURSO PÚBLICO - ARRENDAMENTO/CONCESSÃO DE EXPLORAÇÃO DE ESTABELECIMENTO DE SNACK-BAR DA BIBLIOTECA MUNICIPAL CAMILO CASTELO BRANCO. TUDO NOS TERMOS DA RESPETIVA PROPOSTA, FOI A MESMA APROVADA POR MAIORIA, COM OS VOTOS A FAVOR DO PSD, DO CDS, DA CDU E DOS SENHORES PRESIDENTES DE JUNTA INDEPENDENTES E A ABSTENÇÃO DO PS, DO CHEGA E DA INICIATIVA LIBERAL. -----

---QUARTO PONTO - DISCUSSÃO E VOTAÇÃO DA PROPOSTA DA CÂMARA MUNICIPAL DE APOIO ÀS FREGUESIAS NOS SEGUINTE TERMOS: -----

Assembleia Municipal

- QUE OS APOIOS, SENDO FINANCEIROS, TENHAM COMO LIMITE MÁXIMO O VALOR DE 150.000,00 € (CENTO E CINQUENTA MIL EUROS) POR CONTRATO DE COOPERAÇÃO E QUE, NOS RESTANTES CASOS, NOMEADAMENTE, CONTRATOS DE COMODATO, CONSTITUIÇÃO DE DIREITO DE SUPERFÍCIE OU DE DOAÇÃO DE IMÓVEIS A FAVOR DE FREGUESIAS, O VALOR DO IMÓVEL TENHA POR LIMITE O FIXADO NA ALÍNEA G), Nº 1 DO ARTIGO 33º DA LEI N.º 75/2013, DE 12 DE SETEMBRO, CONCRETAMENTE 1.000 VEZES A RETRIBUIÇÃO MÍNIMA MENSAL GARANTIDA; -----

- QUE A DELIBERAÇÃO SEJA VÁLIDA PELO PERÍODO DO ATUAL MANDATO OBRIGANDO-SE O ÓRGÃO EXECUTIVO A INFORMAR O ÓRGÃO DELIBERATIVO DO MUNICÍPIO DE TODOS OS APOIOS DADOS ÀS FREGUESIAS EM CADA REUNIÃO DO ÓRGÃO DELIBERATIVO. -----
TUDO NOS TERMOS DA RESPETIVA PROPOSTA. (GRELHA E)-----

---O SENHOR VICE-PRESIDENTE DA CÂMARA MUNICIPAL, PEDRO OLIVEIRA - Senhor presidente, é uma proposta normal em início de mandato. É isso que aqui trazemos para este mandato 2025/2029, nesta lógica de apoio às freguesias, de alguma forma balizar aquilo que são os apoios financeiros e não financeiros que o município possa atribuir.-----

---POSTA À VOTAÇÃO A PROPOSTA DA CÂMARA MUNICIPAL DA PROPOSTA DA CÂMARA MUNICIPAL DE APOIO ÀS FREGUESIAS NOS SEGUINTE TERMOS: -----

- QUE OS APOIOS, SENDO FINANCEIROS, TENHAM COMO LIMITE MÁXIMO O VALOR DE 150.000,00 € (CENTO E CINQUENTA MIL EUROS) POR CONTRATO DE COOPERAÇÃO E QUE, NOS RESTANTES CASOS, NOMEADAMENTE, CONTRATOS DE COMODATO, CONSTITUIÇÃO DE DIREITO DE SUPERFÍCIE OU DE DOAÇÃO DE IMÓVEIS A FAVOR DE FREGUESIAS, O VALOR DO IMÓVEL TENHA POR LIMITE O FIXADO NA ALÍNEA G), Nº 1 DO ARTIGO 33º DA LEI N.º 75/2013, DE 12 DE SETEMBRO, CONCRETAMENTE 1.000 VEZES A RETRIBUIÇÃO MÍNIMA MENSAL GARANTIDA;-----

- QUE A DELIBERAÇÃO SEJA VÁLIDA PELO PERÍODO DO ATUAL MANDATO OBRIGANDO-SE O ÓRGÃO EXECUTIVO A INFORMAR O ÓRGÃO DELIBERATIVO DO MUNICÍPIO DE TODOS OS APOIOS DADOS ÀS FREGUESIAS EM CADA REUNIÃO DO ÓRGÃO DELIBERATIVO. TUDO NOS TERMOS DA RESPECTIVA PROPOSTA, FOI A MESMA APROVADA POR MAIORIA, COM OS VOTOS A FAVOR DO PSD, DO PS, DO CDS, DO CHEGA, DA INICIATIVA LIBERAL E DOS SENHORES PRESIDENTES DE JUNTA INDEPENDENTES E A ABSTENÇÃO DA CDU. -----

---O SENHOR PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL, JOÃO NASCIMENTO - Vamos então passar para o ponto cinco. Os senhores deputados pretendem agrupar o ponto cinco e seis para a discussão e fazemos a votação em separado? (Todos os senhores deputados concordaram) -----

---Muito bem, serão agrupados então.-----

---QUINTO PONTO - DISCUSSÃO E VOTAÇÃO DA PROPOSTA DA CÂMARA MUNICIPAL SOBRE A DGAL 2025 - REDISTRIBUIÇÃO DE VALORES ÀS

FREGUESIAS REPOSTAS, PARA EFEITOS DE AUTORIZAÇÃO, A PRESENTE PROPOSTA DE CELEBRAÇÃO DOS AUTOS DE TRANSFERÊNCIA DE COMPETÊNCIAS, NOS TERMOS DO DISPOSTO NA ALÍNEA M) DO N.º 1 DO ARTIGO 33.º E ALÍNEA K) DO N.º 1 DO ARTIGO 25º, AMBOS DO ANEXO I DA LEI N.º 75/2013, DE 12 DE SETEMBRO, NA SUA ATUAL REDAÇÃO. TUDO NOS TERMOS DA RESPETIVA PROPOSTA. (GRELHA E)-----

---SEXTO PONTO - DISCUSSÃO E VOTAÇÃO DA PROPOSTA DA CÂMARA MUNICIPAL SOBRE A DGAL 2026 - REDISTRIBUIÇÃO DE VALORES ÀS FREGUESIAS REPOSTAS, PARA EFEITOS DE AUTORIZAÇÃO, A PRESENTE PROPOSTA DE CELEBRAÇÃO DOS AUTOS DE TRANSFERÊNCIA DE COMPETÊNCIAS, NOS TERMOS DO DISPOSTO NA ALÍNEA M) DO N.º 1 DO ARTIGO 33.º E ALÍNEA K) DO N.º 1 DO ARTIGO 25º, AMBOS DO ANEXO I DA LEI N.º 75/2013, DE 12 DE SETEMBRO, NA SUA ATUAL REDAÇÃO. TUDO NOS TERMOS DA RESPETIVA PROPOSTA. (GRELHA E)-----

---O SENHOR VICE-PRESIDENTE DA CÂMARA MUNICIPAL, PEDRO OLIVEIRA - Senhor presidente, também uma proposta necessária considerando aquilo que foi o processo de desagregação das freguesias. Portanto, aquilo que foram os autos de transferência de competências antes celebrados tem obviamente que ficar sem efeito. E é nessa circunstância que aqui trazemos, com a devida também acomodação às novas freguesias criadas, quer em relação ao ano 2025, os meses de novembro e dezembro, quer em relação ao ano 2026. -----

---MIGUEL FIDALGO (INICIATIVA LIBERAL) - Os autos da DGAL para 2025 e 2026 podiam ser apresentados aqui apenas como meros acertos técnicos. Novos mapas, novas freguesias, redistribuição de verbas, mas na verdade é uma consequência direta de uma decisão política com que a iniciativa liberal discorda, a desagregação das uniões de

freguesia. No parlamento, a iniciativa liberal foi o único partido a votar contra a reposição destas 302 freguesias, enquanto PSD, PS, CHEGA, Bloco de Esquerda, PCP, Livre, PAN e CDS na primeira votação deixaram passar uma medida que aumenta a despesa do Estado. Os estudos apontam para pelo menos 30 milhões de euros por ano de custo adicional, cerca de 9,5 milhões, só em salários para novos órgãos e estruturas. Tudo isto num país que já é dos que tem mais freguesias por habitantes na Europa. O problema aqui não é ideológico, é de escala. Quanto mais fragmentamos, mais dinheiro vai para manter estruturas mínimas, sedes, executivos, contabilidade e menos sobra para investimento que se note no terreno. Em vez de freguesias com massa crítica para fazer requalificações a sério, ficamos com orçamentos partidos a tapar buracos e trocar lâmpadas. -----

---Em Famalicão, estes pontos mostram isso mesmo. Não estamos a discutir mais recursos para estas pessoas, estamos sim a repartir o mesmo bolo por mais pratos, com mais burocracia pelo caminho. O município perde tempo e energia a refazer autos, anular compromissos em nome das uniões, ajustar mapas e no fim tem mais órgãos, mais reuniões e mais complexidade, sem prova do que os cidadãos vão ter melhores serviços. Da parte da iniciativa liberal queremos ser claros. Não queremos que nenhuma freguesia fique prejudicada em serviços básicos. Não vamos bloquear autos que garantem o funcionamento em 2025 e 2026, mas também não fingimos que este processo é neutro ou uma vitória para as populações. Defendemos sim freguesias fortes, com meios e escala para investir a sério. Não o mapa mais caro e mais pesado para depois dizer, não há margem para mais pequenas obras. -----

---Por isso votaremos, claro, a favor destes autos, por responsabilidade para com os cidadãos, mas registando a nossa discórdia de fundo com a desagregação que nos trouxe aqui. -----

Assembleia Municipal

---E deixo apenas uma pergunta direta ao executivo: Que impacto financeiro permanente estima a Câmara que esta desagregação terá no orçamento do município de Nova Famalicão? Em termos simples, quanto vai custar, senhor presidente, por ano a desagregação de freguesias ao município?-----

---**JORGE COSTA (PS)** - O PS entende que esta matéria não tem densidade política, é essencialmente técnica, que quem governa, quem ganhou deve governar, e, portanto, neste sentido, por total ausência de densidade política da matéria tende nem a intervir. Irá abster-se porque corresponde à mera sessão ordinária de realidades que emergem da alteração das juntas. No entanto, não pode ficar indiferente depois de ter ouvido a Iniciativa Liberal, que veio aqui dizer: “Ah, isto não há ideologia e tal”.-----

---Bom, é claro que é ideologia. A essência, o coração do poder autárquico está na proximidade com os administrados. -----

---As pessoas têm direito de escolherem, tanto quanto possam, como querem ser administrados. E, neste aspeto aqui, quer o PS, quer o PSD, disseram sempre, em todo o processo de desagregação, a vontade da maioria das pessoas iremos respeitar. Iremos respeitar a vontade da maioria das pessoas. Porquê? Porque de facto esta posição da Iniciativa Liberal de impor a organização das freguesias por decreto, mesmo contra a vontade maioritária dos cidadãos, é de quem tem dois problemas. O primeiro é a convivência com a democracia, sai a expressão máxima da democracia. Os cidadãos querem deixar de estar juntos. A lei... há uma lei que habilita esse cenário. A Iniciativa Liberal pode não gostar, mas tem que respeitar a democracia porque a maioria decidiu. As maiorias têm destas coisas, vencem as votações. -----

---E, segundo aspeto, segundo aspeto, retirar esta vontade, esta capacidade de autodeterminação expressa pela maioria dos cidadãos de que cada uma das freguesias onde ocorreu a desagregação, importa negar por decreto, mais uma vez, a capacidade de

autodeterminação e a essência da própria Iniciativa Liberal, que diz mais ou menos isto: O indivíduo tem direito a autodeterminar-se. Devemos ter menos estado, menos intervenção mundo e na sociedade para dar mais espaço à pessoa - artigo 268º, número 4 da Constituição, princípio da democracia participativa. -----

---Ora, o senhor deputado Miguel Fidalgo veio aqui e rasgou as vestes todas. Entrou numa contradição, numa trapalhada tal que veio dizer mal de si próprio. Não lhe fica bem, senhor deputado.-----

---**MIGUEL FIDALGO (INICIATIVA LIBERAL)** - Senhor deputado Jorge Costa, não, isto não tem nada a ver com a ideologia, tem mesmo a ver com escala. A partir do momento em que uma freguesia tem mais dinheiro, pode fazer maiores investimentos em freguesias que estão a pecar de investimentos. -----

---E isto não é só... claro que o povo é soberano, mas nós vemos em Portugal, e eu perguntei ao senhor presidente, quanto aqui iria custar especificamente em Famalicão, porque não o sei, mas em Portugal isto vai subir 30 milhões de euros por ano, por ano o orçamento – 9,5 milhões só em salários. Será que isto vai corresponder para um melhor bem-estar dos fregueses? É essa a maior pergunta que eu posso perguntar. E a meu ver, acho mesmo que não. -----

---**JOÃO PEDRO ARAÚJO (PSD)** - As freguesias representam um nível de poder mais próximo das populações. Não respeitar aquilo que é a vontade das pessoas é um atentado à democracia. E, portanto, quando discutimos só aqui uma situação de custos... E onde estão os proveitos? Onde estão os benefícios?-----

---Senhor deputado Miguel Fidalgo, isto não é uma folha de Excel em que temos só indicadores do rácio financeiro como custos. Podemos ter indicadores, o grau de satisfação dos fregueses com esta aproximação, com esta coesão, com esta resposta célere. Podemos também ver o grau de eficiência na resposta a uma calamidade. Podemos

ver o grau de eficiência, no fundo, quando as pessoas têm uma dificuldade e têm a proximidade muito célere. Portanto, olhar só para uma questão de um acácio financeiro nos custos e com esses custos quando tem uma base de partida errada, porque estamos a falar que tem um benefício de custo quando tem escala de duas uniões de freguesia. Quando esta se divide só para uma união de freguesia, esse custo de escala também baixa. Mas há outros custos que são aqueles da dignidade humana, que estão acima de tudo. E quando estamos aqui para o bem das pessoas e quando estamos aqui para satisfazer as necessidades da freguesia, estamos a olhar para as necessidades daqueles que contribuem para o bem-estar da freguesia, que bem contribuem para o bem-estar do concelho, com seus impostos, com o seu trabalho, mas ao mesmo tempo, se esta resposta não é célere, ágil e dinâmica, então, meus senhores, perdemos eficiência. Perdemos eficiência e não estamos a servir aquilo que nos compete. Estamos na política para servir. E se esta resposta não é célere no século XXI, isto é como nas empresas, quando não são céleres, dinâmicas e eficientes, acabam por fechar. -----

---**JORGE COSTA (PS)** – Senhor deputado Miguel, esta casa faz política. Nós apreendemos todos uns com os outros. Trinta milhões em todo o país é barato. É barato à escala nacional. Peanuts, peanuts. Há tanto dinheiro mais mal gasto com outras realidades que não seja a satisfação das vontades. -----

---Bem-estar, diz o senhor. Ah, mas nós temos, nós IL, temos muitas dúvidas que isto provoque mais bem-estar aos administrados. Mas que é a vossa batuta que interpreta? É o senhor que interpreta e não a maioria da população que se pronunciou em sede das assembleias de freguesia. É a IL? Voltamos àquela questão por decreto. Depois, ainda que seja mais caro, senhor deputado. Qual é o valor da liberdade? De cada um ter a oportunidade de se organizar em comunidade segundo este princípio constitucional da democracia participativa?-----

---Eu queria partilhar consigo uma história real que ocorreu nos anos oitenta numa freguesia limítrofe da minha, em Balazar, concelho da Póvoa de Varzim. Um amigo meu, na altura jovem foi apanhar - ainda não estávamos na União europeia - maçãs para França. Recebeu o primeiro salário e foram todos para a tasca da aldeia em França, houve uma grandessíssima confusão e ele acabou detido e migrado para Portugal na segunda-feira. Esteve preso de sexta à noite, de sexta à noite, portanto, ele foi expatriado de França, porque não era da nacionalidade francesa e teve que retornar a Portugal na segunda-feira.

---Chegou a casa, ele era filho de um agricultor de Balazar, e soltou as vacas, o cão, a rola, o melro, o gato, o cavalo, soltou tudo, os bichos todos. E o pai disse: “Meu filho, estás insano. Estás a soltar os bichos todos! E ele disse: “Pai, é para eles saberem o valor da liberdade.” Portanto, caríssimo, aprenda connosco, deixe esses tiques de extrema direita quase e perceba, comece a acreditar no valor da liberdade, siga o exemplo desse lavrador. -----

---**MIGUEL FIDALGO (INICIATIVA LIBERAL)** - Senhor deputado Jorge Costa, gostei muito da sua história. Mas, mas é muito bonita realmente. Mas dizer que, para os portugueses, 30 milhões é, e passo a citar, peanuts, nós temos que ter respeito pelos contribuintes. O dinheiro não é do PS, não é do Partido Social Democrata, não é da IL, é dos portugueses. Todos os contribuintes portugueses estão a pagar esta desagregação de freguesia. -----

---A minha única questão é: Será que isto se vai transpor para um melhor bem-estar? Que é uma análise que vamos fazer posteriormente. -----

---A meu ver, eu acho que é uma decisão completamente errada e um desrespeito pelos contribuintes. O Partido Socialista, como está habituado a esbanjar o dinheiro dos portugueses, acha que é ótimo. Distribuímos mais cargos para os nossos amigos.-----

---Por isso, senhor deputado, 30 milhões não é peanuts. 30 milhões é mais 30 milhões que os portugueses têm que gastar.-----

---**JORGE COSTA (PS)** – Não vamos, senhor deputado, não vamos tornar isto um ping-pong, porque a discussão política de base está feita e acho que todos percebemos, quer os que estão aqui, quer os que estão em casa. Toda a gente percebeu as diferentes posturas. O que não pode ficar em claro é que o despesismo que o senhor apontou ao Partido Socialista, como o senhor é um bocado esquecido, eu queria-lhe lembrar quando saímos do governo, deixamos pela primeira vez na história da última república deste país, superavit, eu estou a falar devagar para não esquecer, superavit orçamental. -----

---**JORGE PAULO OLIVEIRA (PSD)** - Eu fiquei até ao final deste debate porque eu queria ouvir, estava muito interessado em ouvir qual seria a posição do CHEGA. É que o CHEGA na Assembleia da República começou por votar a favor da desagregação de freguesias. Depois, numa segunda parte, o partido do CHEGA absteve-se na votação da desagregação das freguesias. E na última votação, que era aquela que tinha a ver com a ratificação do diploma que tinha sido vetado pelo Presidente da República, o CHEGA votou contra a desagregação de freguesias. E, por isso, que eu fiquei até este momento ou ficamos até este momento expectantes qual seria a posição que o CHEGA iria ter hoje aqui perante as senhoras e os senhores presidentes de junta, nomeadamente as senhoras e os senhores presidentes das freguesias desagregadas, o que é que tem a dizer aos nossos autarcas de Vila Nova de Famalicão?-----

---**JOÃO PEDRO CASTRO (CHEGA)** - Também muito rapidamente, senhor presidente.-----

---Senhor deputado Jorge Paulo Oliveira, nós estamos a falar de política autárquica desde o princípio, soltem os animais. Desde o princípio nós referimos todo, todo o historial

relativamente à agregação de freguesias porque foi uma imposição da Troika em 2013, da tal lei Relvas, se bem se lembram. -----

---Depois, de facto, mesmo aqui no nosso concelho, algumas agregações correram mal, correram mal e há razões objetivas por terem corrido mal. E, entretanto, a vontade popular manifestou-se em todo o lado e nós, naturalmente, estamos ao lado das pessoas, estamos ao lado dos fregueses e, de forma muito clara, apoiamos esta desagregação de freguesias. E quanto aos custos, tenho que concordar com o deputado Jorge Costa, que, de facto 30 milhões de euros num compito nacional, enfim, não representará muito na despesa. Há outras medidas que, enfim, que se poderão evitar, mas como estamos a falar uma vez mais em política autárquica, nós também defendemos a descida de impostos, como já vamos ver a seguir, mas também defendemos o corte de algumas despesas desnecessárias. E é isso que as freguesias são os verdadeiros representantes do povo, são os verdadeiros representantes. O presidente de junta da democracia representativa, que são escrutinados todos os dias na rua e, portanto, a sua gestão tem sido elogiada por todos e de forma que, concluindo, nós somos totalmente a favor da desagregação de freguesias. -----

---**JORGE COSTA (PS)** - Senhor deputado Jorge Paulo Oliveira, vossa excelência usou de alguma crueldade e foi desassociar o senhor deputado CHEGA, que tal como eu, dormiu a correr. Nós saímos daqui era uma da manhã, às nove e meia já cá estávamos e, portanto, estava em repouso, ao menos, não é? -----

---Bom, de qualquer das formas, o PS regista, em repouso nesta matéria, que não devia estar, mas regista com matéria de relevo esta defesa da desagregação das freguesias e dos valores de liberdade dos cidadãos de Famalicão, das novas freguesias desagregadas.

---Não se importa de puxar as orelhas e mandar um recado ao presidente do seu partido.

Assembleia Municipal

---APRESENTOU-SE, NESTE MOMENTO, À SESSÃO DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL O SENHOR PRESIDENTE DA CÂMARA, MÁRIO PASSOS. -----

---QUINTO PONTO – DISCUSSÃO E VOTAÇÃO DA PROPOSTA DA CÂMARA MUNICIPAL SOBRE A DGAL 2025 - REDISTRIBUIÇÃO DE VALORES ÀS FREGUESIAS REPOSTAS, PARA EFEITOS DE AUTORIZAÇÃO, A PRESENTE PROPOSTA DE CELEBRAÇÃO DOS AUTOS DE TRANSFERÊNCIA DE COMPETÊNCIAS, NOS TERMOS DO DISPOSTO NA ALÍNEA M) DO N.º 1 DO ARTIGO 33.º E ALÍNEA K) DO N.º 1 DO ARTIGO 25º, AMBOS DO ANEXO I DA LEI N.º 75/2013, DE 12 DE SETEMBRO, NA SUA ATUAL REDAÇÃO. TUDO NOS TERMOS DA RESPETIVA PROPOSTA. -----

---POSTA À VOTAÇÃO A PROPOSTA DA CÂMARA MUNICIPAL SOBRE A DGAL 2025 - REDISTRIBUIÇÃO DE VALORES ÀS FREGUESIAS REPOSTAS, PARA EFEITOS DE AUTORIZAÇÃO, A PRESENTE PROPOSTA DE CELEBRAÇÃO DOS AUTOS DE TRANSFERÊNCIA DE COMPETÊNCIAS, NOS TERMOS DO DISPOSTO NA ALÍNEA M) DO N.º 1 DO ARTIGO 33.º E ALÍNEA K) DO N.º 1 DO ARTIGO 25º, AMBOS DO ANEXO I DA LEI N.º 75/2013, DE 12 DE SETEMBRO, NA SUA ATUAL REDAÇÃO. TUDO NOS TERMOS DA RESPETIVA PROPOSTA, FOI A MESMA DELIBERADA POR MAIORIA, COM OS VOTOS A FAVOR DO PSD, DO CDS, DO CHEGA, DA INICIATIVA LIBERAL, DA CDU E DOS SENHORES PRESIDENTES DA JUNTA INDEPENDENTES E ABSTENÇÃO DO PS.

---SEXTO PONTO - DISCUSSÃO E VOTAÇÃO DA PROPOSTA DA CÂMARA MUNICIPAL SOBRE A DGAL 2026 - REDISTRIBUIÇÃO DE VALORES ÀS

FREGUESIAS REPOSTAS, PARA EFEITOS DE AUTORIZAÇÃO, A PRESENTE PROPOSTA DE CELEBRAÇÃO DOS AUTOS DE TRANSFERÊNCIA DE COMPETÊNCIAS, NOS TERMOS DO DISPOSTO NA ALÍNEA M) DO N.º 1 DO ARTIGO 33.º E ALÍNEA K) DO N.º 1 DO ARTIGO 25º, AMBOS DO ANEXO I DA LEI N.º 75/2013, DE 12 DE SETEMBRO, NA SUA ATUAL REDAÇÃO. TUDO NOS TERMOS DA RESPETIVA PROPOSTA.-----

---POSTA À VOTAÇÃO A PROPOSTA DA CÂMARA MUNICIPAL SOBRE A DGAL 2026 - REDISTRIBUIÇÃO DE VALORES ÀS FREGUESIAS REPOSTAS, PARA EFEITOS DE AUTORIZAÇÃO, A PRESENTE PROPOSTA DE CELEBRAÇÃO DOS AUTOS DE TRANSFERÊNCIA DE COMPETÊNCIAS, NOS TERMOS DO DISPOSTO NA ALÍNEA M) DO N.º 1 DO ARTIGO 33.º E ALÍNEA K) DO N.º 1 DO ARTIGO 25º, AMBOS DO ANEXO I DA LEI N.º 75/2013, DE 12 DE SETEMBRO, NA SUA ATUAL REDAÇÃO. TUDO NOS TERMOS DA RESPETIVA PROPOSTA, FOI A MESMA DELIBERADA POR MAIORIA, COM OS VOTOS A FAVOR DO PSD, DO CDS, DO CHEGA, DA INICIATIVA LIBERAL, DA CDU E DOS SENHORES PRESIDENTES DA JUNTA INDEPENDENTES E ABSTENÇÃO DO PS.

---SÉTIMO PONTO – DISCUSSÃO E VOTAÇÃO DA PROPOSTA DA CÂMARA MUNICIPAL DA 4ª ALTERAÇÃO ORÇAMENTAL MODIFICATIVA (2.ª ALTERAÇÃO ORÇAMENTAL MODIFICATIVA DA RECEITA). TUDO NOS TERMOS DA RESPETIVA PROPOSTA. (GRELHA E)-----

---O SENHOR PRESIDENTE DA CÂMARA MUNICIPAL, MÁRIO PASSOS –
Relativamente a esta proposta, é uma proposta simples. Aliás, trata-se da conclusão de um processo relativo à saída da Câmara Municipal dos Órgãos Sociais da CIOR, e como

Assembleia Municipal

é sabido, presumo, porque já tem muitas dezenas de anos esta participação da Câmara Municipal na CIOR, a Câmara tem uma cota de 2.000€ que precisa de ser acomodada em sede da receita do orçamento municipal e, portanto, para tal, necessitamos de ter a respetiva rubrica para que pudéssemos alocar esses 2.000 €. -----

---Lembro que a saída da Câmara Municipal, desta participação da Câmara Municipal, prende-se com o apoio substancial que já que estamos a concluir, 200.000 € para que a CIOR pudesse instalar um centro tecnológico especializado na área da indústria, muito importante, obviamente, como é sabido, para o nosso concelho. E, portanto, para que tal sucedesse, tivemos que sair. De todo o modo, pertencemos ao conselho estratégico da CIOR, em que a Câmara Municipal está a fazer parte. -----

---**PAULO PINTO (PS)** – Senhor presidente da Câmara, logicamente que as alterações orçamentais são da responsabilidade da Câmara, estão consagradas na lei, acerca disso nada a dizer, a referir. No entanto, já referimos no anterior mandato e para qualquer deputado nesta assembleia possa analisar convenientemente, convém que a informação solicitada que seja disponibilizada tenha a devida informação. -----

---Mais uma vez, a informação, os documentos que nos foram transmitidos, apesar de nós irmos, imaginássemos que fosse essa situação de alteração orçamental, não acabava por ser um... a ligar a bola de cristal, tentar descobrir o que vai lá. Portanto, faço um apelo a vossa excelência, fez muito bem em esclarecer o que é que vamos votar, mas que no futuro e no seguimento do apelo que já fizemos no anterior mandato, possa informar devidamente os senhores deputados na documentação que nos faz chegar. -----

---**JOÃO FONTES (PSD)** - No ano de 2025, a nossa Câmara Municipal tem um orçamento de cerca de 220 milhões de euros. -----

---Estamos aqui a discutir uma alteração orçamental modificativa no valor de 2.000 €. Ou seja, uma alteração que versa sobre 0,0009% do total de receita deste ano. A 12 de junho

Assembleia Municipal

de 2025, foi aprovado por unanimidade em reunião de Câmara Municipal a venda de participação social desta Câmara na escola CIOR.-----

---Na Assembleia Municipal de 18 de junho, foi também esta proposta aprovada por unanimidade. Mas, como se costuma dizer, aqui é que a porca torce o rabo. Em reunião de Câmara Municipal, no passado dia 6 de novembro, os vereadores do Partido Socialista abstiveram-se da alteração modificativa orçamental que permitia a venda desta participação e que permite criar esta rubrica de receita.-----

---A minha questão é muito simples e muito direta. Como tem vindo a ser hábito, os deputados municipais do Partido Socialista também se vão abster nesta proposta?-----

---O que parece aqui é que os deputados e os vereadores do Partido Socialista aceitam vender uma casa, mas quando chega a altura de fazer a escritura preferem criticar do que ter de fazer a escritura. E assim a venda da casa fica em banho-maria.-----

---Senhores Deputados, deixo o repto para que em nome da coerência se aprove esta proposta.-----

---**JORGE COSTA (PS)** – Senhor Deputado João Fontes, vossa excelência lembra com esta sua intervenção esclarecida um personagem de Lousado, já falecido, conhecido como Alice Parafusa. Que Deus a tenha. Porque a Alice tinha alguma paranormalidade, conseguia adivinhar as coisas. E vossa excelência, das duas três, senhor deputado, ou o PSD tem insider trading, consegue saber coisas que nós não sabemos porque não estão nos documentos. E foi aquilo que o senhor deputado Paulo Pinto disse de uma forma clara, fazendo incluso um apelo. Este problema não nasceu hoje. Este problema tem quatro anos. vossa excelência diz: “Ah, mas isto foi de...”. E adivinha? Olhe que a senhora faleceu e pode fazer uma grande carreira, começar hoje aqui uma grande carreira nessas artes do paranormal. Porque, de facto, senhor deputado, e naquilo que releva, a lei manda que todas as propostas sejam devidamente fundamentadas.-----

Assembleia Municipal

---Há um núcleo essencial a acordos, milhentos, senhor deputado, milhentos. Não é só um, milhentos a dizer, as decisões têm que ser fundamentadas. E se o senhor adivinha, seja o que for a partir daqui eu, entre outras coisas, senhor deputado, faço-lhe a devida vénia. Faço-lhe a devida vénia, porque nós, os 20 trabalhadores da empresa de ontem, não, não temos esse dom nem essa capacidade paranormal. -----

--- **JOÃO FONTES (PSD)** - Senhor deputado Jorge Costa, admito que muito gostava de ter um dedo de que adivinha ou insider trading, mas infelizmente, ou felizmente, nenhum dos dois. -----

---Mas, como as reuniões de Câmara felizmente são públicas e como foi dito em reunião de Câmara para o que era esta desagregação, acho que todos conseguimos perceber para o que é que ela é. Dou-lhe de barato, dou-lhe de barato. Podia constar nessa proposta dizer: “É para a CIOR.”, mas quem se quiser esclarecer, consegue esclarecer-se. E por isso, a minha questão é muito simples. Os vereadores do PS e os deputados municipais do PS não comunicam? Era fácil perceber, senhor deputado. -----

---**JORGE COSTA (PS)** - Ó senhor deputado, com o sofismo que entender, dirá nesta casa tudo aquilo que entenda. O que o senhor não vai conseguir é mudar a lei. O dever de fundamentação, ao contrário do que o senhor diz, não incumbe aos senhores vereadores da oposição. Incumbe àquele que apresenta a proposta a sufrágio. E isto, caríssimo, ainda o senhor não era nascido e já a lei em Portugal era assim. E, portanto, não vale a pena vir aqui atirar areia para os olhos, porque a obrigação de fundamentar, de detalhar com pormenores suficientes todas as propostas é de quem as apresenta. Agora, tentar aqui inverter, inverter, dizer que eu nesta câmara, eu ou qualquer um dos meus camaradas, temos que ligar, pegar no telemóvel, ligar aos nossos vereadores para suprir as deficiências de comunicação e de fundamentação do executivo que o senhor suporta, ao que vejo cegamente, tenha lá paciência. -----

Assembleia Municipal

---Entretanto, e aproveitando o ensejo de cá estar, como é apanágio do PS, quem governa tem direito alterar tudo aquilo que entende na gestão dos dinheiros públicos e por isso vamos abster.-----

---**JORGE PAULO OLIVEIRA (PSD)** - Para quem nos está a ouvir, ficou tudo muito claro. -----

---Na votação para a venda da alienação do capital social da CIOR, o Partido Socialista na Câmara e na Assembleia Municipal votou a favor.-----

---Para acomodar essa receita, impõe-se uma alteração orçamental modificativa. -----

---É feita a explicação que ela se destina única e exclusivamente a essa realidade.-----

---Os vereadores do Partido Socialista, conscientes desse facto de que era esse o objetivo, abstiveram-se.-----

---Hoje, os deputados do Partido Socialista sabem que esta alteração orçamental se destina a acomodar essa verba e abstêm-se. Ponto final parágrafo! Ponto final parágrafo. É muito simples. Não há dúvidas nenhuma, é exatamente assim! Votamos a favor da alienação do capital social, mas abstermos na acomodação da mesma receita para efeitos de alteração orçamental modificativa. É simples! -----

---**JORGE COSTA (PS)** - Ó senhor deputado Paulo Jorge Oliveira, que seja aquele jovem deputado a fazer aquela figura, numa admira. A vossa excelência, fico preocupado. Vossa excelência é jurista e sabe quem tem o dever de fundamentação. Se mais não fosse, cabia aqui um voto de protesto político. Esta abstenção tem também esse significado pela ausência sucessiva de fundamentação junto os deputados. O PS já confrontou este executivo dezenas de vezes. No último mandato, dezenas de vezes. Nós queremos saber o que estamos a votar. As propostas, não é por nós, é por lei. O que é que acaba isto? Num dia, numa queixa às entidades a dizer assim: “Pois, mas se calhar.” Mas vamos judicializar

a política? Quer dizer, os senhores erram e depois querem pôr o ónus do erro nos outros. Haja paciência. -----

---**JORGE PAULO OLIVEIRA (PSD)** - É apenas para deixar um desafio ao Partido Socialista. Faça-o, por favor. Não tenha problemas em judicializar a política, conforme aqui disse. Se acha que assim é, se são tantas dezenas e dezenas de vezes como aqui afirmou, faça-o. Mas eu deixo o desafio. Sejam consentâneos com aquilo que afirmaram, façam e terão, por certo, a nossa compreensão. -----

---**JORGE COSTA (PS)** - Em Fradelos diz assim: “Vinhas ontem, já temos processos judiciais em que essa questão também estão a ser discutidas de vários cidadãos em Vila Nova de Famalicão. Fica a saber em primeira mão. -----

---**JORGE PAULO OLIVEIRA (PSD)** - Pois, estava eu a dizer antes de aqui chegar que: “prometo que é a última vez que lá vou.” Estavam-me a dizer: “É melhor não prometer.” Têm razão, é melhor não prometer. -----

---Bom, ó senhor deputado, até agora disse-nos aqui, nós não vamos intentar ações desse tipo para não entrarmos num campo de judicialização da política. E agora numa segunda intervenção diz: “Nós já temos processos a decorrer que envolvem essas questões também.” Pronto, o desafio afinal foi a extemporâneo, uma vez que, conforme aqui já referiu, essa matéria já está a ser tratada judicialmente e, portanto, o meu desafio não faz nenhum sentido. Melhor assim. -----

---**JORGE COSTA (PS)** - Vossa excelência é muito boa pessoa, mas é um bocado louco. Duro de ouvido. Duro de ouvido. Eu disse que cidadãos famalicenses e não o PS já tinham processos em tribunal. Vossa excelência tem umas orelhas que ouve o que quer e como quer e como se vê, mal. -----

---**JORGE PAULO OLIVEIRA (PSD)** – De facto, dava jeito que a nossa, que a nossa sala de sessões tivesse a configuração do hemiciclo que evitava que nós tivéssemos que

levantar sistematicamente para ir à tribuna e era bem mais fácil estabelecermos o combate político que é normal nestes momentos. -----

---Ó senhor deputado, ontem nós tivemos no final, e vou terminar, estou a olhar para o tempo, nós ontem tivemos, o senhor deputado entendeu uma coisa que eu não disse, eu julgo que hoje não entendi mal, porque não me apercebi, quero que fique bem claro, que tenha dito que essas ações decorriam de ações de atividades ou iniciativas por parte dos cidadãos, porque se tivesse ouvido, obviamente não teria feito a observação que fiz.----

---**JORGE COSTA (PS)** - Senhor deputado, para concluir mesmo, pode sempre, pode sempre ouvir as gravações. -----

---**POSTA À VOTAÇÃO A PROPOSTA DA CÂMARA MUNICIPAL DA 4ª ALTERAÇÃO ORÇAMENTAL MODIFICATIVA (2.ª ALTERAÇÃO ORÇAMENTAL MODIFICATIVA DA RECEITA). TUDO NOS TERMOS DA RESPETIVA PROPOSTA, FOI A MESMA DELIBERADA POR MAIORIA, COM OS VOTOS A FAVOR DO PSD, DO CDS, DO CHEGA, DA INICIATIVA LIBERAL E DOS SENHORES PRESIDENTES DA JUNTA INDEPENDENTES E ABSTENÇÃO DO PS E DA CDU.** -----

--- **OITAVO PONTO - DISCUSSÃO E VOTAÇÃO DA PROPOSTA DA CÂMARA MUNICIPAL DA CADUCIDADE DE CANDIDATURAS AO ABRIGO DA OFERTA PÚBLICA DE AQUISIÇÃO DE IMÓVEIS NO ÂMBITO DO PROGRAMA 1.º DIREITO/ PLANO DE RECUPERAÇÃO E RESILIÊNCIA (PRR), INVESTIMENTO RE-C02-I01 – PROGRAMA DE APOIO AO ACESSO À HABITAÇÃO - AVISO DE PUBLICAÇÃO N.º 01/CO2-I01/2021 - COMPONENTE 02 - HABITAÇÃO. TUDO NOS TERMOS DA RESPETIVA PROPOSTA. (GRELHA E)** -----

---O SENHOR PRESIDENTE DA CÂMARA MUNICIPAL, MÁRIO PASSOS –

Sim, senhor presidente, também para explicar de forma rápida, apesar da proposta ser clara, trata-se de declarar a caducidade de três propostas de candidatura para o desenvolvimento de um conjunto de habitações. Como é sabido, nós optamos pelo caminho de ofertas públicas de aquisição e sabemos agora que foi o melhor caminho que deveria ter sido feito quando comparamos até com os outros municípios. É preciso somar muitos municípios aqui à volta para ter o mesmo número de habitações que nós estamos a construir. E, portanto, aqui, se quisermos ser sérios, como presumo que queremos ser todos, não é saber quantas habitações podiam ter de ser feitas a mais, é quantas habitações este caminho permitiu fazer-se, como é sabido, são 210 habitações que estão em construção.-----

---Tentamos outro caminho, como é sabido, esse foi testado, apesar da expectativa ser baixa, que foi desafiar o mercado e vender casas à Câmara Municipal em construção ou construídas, em que obviamente que o mercado nos disse que não estava disponível para vender essas casas ao preço, obviamente que está estabelecido pelo IHRU, porque quem estabelece os preços não são as câmaras municipais é o Instituto de Habitação e Reabilitação Urbana, o instituto que rege a habitação pública a nível nacional. Obviamente que ficávamos mais satisfeitos se todas estas, se mais estas propostas tivessem tido sucesso, como é óbvio. O que é certo é que não conseguiram desenvolver a informação prévia que estava estabelecida e, portanto, não conseguiram o licenciamento e, por essa via não puderam prosseguir com as respetivas propostas.-----

---Resumindo tudo, tivemos uma taxa de sucesso de 75%, que é muito bom, e mais do que isso, não perdemos casas, ganhamos 210 e quando comparamos, mais uma vez me repito que é muito importante ver caminhos que outros percorreram e claramente o nosso foi muito melhor.-----

---**MIGUEL FIDALGO (INICIATIVA LIBERAL)** - Eu tenho 21 anos, sou da geração que fez aquilo que nos disseram para fazer, estudar, tirar um curso, trabalhar, tentar poupar. E mesmo assim, a sensação que muitos jovens têm hoje é simples, a habitação é o maior obstáculo para o futuro. Havia tudo o que significa verdadeiro empoderamento, sair de casa dos pais, viver sozinho ou em casal, ter filhos, começar a poupar. Não é por falta de esforço, é porque com os preços que vemos hoje no mercado, ter uma casa em Famalicão está a tornar-se um luxo. É por isso que este ponto não é apenas uma questão técnica de caducidade. É um retrato da forma como o município tem tratado a habitação, com muita propaganda e pouca realidade. Estamos a falar de 64 habitações, milhões do PRR anunciados como conquista, conferências de imprensa feitas, capas de jornais asseguradas e chegamos agora a admitir que esses fogos não vão existir no prazo do programa e que cerca de 8,7 milhões de euros de investimento podem ficar pelo caminho.

---Durante meses ouvimos candidaturas aprovadas, projetos anunciados e agora uma proposta para virar a página como se nada fosse. É a tal distância entre conferências de imprensa e vida real. Os anúncios contam-se em milhões, os resultados contam-se em zeros. -----

---Do ponto de vista da iniciativa liberal, senhor presidente, há um primeiro plano, um modelo. A iniciativa liberal não acredita o que resolve o problema estrutural da habitação com o município a tentar ser o grande promotor público. Não somos contra apoiar quem está em situações de fragilidade extrema, aí sim, faz sentido ter respostas públicas específicas, mas isso é diferente de vender a ideia de que meia dúzia de grandes projetos públicos vão resolver o acesso à habitação. O que faz baixar o preço das casas é muito simples, é mais oferta. Mais casas construídas e reabilitadas, mais senhorios, mais arrendamento de longa duração, mais concorrência no mercado. E o papel do município devia ser criar condições para que muitos projetos públicos e privados possam avançar

depressa e não se substituir ao mercado com poucos projetos complexos e vulneráveis a atraso. Isso passa por três coisas concretas: Urbanismo que funciona, licenciamentos rápidos, previsíveis e transparentes. Regras claras e estáveis para quem investe saber com o que conta, incentivos certos, com menos taxas, menos barreiras administrativas para construção e reabilitação, sobretudo para arrendamento. -----

---E o segundo plano é este concreto. Aqui vemos exatamente o oposto. -----

---O município apostou em projetos grandes, muito dependentes do PRR e de procedimentos burocráticos. Os prazos deixaram de ser compatíveis com o programa e agora reconhece que 64 fogos não vão existir no tempo previsto. Com o comunicado público da empresa em questão, uma das duas empresas em questão, a Famaconcret, percebe-se também outra coisa importante, senhor presidente. A empresa afirma que concorreu para 42 habitações num valor de cerca de 5 milhões de euros. Obteve o parecer favorável, num pedido de informação prévia, comprou o terreno com base nisso, viu o projeto de arquitetura aprovado, entregou as especialidades pedidas, suportou também despesas de centenas de milhares de euros em terreno, taxas e projetos e nunca recebeu indicação para iniciar a obra, mantendo interesse em construir. Ou seja, não estamos perante uma empresa que desistiu, ou virou costas, estamos perante uma empresa local que seguiu os passos formais, investiu pesado e ficou presa no sistema público que não decidiu a tempo. -----

---Isto não resolve todas as questões jurídicas, como é óbvio, mas mostra que não podemos transformar a Famaconcret no bode expiatório fácil, de um falhanço que é em grande medida do lado público. Falhou o acompanhamento próximo, falhou a capacidade de perceber a tempo que as obras não chegariam à meta do PRR, falhou também a transparência em vir mais cedo à assembleia assumir o problema. Falhou a garantia de segurança jurídica e previsibilidade a quem quer investir. -----

---É que mensagem é que isto passa a quem queira investir em habitação em Famalicão? Se a empresa não faz PIP, se a empresa que faz PIP, compra terreno, paga as taxas, tem projetos aprovados e especialidades entregues, acaba com o projeto a caducar. O problema não é só da empresa, é do sistema. -----

---Senhor presidente, senhores deputados, os famalicenses não precisam de mais PowerPoints com milhões. Precisam sim, de mais casas disponíveis, mais projetos a avançar, tanto públicos como privados, um urbanismo que deixe de ser obstáculo e passe sim a ser facilitador. É isso que defendemos no nosso programa, um urbanismo moderno e digital, com prazos, simplificação de regras e redução de taxas para construção e reabilitação e foco do dinheiro público em ajudar diretamente quem precisa e não em manter a ilusão de que a solução é o município construir um grande parque público de habitação. Por isso, e estou mesmo a terminar, senhor presidente, em nome da Iniciativa Liberal, deixo três pontos. -----

---Sim, nestas candidaturas estão mortas vivas, insistir nelas seria estarem a enganar pessoas. Não podemos caucionar o modelo que vive de anúncios, falha na execução e continua a insistir na mesma receita. -----

---Sim, queremos uma mudança de paradigma. -----

---O município deve criar contexto para que se construa mais, mais depressa e com mais diversidade de oferta, garantindo segurança jurídica a todas as empresas. -----

---É por isso, neste ponto a Iniciativa Liberal irá abster-se porque não queremos bloquear juridicamente a caducidade de candidaturas que objetivamente já não vão a tempo, mas também não damos um voto de confiança a um caminho baseado na ilusão da habitação pública como solução estrutural e num sistema que falha em dar resposta a quem quer investir. A nossa abstenção também é um sinal político, claro. Chega de propaganda, senhor presidente, chega de governar à base de conferências de imprensa e está assim na

hora de Famalicão se concentrar no essencial, criar condições para que haja mais habitação, para que a minha geração e as outras possam finalmente dizer que têm futuro aqui. -----

---**JOÃO PEDRO CASTRO (CHEGA)** - A habitação trata-se de um problema perverso que, na nossa opinião, exige soluções transformadoras, não meramente conjunturais. ---

---Nos últimos 50 anos, os governos PS e PSD nada fizeram para mitigar este problema. A taxa de habitação pública em Portugal continua a ser das mais baixas da Europa, cerca de 2%, revelando um desinvestimento crónico por parte dos sucessivos governos na promoção de habitação a custos acessíveis. -----

---Também é preciso salientar, já o disse aqui há uns tempos, sem hipocrisias, de que Portugal recebeu de forma indevida durante estes quatro anos mais de 1.600.000 imigrantes, que aumentaram de forma vertiginosa a procura e originou situações de precariedade, de ilegalidade no acesso à habitação. -----

---Se a ideia é só ser habitação pública, não vai funcionar, porque não há nenhum privado que quer lhe colocar os seus terrenos só para habitação pública. Quem o disse foi o atual ministro das infraestruturas e da habitação, Miguel Pinto Luz, do PSD. -----

---De facto, também já disse isto anteriormente, se os privados podem ganhar 100, por que razão hão de ganhar 20? -----

---Eu lembro aos presentes que há dois ou três anos o metro quadrado em Famalicão estava a cerca 2.700 € e hoje está a 3.000 €. Incomportável, pois claro. -----

---A cada sociedade das candidaturas de forma concreta, Moreira Fernandes e filhos, tem a ver com o desinteresse dos promotores em construir com os valores apresentados. Esta situação é conhecida de todos e representa um enorme revés na nossa opinião, na política de habitação e nas promessas eleitorais do presidente Mário Passos. -----

---Senhor presidente, quais foram então as vicissitudes que atrasaram a tramitação e quais são agora as alternativas? -----

---Mais, senhor presidente, pergunto-lhe se não está em risco todo o programa apresentado na campanha eleitoral e se perante os problemas relacionados com a habitação, como prevê que o assunto seja que o assunto seja resolvido? -----

---Afinal, disse agora que eram 240 casas, afinal quantas casas prevê construir, arrendar, reabilitar e colocá-las no mercado?-----

---A quem vai atribuir a responsabilidade por esta encenação, é que estamos a falar de 8 milhões de euros de investimento que foram ao ar. -----

---Estes parceiros privilegiados da Câmara irão receber algum tipo de sanção ou será alguém na própria Câmara que não foi diligente suficiente para detetar esta situação a tempo e horas?-----

---Portanto, tudo isto está envolto numa série de confusões, de hesitações e até algum laxismo que nos faz questionar uma série de opções tomadas por este executivo. -----

---Ontem o senhor presidente da Câmara referiu que era preciso que os partidos da oposição apresentassem propostas. Cá vai do CHEGA.-----

---Mapear terrenos públicos em locais estratégicos, considerando a proximidade de serviços, transportes e infraestruturas. -----

---Estabelecer parcerias entre o setor público e privado para disponibilizar terrenos para a construção habitacional e para estimular a construção de habitação acessível, utilizando terrenos públicos com concessão de anos e rendas a custos controlados.-----

---Realizar concursos públicos para empresas privadas desenvolverem projetos habitacionais em terrenos públicos, porque como sabemos hoje em dia os terrenos também tão muito caros e o senhor presidente ontem disse que tinha mais de 1.000

hectares, foi isso que disse, em terrenos públicos com critérios de acessibilidade, sustentabilidade e custos controlados. -----

---Senhor presidente, porque ainda estamos à espera de esclarecimentos cabais sobre esta matéria, o CHEGA vai... que isto é um assunto complexo, entendemos tudo isso e de difícil gestão, mas dizer o CHEGA vai optar pela abstenção. -----

---**BRUNO PEREIRA (CDU)** - A situação da habitação, em particular, o acesso a habitação digna é hoje uma das maiores preocupações dos cidadãos. Para quem vive do seu trabalho, comprar ou arrendar casa em Famalicão tornou-se uma tarefa cada vez mais difícil. A especulação imobiliária continua a crescer e não por falta de oferta. Como o senhor presidente reconheceu, este é um dos concelhos que mais constrói. -----

---Contudo, esta dinâmica construtiva não se traduz em preços acessíveis. Pelo contrário, o valor de um simples T1 é incomportável para um jovem casal e muitos idosos vivem sob a ameaça de despejos ilegais impostos pelos seus senhorios e o aumento das rendas.

---A resposta ao problema da habitação e o combate à especulação deveriam ser prioridades políticas absolutas. No entanto, o que verificamos é que até instrumentos limitados como o primeiro direito, que sempre consideramos insuficientes e meramente paliativos, acabam por falhar no essencial. E o caso que hoje analisamos é mais um exemplo lamentável de má gestão, de falta de planeamento e de incapacidade de execução, problemas que infelizmente já se tornaram recorrentes neste município. -----

---Estamos perante uma situação que gera desconforto e perplexidade, não apenas pela caducidade das candidaturas ao abrigo da oferta pública, mas pelo que ela revela: falta de acompanhamento, falta de fiscalização, ausência de uma estratégia séria para responder às reais necessidades das famílias. E o resultado está à vista, caros famalicenses. São 64 habitações que não serão concretizadas e 8 milhões de euros do PRR que foram desperdiçados. Recursos preciosos que poderiam ter ajudado dezenas de agregados

familiares a viver com dignidade. O que é certo é que em Famalicão continua a ser demasiado caro viver para quem vive do seu trabalho. O que é certo é que esta foi uma oportunidade perdida e é também certo que a responsabilidade é inteiramente do município. -----

---Por tudo isto. Por tudo isto e em defesa do interesse público, o grupo parlamentar da Assembleia Municipal da CDU votará contra a presente proposta.-----

---**ANTÓNIO VARELA (PS)** - Ora, antes de entrar no ponto sete, permita-me clarificar algo que ficou por responder na última sessão, quando o senhor presidente classificou como uma falsidade tremenda a relação entre os fracos resultados no ORU do Eixo Bairro de Delães e a insuficiência de investimento público, esqueceu que o relatório e todos os partidos: PS, Iniciativa Liberal, CDS e até intervenções críticas internas, reconheceram que Delães como o território em perda, com fraca dinâmica urbanística, incapacidade de atrair a reabilitação. -----

---Esqueceu também que o investimento público numa ORU não se limita a centros sociais e acessibilidades, inclui igualmente habitação, nomeadamente habitação a custos controlados, que é isso que estamos aqui a falar. -----

---Foi precisamente essa dimensão decisiva para gerar densidade, atratividade e capacidade de regeneração que o Eixo Bairro de Delães não teve. E é essa mesma falta de prioridade estratégica que hoje encontramos na caducidade das candidaturas nesta discussão.-----

---Neste ponto discutimos a caducidade de várias candidaturas no âmbito da oferta pública de aquisição de imóveis e importa recordar desde já que o Partido Socialista havia antecipado essa possibilidade, alertando em intervenções anteriores que a execução deste processo apresentava fragilidades. Fragilidades muito sérias que, se não fossem corrigidas, poderiam comprometer o programa. Foi o que aconteceu. -----

Assembleia Municipal

---Entre estas fragilidades destacamos, e hoje é fundamental sublinhar, a escolha dos terrenos e as acessibilidades envolvidas. -----

---O PS manifestou desde o início muitas reservas quanto à localização de vários empreendimentos, sublinhando que alguns dos terrenos selecionados não tinham aptidão mínima para a edificação.-----

---Alertamos igualmente para situações em que as acessibilidades eram tão deficientes que nem sequer permitiam o cruzamento de um carro ou de uma ambulância, que era um requisito básico, obviamente, de segurança e funcionalidade urbana. -----

---O próprio programa foi à época caracterizado pelo PS como podendo transformar-se uma tragédia habitacional sem solução, caso não fossem corrigidas estas fragilidades. --

---Face a este histórico de pré-aviso, não podemos ignorar que a caducidade agora apresentada confirma parte substancial das nossas preocupações. A ausência de acompanhamento diligente do município ao longo de mais de um ano agravou este cenário muito frágil. -----

---Hoje discutimos não apenas incumprimentos de privados, discutimos a incapacidade do executivo de salvaguardar o interesse público, num dos domínios mais sensíveis da política municipal, o acesso à habitação. -----

---Perdem-se fogos, perde-se tempo, perde-se investimento do PR e, sobretudo, perdem as famílias, continuam sem resposta. -----

---Por esta razão e em coerência com os alertas que o PS desde o início mantemos, a nossa posição à proposta, defendendo uma política de habitação assente em rigor técnico, planeamento responsável e proteção efetiva do interesse coletivo.-----

---E deixo duas perguntas que sintetizam as nossas preocupações. -----

---Depois desta sucessão de falhas, que garantias pode o executivo apresentar à Assembleia e aos famalicenses de que a política municipal de habitação não continuará a perder oportunidades que o concelho já não pode desperdiçar?-----

---Segunda, e perante a caducidade das candidaturas, que resposta concreta tem o município para a escassez persistente e habitação a custos controlados, que continua muito aquém das necessidades reais das famílias? -----

---**JOÃO PEDRO ARAÚJO (PSD)** - A habitação é um direito fundamental. Não é um luxo, não é um favor, é uma obrigação do Estado e uma prioridade deste executivo municipal. -----

---A autarquia de Famalicão está a implementar o programa primeiro direito, integrando o plano de recuperação e resiliência com o único objetivo: garantir que nenhuma família fique para trás por falta de um teto digno. Já temos 220 fogos em construção. Sim, ouviram bem, 210 fogos de habitação. São mais 26 milhões de euros de investimento público com impacto na vida das pessoas. Castelões, Gondifelos, Delães, Mogege, Bairro, Oliveira Santa Maria, Carreira, todos eles têm montantes acima dois, três, quatro milhões de euros, mas não queremos parar. Temos neste momento 140 agregados familiares com necessidade de uma resposta e que já foram identificados. -----

---Mas também não deixa de ser verdade, um dos grandes objetivos da ODS ou objetivos de desenvolvimento sustentável é cidades e comunidades sustentáveis, onde o problema da habitação não é um problema só de Famalicão. E isto parece em alguns grupos parlamentares que o problema está em Famalicão e é fácil resolução. Uns dizem: “Por via digitalização os processos andam mais rápidos, os empreiteiros fazem mais depressa”. Outros dizem: “Só em Famalicão constrói-se muito mais que os outros municípios ou que nos outros países”. Mas afinal a habitação continua a ser um problema. -----

---Meus senhores, este problema habitação não é um problema europeu, é um problema europeu, é um problema mundial. E quem acha que tem soluções fáceis de resolução, enganem-se. Isto é um processo muito gradual em que passo a passo temos estas situações de resolução de melhoria.-----

---Obviamente, obviamente, estamos, não só na habitação, mas quem conhece toda a indústria nacional percebe as carências e debilidades que temos: mão de obra, equipamentos, é a maior ameaça a qualquer atividade económica e financeira. -----

---Meus senhores, não é só via digitalização que agiliza a eficiência e no fundo a resolução a uma resposta de uma necessidade. Não é só aumentar mais construção que temos essa resposta, não é também por essa via, mas neste caso em concreto e neste caso em particular não estamos de olhos fechados. -----

---A habitação não pode ser um palco de demagogia. A habitação tem que ser um palco com uma reflexão interessante e importante por parte de todos. O PRR foi uma oportunidade e por isso não foi uma oportunidade perdida para este município, porque vinte e seis milhões de euros é dinheiro. Por isso, cada vez mais estamos aqui para debater para um concelho muito mais justo, mais coeso e onde tenham lugar. Agora, muitos daqueles que dizem que isto é muito fácil resolução, tiveram essa oportunidade durante a sua governação. E nisso ficamos claros e bem informados. Pouco fizeram ou nada o fizeram.-----

---**JORGE COSTA (PS)** - É claro que o problema da habitação é um problema político. Disse, o senhor deputado que antecedeu, temos 140 famílias sinalizadas em situação extrema, contou o seu deputado Miguel Fidalgo e aquele jovem da CDU, entre outros nesta sala que disseram, disse de uma forma singela: “Eu quero sair da casa dos meus pais. E estou travado com todos os jovens da minha idade.” Portanto, quando se fazem opções, por exemplo, por uma rotunda para um parque industrial, é uma opção da Câmara.

A Câmara a suportar uma rotunda, mas não se fez o alargamento da via da rua José Régio para permitir que estas casas tivessem viabilidade. -----

---A Câmara podia ter ido à chegada ao pé da FamaConcret e dizer: “Olha, nós vamos ser parceiros e vamos garantir a estabilidade deste terreno”. Mas não o fez. Falta aqui também mobilizar o governo central. Os países nórdicos, isto não é um problema mundial, os países nórdicos deram soluções com uma solução. Construiu-se só na Suécia 1 milhão de casas, mas houve intervenção do governo. E, portanto, não há coragem, não tem havido em Famalicão, nem no PSD, a coragem para inverter isto. -----

---**O SENHOR PRESIDENTE DA CÂMARA MUNICIPAL, MÁRIO PASSOS** - Só por ventura para clarificar, porque normalmente esta temática traz como é esperado, muita demagogia aqui, muito misturar alhos com bugalhos. Eu gostava de colocar, eu não sei se posso colocar questões, senhor presidente, acho que sim, para alguém também responder. Qual é o urbanismo de Portugal que funciona melhor que o nosso? Para não ser só demagogia. Gostava de saber porque nós não temos esse conhecimento. Aliás, o conhecimento que temos fica para a próxima. -----

---Quem é que construiu, aqui dos concelhos vizinhos, mais habitação pública para arrendamento acessível de que nós? -----

---Quem foi? -----

---Portanto, que fez melhor que nós? -----

---Se nós somos tão maus, quem é que foi tão bom ou melhor? -----

---Só queria um. Arranjem um concelho que não é pedir muito. -----

---E qual ou quais os concelhos cujo privado está a construir mais do que nós? -----

---Como é sabido, saiu no público ou no expresso, que nós somos dos concelhos de Portugal que mais constrói, aliás, penso que até o segundo. Portanto, o que vocês estão aqui a dizer é que nós somos mais ou menos e o resto do país não presta para nada.

Portanto, nós obviamente que gostávamos de ter construído mais no âmbito do PRR.

Lembro que este dossiê não terminou.-----

---O governo de Portugal contratualizou com o BEI um fundo nacional para a habitação a que os municípios vão poder se candidatar. E, obviamente, que a Câmara Municipal de Famalicão será uma, com certeza de outras, que se vai candidatar para prosseguirmos esta trajetória de sermos um dos concelhos que mais constrói também na habitação pública.

Para além disso, obviamente criar condições, como está a suceder, para que o privado continue também a investir, como está a acontecer. Temos neste momento cerca de 2.000 frações em construção do privado, 2.000.-----

---Lembro também que temos os apoios para a habitação, temos o apoio à renda, em que estamos a apoiar mais de 400 famílias para poderem pagar a sua renda.-----

---Lembro que estamos a apoiar obras em casas das famílias mais carenciadas para que elas se mantenham nessas casas.-----

---Lembro que estamos a trabalhar para que nós possamos vender a custos reduzidos terrenos, nomeadamente para os jovens. Para além, obviamente, de estarmos a fazer agora um trabalho, já agora fica a nota, de sensibilização dos promotores privados, para que vendam os seus imóveis aos clientes finais e não usem os fundos nacionais e internacionais, porque isso é que faz aumentar a especulação imobiliária.-----

---Nós estamos a fazer isso tudo. Isto tudo. Aqui, neste caso em particular, mais uma vez lembro, foi o promotor que não conseguiu desenvolver nos terrenos que apresentou a unidade de execução. Esta é que é a verdade e não a outra.-----

---**RICARDO MENDES (CDS)** - Tirando a parra e ficando com a uva, e contraditando aquilo que foi aqui até referido em absoluto e é a realidade é que o custo de venda ou o preço de venda de mercado de uma habitação normal em Famalicão ascende neste momento a 3.000 €. Mas não é o custo de mercado. E o programa Primeiro Direito que

foi aprovado e condicionado com os apoios do PRR, que foi devidamente estruturado pelo 21º Governo Constitucional, em 2018, impunha algumas regras e algumas balizas relacionadas com aquilo que é o valor que cada município podia colocar nestas ofertas públicas de aquisição. E esse valor, e tendo em conta aquilo que o senhor presidente da Câmara referiu, merece-nos logo à partida alguma reflexão. -----

---Como o senhor presidente da Câmara bem referiu, os municípios aqui ao lado fizeram bastante menos do que Famalicão, é um facto, bastante menos, com valores às vezes superiores em 500 € o metro quadrado, porque aquilo que foi definido neste programa primeiro direito e pelo próprio IHRU que gere o programa é que o custo, ao contrário do que disse o senhor deputado do CHEGA, não são os 3.000 euros é menos de 1.300€ o metro quadrado. Portanto, os empresários que fizeram este investimento em Famalicão, fizeram pela base. -----

---Alguns, não sei se eventualmente tiveram lucro naquilo que fizeram. Fizeram pela base, 1.300€ metro quadrado. Há concelhos vizinhos aqui que têm 1.800€. Não têm uma densidade populacional porventura maior. Como é que se achou este valor? -----

---Precisamente a uma divisão, uma média daquilo que é feito em todo o concelho. Como nós sabemos, há locais no concelho que não têm pressão urbanística, ou seja, o metro quadrado do concelho é bastante mais baixo. Portanto, pelas vendas das casas que foram realizadas, achou este valor. Este será o valor correto? Não. Tinha tudo para fracassar? Claro que tinha. -----

---Se eventualmente um construtor, um operador de mercado tenha a possibilidade de vender o metro quadrado a 2.500, 3.000, às vezes mais, não vai fazer nem vai colocar toda a sua estrutura na construção de habitações só porque sim. Para eles, na visão empresarial deles, que tanto é apregoada pela Iniciativa Liberal e funciona aqui o mercado quase selvagem e capitalista, como diria seguramente a CDU. E por esse mesmo motivo,

o que é que aconteceu? Muito investimento, 210 casas, felizmente já foram ou estão em construção, mas obviamente com a dificuldade em arranjar recursos humanos, a manutenção de uma política fiscal para a construção, que vai ser neste momento corrigida por este governo, que ainda tem IVAs a valores estratosféricos, quando devia ter a 6%, e vai ter a 6%. Portanto, aquilo que se operou aqui em Famalicão, peço desculpa se calhar pelo exagero, mas foi quase um milagre.-----

---Conseguir construir estas casas a este valor foi quase um milagre nas condições do mercado de hoje, foi quase um milagre. E agora sim, agora vão permitir através da criação de um novo programa que a Câmara possa, de facto, investir aos valores que são praticados na realidade. Valores mais baixos, obviamente, como sabe, neste programa ou há algumas situações estão bem colocadas neste programa, um T3 não pode ter mais do que 100 m², um T2 não pode ter mais de 75 m². Os materiais utilizados têm que ser obviamente modestos, resistentes e confortáveis, mas modestos para conseguirem custos mais baixos do que aqueles que se praticam no mercado. Portanto, tirando toda ou decapando todo este debate, que tem aqui algumas razões ideológicas e algumas praticidades que desconhecemos, mas o facto é que Famalicão não tem ou não é possível construir com lucro a 1.300 € o metro quadrado.-----

---**BRUNO PEREIRA (CDU)** - Como disse na intervenção da CDU, esta é uma situação que nos dois desconfortáveis e perplexos, desconforto e perplexidade, que aumenta ao ouvir a intervenção do senhor presidente da Câmara que nos faz levar a crer e a todos os famalicenses que devemos estar gratos porque Famalicão tem feito um pouco melhor do que os outros concelhos.-----

---Eu pergunto, este pouco melhor está a ser suficiente para todos os famalicenses?-----

---Ainda mais, menciona que falar da habitação vem sempre acompanhado de demagogia. Senhor presidente, a realidade não é demagógica, é real, é factual. Quem vive e trabalha

em Famalicão tem dificuldade em pagar rendas, em comprar casa em Famalicão. E não, não estamos gratos, aliás, estamos bastante insatisfeitos e acrescento por dizer, quem vive e trabalha em Famalicão deve conseguir poder arrendar e comprar casa em Famalicão. pelo que o que se tem feito não é pelo atual executivo, não é para estarmos gratos, é para estarmos insatisfeitos e exigir mais e melhor. Tem o cargo, o executivo tem a competência, o que se exige é que o faça para responder às reais necessidades dos famalicenses. -----

---**MIGUEL FIDALGO (INICIATIVA LIBERAL)** – (Interpelação á Mesa) Peço uma exceção, visto que o senhor presidente me endereçou uma questão para responder com apenas cinco segundos. -----

---**O SENHOR PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL, JOÃO NASCIMENTO** - Senhor deputado, vai me desculpar, mas o senhor deputado... senhor deputado, duas coisas. Duas coisas, senhor deputado. O regimento é claro e, portanto, as normas são para cumprir, pese embora alguma latitude da Mesa e o facto disto não ser uma interpelação à Mesa, não é? Portanto, obrigado pela colaboração. -----

---**POSTA À VOTAÇÃO A PROPOSTA DA CÂMARA MUNICIPAL DA CADUCIDADE DE CANDIDATURAS AO ABRIGO DA OFERTA PÚBLICA DE AQUISIÇÃO DE IMÓVEIS NO ÂMBITO DO PROGRAMA 1.º DIREITO/ PLANO DE RECUPERAÇÃO E RESILIÊNCIA (PRR), INVESTIMENTO RE-C02-I01 – PROGRAMA DE APOIO AO ACESSO À HABITAÇÃO – AVISO DE PUBLICAÇÃO N.º 01/CO2-I01/2021 – COMPONENTE 02 – HABITAÇÃO. TUDO NOS TERMOS DA RESPECTIVA PROPOSTA, FOI A MESMA APROVADA POR MAIORIA, COM OS VOTOS FAVORÁVEIS DO PSD, DO CDS E DOS SENHORES**

PRESIDENTES DA JUNTA INDEPENDENTES, E OS VOTOS CONTRA DO PS E DA CDU, ABSTENÇÃO DO CHEGA E DA INICIATIVA LIBERAL. -----

---O SENHOR PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL, JOÃO NASCIMENTO - Vamos passar aos próximos pontos da ordem de trabalhos. Senhores deputados, aproximam-se, avizinham-se os pontos de discussão dos impostos municipais e eu pergunto aos seus deputados se pretendem agrupar os pontos para a discussão e depois fazemos a votação, em separado? 9, 10 e 11 e deixamos o 12 à parte, é isso? Muito bem. -----

---NONO PONTO – DISCUSSÃO E VOTAÇÃO DA PROPOSTA DA CÂMARA MUNICIPAL DE FIXAÇÃO DAS SEGUINTE TAXAS DO IMPOSTO MUNICIPAL SOBRE IMÓVEIS PARA VIGORAR NO ANO DE 2025, CUJA LIQUIDAÇÃO SERÁ EM 2026:-----

---I. AO ABRIGO DO N.º 5 DO ARTIGO 112.º DO DECRETO-LEI N.º 287/2003, DE 12 DE NOVEMBRO, NA SUA REDAÇÃO ATUAL, APROVAR A TAXA DE 0,335% PARA OS PRÉDIOS URBANOS CONTEMPLADOS NA ALÍNEA C), N.º 1, DO ARTIGO 112.º DO MESMO DIPLOMA; -----

---II. AO ABRIGO DO N.º 1 DO ARTIGO 112.º-A DO DECRETO-LEI N.º 287/2003, DE 12 DE NOVEMBRO, NA SUA REDAÇÃO ATUAL, APROVAR A DEDUÇÃO FIXA DE 30€, QUANDO O IMÓVEL SEJA DESTINADO A HABITAÇÃO PRÓPRIA E PERMANENTE DO SUJEITO PASSIVO OU DO SEU AGREGADO FAMILIAR, E QUE SEJA EFETIVAMENTE AFETO A TAL FIM, ESTA COINCIDA COM O RESPECTIVO DOMICÍLIO FISCAL, E ESTE TENHA 1 DEPENDENTE A SEU CARGO; -----

---III. - AO ABRIGO DO N.º 1 DO ARTIGO 112.º-A DO DECRETO-LEI N.º 287/2003, DE 12 DE NOVEMBRO, NA SUA REDAÇÃO ATUAL, APROVAR A DEDUÇÃO FIXA DE 70€, QUANDO O IMÓVEL SEJA DESTINADO A HABITAÇÃO PRÓPRIA E PERMANENTE DO SUJEITO PASSIVO OU DO SEU AGREGADO FAMILIAR, E QUE SEJA EFETIVAMENTE AFETO A TAL FIM, ESTA COINCIDA COM O RESPETIVO DOMICÍLIO FISCAL, E ESTE TENHA 2 DEPENDENTES A SEU CARGO.-----

IV. AO ABRIGO DO N.º 1 DO ARTIGO 112.º-A DO DECRETO-LEI N.º 287/2003, DE 12 DE NOVEMBRO, NA SUA REDAÇÃO ATUAL, APROVAR A DEDUÇÃO FIXA DE 140€, QUANDO O IMÓVEL SEJA DESTINADO A HABITAÇÃO PRÓPRIA E PERMANENTE DO SUJEITO PASSIVO OU DO SEU AGREGADO FAMILIAR, E QUE SEJA EFETIVAMENTE AFETO A TAL FIM, ESTA COINCIDA COM O RESPETIVO DOMICÍLIO FISCAL, E ESTE TENHA 3 OU MAIS DEPENDENTES A SEU CARGO. -----

TUDO NOS TERMOS DA RESPETIVA PROPOSTA. (GRELHA E)-----

---DÉCIMO PONTO - DISCUSSÃO E VOTAÇÃO DA PROPOSTA DA CÂMARA MUNICIPAL, DE ACORDO COM A ALÍNEA C) DO ARTIGO 14.º DA LEI N.º 73/2013, DE 3 DE SETEMBRO, DAS ALÍNEAS C) E D) DO N.º 1 DO ARTIGO 25.º E DA ALÍNEA CCC) DO N.º 1 DO ARTIGO 33.º, AMBOS DO REGIME JURÍDICOS DAS AUTARQUIAS LOCAIS, APROVADO PELA LEI N.º 75/2013, DE 12 DE SETEMBRO, PARA APROVAÇÃO POR ESTE ÓRGÃO DELIBERATIVO DE: -----

---I. LANÇAR UMA DERRAMA DE 1,2% SOBRE O LUCRO TRIBUTÁVEL SUJEITO E NÃO ISENTO DE IRC, RELATIVA AO ANO DE 2025;-----

--II. APROVAR A RENOVAÇÃO DO REGULAMENTO DE ISENÇÃO DE DERRAMA SOBRE O IRC, PARA VIGORAR ATÉ 31 DE DEZEMBRO DE 2026, NOS TERMOS DO ARTIGO 14.º DO MESMO; -----

III. ISENTAR DA DERRAMA DE IRC, RELATIVA AO ANO DE 2025, OS SUJEITOS PASSIVOS COM UM VOLUME DE NEGÓCIOS NÃO SUPERIOR A 250.000,00€, NOS TERMOS DO N.º 22 DO ARTIGO 18.º DA LEI N.º 73/2013, DE 3 DE SETEMBRO, NA SUA REDAÇÃO ATUAL. -----

TUDO NOS TERMOS DA RESPETIVA PROPOSTA. (GRELHA E)-----

---DÉCIMO PRIMEIRO PONTO - DISCUSSÃO E VOTAÇÃO DA PROPOSTA DA CÂMARA MUNICIPAL, PARA APROVAÇÃO DA TAXA DE 4,5% REFERENTE À PARTICIPAÇÃO DO MUNICÍPIO NO IRS DOS SUJEITOS PASSIVOS COM DOMICÍLIO FISCAL NA CIRCUNSCRIÇÃO TERRITORIAL DO CONCELHO DE VILA NOVA DE FAMALICÃO, REFERENTE AOS RENDIMENTOS DO ANO DE 2026, DE ACORDO COM O N.º 1 DO ARTIGO 26.º DA LEI N.º 73/2013, DE 3 DE SETEMBRO, DA ALÍNEA C) DO N.º 1 DO ARTIGO 25.º E DA ALÍNEA CCC) DO N.º 1 DO ARTIGO 33.º, AMBOS DO REGIME JURÍDICOS DAS AUTARQUIAS LOCAIS, APROVADO PELA LEI N.º 75/2013, DE 12 DE SETEMBRO. TUDO NOS TERMOS DA RESPETIVA PROPOSTA. (GRELHA E)-----

---O SENHOR PRESIDENTE DA CÂMARA MUNICIPAL, MÁRIO PASSOS -

Senhor presidente, relativamente a esta matéria, que é muito importante, obviamente, para as famílias famalicenses e para a atratividade do nosso território, que também é bem visível, desde logo, uma evidência que está vista a todos, basta consultar o INE que é a demografia que está a aumentar em Famalicão. E falo não só da demografia de imigrantes, porque essa franja está a suceder em todos os territórios, creio eu, do país, mas estou a falar sobretudo de uma outra franja, essa sim é que mede claramente a atratividade do

território, que é a demografia de portugueses que estão a vir para Famalicão e com isso, melhor dizendo, faz incrementar a demografia de portugueses em Famalicão e em Braga, ao contrário de todos os outros que estão a baixar isto no distrito de Braga. E, portanto, aqui é uma boa evidência de que temos um território cada vez mais atrativo, senão, com certeza, estas pessoas que vivem já noutros concelhos não viriam para Famalicão, iriam para outros concelhos que também são muito interessantes. A diferença é que o nosso está-se a tornar cada vez mais interessante relativamente a outros, e por isso esta demografia de portugueses está a aumentar em Vila Nova de Famalicão. E com isso, obviamente, a propósito do que se disse atrás, também pressiona ainda mais a habitação em Vila Nova de Famalicão. -----

---Uma outra evidência clara é o investimento, o investimento privado, porque os investidores, obviamente, só investem nos territórios em que acreditam. E, portanto, aqui nós temos a maior construção da nossa história em habitação, dos que mais constroem em Portugal, e também outro investimento, investimento no tecido produtivo, empresarial em geral, que também vamos ter o maior investimento da nossa história com cerca de 700 milhões de euros só para o nosso tecido produtivo nos próximos três, quatro anos. E, portanto, são evidências, são dados objetivos, claro está, que depois aqui alguns hão de trazer coisa diferente, porque não se preparam e não vão ver ao INE o que é que está a suceder com dados objetivos.-----

---Relativamente a este chamado dossiê fiscal, que nós encaramos este dossiê com tudo aquilo que os famalicenses pagam, não só os impostos por via do IMI, porque normalmente se fala muito só do IMI, mas o IMI neste momento é aquele que temos pouco a fazer porque estamos a chegar ao mínimo deste IMI. Portanto já não representará muito esta diferença entre o que está agora e o que poderia suceder caso estivéssemos no mínimo. É só também fazer uma conta de aritmética simples, que todos sabemos fazê-la.

Mas também temos aqui, obviamente, que para nós importa são as taxas, são as tarifas, lembro sempre a tarifa da água, que é muito importante, essa sim tem um peso significativo que é preciso pagá-la todos os meses e como é sabido também a nossa tarifa, neste momento, lembro que é das mais baixas quando comparada com os nossos municípios à volta. Aliás, quando comparado com alguns que confrontam com o nosso território, é a metade do preço, é só a metade do preço. Portanto, não vou referir os nomes porque nunca o fiz, mas por ventura, se quiserem também posso referir. -----

---Isto para acrescentar que no âmbito dos meus, nossos compromissos eleitorais, sempre disse no que respeita ao IMI em particular, que havia aqui uma correlação, como sempre foi feita, uma correlação entre a taxa de IMI e a arrecadação da receita. Portanto, iríamos olhar e esta arrecadação da receita, como é sabido, porque baixamos o IMI em... foi aprovada a descida do IMI da segunda vez que foi, que foi concretizada no último mandato, porque lembro que também baixamos duas vezes o IMI, e da última vez, obviamente, só vamos ter o valor real da arrecadação da receita no relatório de contas de abril do próximo ano, como é sabido. E, portanto, aí nós vamos comparar a arrecadação. Se a arrecadação subir, como eu acho porventura que vai subir atendendo a esta dimensão de transações imobiliárias que está a suceder também em Famalicão, que é dos maiores do país, sendo que os primeiros três anos, como é sabido, há isenção da taxa de IMI, portanto, nunca sabemos bem a arrecadação da receita. -----

---Sabemos também que a autoridade tributária desenvolve de forma rotineira a avaliação dos imóveis, que é outra coisa que nada tem a ver com as Câmaras Municipais, como é sabido, que é o valor patrimonial tributário que a autoridade tributária - as finanças - como é mais conhecida, desenvolve também, que muitas vezes sobe, outras vezes desce. E, portanto, teremos que esperar realmente para abril para sabermos a arrecadação da receita.

---Conforme é meu compromisso, que os famalicenses validaram e validaram de forma inequívoca, se esta arrecadação for superior ao valor que está estabelecido, obviamente que nós vamos continuar a descer o IMI. E, portanto, eu antevejo que, porventura, tal como se sucedeu no último mandato, que nós possamos continuar nesta linha de tendência de descida do IMI para o mínimo, que estamos quase lá a chegar, mas até lá, até lá chegarmos. Mas lembro mais que relativamente ao IMI, nós aderimos também ao IMI familiar, desde um filho, dois filhos e três filhos a que corresponde 30€, 70€ e 140€ que é subtraído diretamente ao valor que as famílias teriam que pagar. Portanto, é uma subtração direta e nós aderimos a todos eles. Só esta adesão ao IMI familiar corresponde a mais de meio milhão de euros por ano. É isso que corresponde só ao IMI familiar. Só ao IMI familiar. E, portanto, nós o que vamos fazer, é que é óbvio para todos, como tem que ser, atendendo a estes todos pressupostos, é que não vamos subir nada, obviamente, e vamos manter quer a taxa de IMI, quer a taxa da derrama. Lembro que aqui na questão da derrama, que já é 1,2%, é muito competitivo, mas nós isentamos até valores de 250.000€, que são poucos os municípios que o fazem, até 250.000. Portanto, as pequenas empresas porventura quase todas elas, para não dizer todas elas, mas como não tenho esse dado objetivo, não me pronuncio, mas quase todas elas, estou certo, estão isentas da derrama. E, depois, o IRS também vamos manter dos 4,5%, até porque sabem que os rendimentos mais baixos ou não pagam o IRS ou pagam muito pouco o IRS. Portanto, nós aqui baixando o IRS, aliás, vi agora que algumas câmaras estão a subir o IRS que desceram durante anos e agora vão começar a subir. Portanto, aqui o que íamos ajudar eram as famílias que mais ganhavam, com rendimentos superiores e não aquelas que tinham rendimentos inferiores, como todos sabemos. E, portanto, a nossa proposta é esta, mas obviamente fica aqui a nota de que, no relatório e contas, aí sim, vamos anunciar se vamos, no que respeita ao IMI, se vamos descer ou não o IMI. Aquilo que entrevejo,

Assembleia Municipal

atendendo a tudo o que se está a passar deste enorme crescimento e desenvolvimento de Vila Nova de Famalicão, que por ventura poderemos estar em condições de descer o IMI para 2027. -----

---**PAULO PINTO (PS)** - Realmente, senhor presidente, nós às vezes olhamos para os mesmos números e temos visões distintas. Mas já lá vai, já iremos. -----

---Ora bem, estamos aqui mais uma vez em decurso da lei para analisar aquela que é a política fiscal desta maioria e as suas opções. E olhando para essas opções, o que salta à vista é a insensibilidade. -----

---Insensibilidade para com os famalicenses, insensibilidade para com as empresas. Continua uma política de incremento de receita fiscal - os números são claros - sempre com a justificação da tão apregoada estabilidade fiscal que, apesar de manter percentagens, na prática resulta de um aumento constante de receita fiscal. Ou seja, os famalicenses e as empresas contribuem cada vez mais para o orçamento desta câmara. Para que esta possa muitas vezes desbaratar esse contributo esforçado de todos. Por muito que queiram tapar o sol com a peneira, a realidade é só essa. -----

---Como já referi no passado, a tão apregoada estabilidade fiscal não passa de uma ilusão. Ilusão porque os famalicenses, ano após ano mais contribuem, visto que a receita não para de crescer. -----

---Ao longo destes anos, o Partido Socialista tem vindo a demonstrar que é possível tomar opções diferentes, que é possível baixar a carga fiscal sobre os famalicenses e empresas. Temo-lo feito, apresentando soluções e números que comprovam que tais opções não comprometiam minimamente o orçamento municipal, porque acima de tudo apresentamos soluções responsáveis. -----

---Também é verdade, e temos de o reconhecer, que pontualmente esta maioria ouve o Partido Socialista. Demorando algum tempo, mas após tantos anos que o PS tem

reclamado a baixa de impostos municipais, esta maioria aplicou nos últimos anos reduções pontuais no IMI e no IRS. Demorou, mas lá reconheceu que o PS tinha razão e que era possível fazê-lo. Mas temos de reafirmar que o fez tarde e de forma insuficiente. Era possível, é possível e desejável e também dizê-lo justo ir mais além. É possível reduzir ainda mais a carga fiscal, e volto a reforçar, isto sem pôr em causa o orçamento desta câmara. Aliás, o relatório que iremos analisar no último ponto desta assembleia e que é no fundo o mini relatório de contas parcial, esclarece quaisquer dúvidas que possam existir.-----

---A receita deste município continua a aumentar. Houve uma parte significativa da receita 2024, que este município não conseguiu investir em Famalicão e nos famalicenses, o que demonstra que a cobrança está no máximo, mesmo que isso signifique um esforço incompreensível para os famalicenses e para as empresas. E com o investimento em Famalicão, esse não corresponde minimamente a esse esforço.-----

---Mas vamos então à nova/velha proposta desta Câmara. Relativamente ao IMI para 2026 a proposta desta maioria é manter os 0,335% que estão em vigor este ano. Valor que representa quase 12% acima do valor mínimo do permitido por lei. É verdade que a taxa já foi superior, mas fruto em grande parte da pressão do Partido Socialista com a devida demonstração com números, esta maioria lá resolveu baixar parcialmente a taxa. No entanto, a atual percentagem se demonstra como elevada e justificada. Há que continuar o caminho positivo da descida justa. -----

---Relativamente às isenções, elas também se mantêm. Outra conquista após muitos anos de luta do Partido Socialista para que um filho fosse considerado como tal. Porque houve tempos, não muito longínquos, em que esta maioria só considerava reduções para famílias que tivessem no mínimo dois filhos, deixando de fora as famílias que tinham só um filho. Se calhar, muitos já não se recordam, mas é bom recordar. -----

Assembleia Municipal



---A receita prevista para 2025 continua a crescer para 15,8 milhões de euros, que sendo pela experiência, essa será uma realidade que poderemos constatar no relatório de contas. Aliás, senhor presidente da Câmara levantou já a visão que poderá ultrapassar a taxa a aplicar em Famalicão, cerca de 12% superior ao mínimo possível contrasta com os 195 municípios em Portugal, em 2025 aplicaram a taxa mínima de 0,3. -----

---Famalicão, infelizmente, não está nessa maioria, não está porque não quer e não porque não pode, porque poder pode, mas não quer. Como já referimos várias vezes e demonstramos por números, é possível ir mais longe, é possível reduzir os esforços famalicenses sem pôr minimamente em causa a estabilidade financeira da Câmara. Já o demonstramos com números, só falta a vontade, porque os juízos não existem. -----

---Em IMI, este executivo até ao final de 2024 já tinha cobrado quase 73 milhões de euros durante o anterior mandato. Se na altura eu critiquei o antecessor que entre 2017 e 2020 cobrou cerca de 61 milhões de euros, com uma média de 14,5 milhões de euros por ano no mandato, o que dizer agora com os quase 16 milhões cobrados. Isto, apesar das medidas postas em ação, após a aceitação das propostas do PS para a implantação, em primeiro lugar do IMI familiar para um filho e depois a consideração de redução para as famílias. -----

---A promessa que o senhor presidente fez agora, já devia ter sido aplicada, que a receita tem vindo a aumentar, portanto, vem tarde. Mas se realmente o que vier já é justo que venha. -----

---Relembro que de acordo com o anuário dos municípios portugueses, em Famalicão o IMI representava 40% da receita fiscal. A média dos municípios grandes era 34,5, portanto, estamos à frente e onde Famalicão ocupa o 25º lugar na perca de receita de IMI, sendo esta variável calculada e na baseada na diferença que se fosse aplicada à taxa mínima. Portanto, os números são esclarecedores. Também somos o 16º concelho com

maior aumento de coleta de IMI em Portugal e o primeiro no distrito. Certamente era possível/desejável ir mais além.-----

---Relativamente à derrama, tudo igual, apesar da receita prevista para este ano ser de 8,2 milhões de euros, cerca de 10% acima, bem acima do PIB estimado para 2025. Isto num imposto, e convém recordar, que esta maioria chegou a referir que queria extinguir, mas ao contrário dessa intenção, Famalicão já era o 11º município a nível nacional da cobrança deste imposto.-----

---Relativamente ao IRS, a proposta é manter nos 4,5 a participação do município. Em primeiro lugar, há que referir que deu muito trabalho ao Partido Socialista para convencer esta maioria que a participação deveria baixar dos 5%, que durante muitos anos andaram a aplicar. Ao fim de alguns, muitos anos, lá ouviram e aceitaram baixar, mas temos de realçar muito a quem do que era possível e justo.-----

---A receita com esta participação no imposto tem aumentado nos últimos anos, mais de 14% em Famalicão. Logicamente que sabemos que uma parte desse aumento vem das políticas do governo do Partido Socialista, com o aumento dos salários médios e a redução da taxa de desemprego.-----

---A receita orçamentária deste imposto em Famalicão, ao longo dos últimos três anos, só para exemplo, foi de 4,7 milhões de euros em 2023, 5,4 em 2024 e 6,2 milhões para 2025. Mas isto leva-nos a uma pergunta, se o valor da receita continua a subir de forma desmesurada, não era chegada a hora de podermos reduzir a contribuição de todos os famalicense e dar algum conforto e imagem para o seu dia-a-dia? Pelos vistos esta maioria pensa que não. E apesar de cada vez cobrar mais e mais, prefere continuar a honrar todos os famalicense. Aquela famosa política de cobrar um pão e dar uma migalha que todos já sabemos e continua a singrar nesta maioria.-----

Assembleia Municipal



---Mas volto a lembrar até de acordo com o repto que foi feito aqui para a maioria de apresentar soluções, algumas contas rápidas para demonstrar a insensibilidade desta câmara e demonstrar que a redução seria mais que possível.-----

---De realçar também que foi aqui falado com a oposição que deve apresentar propostas, mas por exemplo, da Câmara Municipal os vereadores do Partido Socialista apresentaram uma proposta que nem foi tida em conta para a análise. Mas eu, relativamente ao IRS, gostaria de fazer um exercício muito rápido. Se a taxa que o município aplicasse fosse de 4% e não os 4,5%, a receita prevista expectável seria de 5,5 milhões de euros. E se numa loucura total, imaginemos, se fossemos a 3,5%, a receita prevista seria de 4,8 milhões de euros, valor ainda assim superior ao arrecadado em 2022. -----

---Agora, esta maioria, no nosso entender, deve aproveitar esta folga orçamental em vez de aproveitar o aumento da receita fiscal, mantinha a mesma estável, e com isso não poria em causa o orçamento municipal e daria isso uma folga aos famalicensenses.-----

---Referir só que em 2025 a nível nacional cerca de 200 autarquias reduziram a taxa de IRS e dessas 43 fizeram a loucura total que é abdicarem totalmente desta taxa. -----

---Senhor presidente, como nos anos anteriores, posso garantir a todos os famalicensenses e a vossa excelência que o Partido Socialista vai continuar a apresentar as possíveis propostas no sentido de atenuar o peso dos impostos municipais. Vamos continuar a lutar, que a verdade é que esta maioria, apesar de atacar o Partido Socialista de forma demorada, lá começa a aceitar a implementar as propostas e sugestões do PS.-----

---Cabimento orçamental, todos sabemos que existe, falta a vontade. Também já lhe referi, senhor presidente, que o seu problema o Partido Socialista está sempre a reclamar, digo, e nós deixamos de estar a reclamar. O importante é que implemente estas reduções. Perante este cenário total, o Partido Socialista entende que tem um papel construtivo e de incentivo e, como tal, entende que deverá reforçar a sua posição e pressão nesta maioria.

Assembleia Municipal

---Também de referir que estes pontos foram votados de forma global na Câmara Municipal, ao contrário do que irá acontecer nesta assembleia e por isso e para não se levantarem vozes que irão dizer que o PS tem duas posições, o PS irá votar contra as três propostas. Por isso, mas também essencialmente, porque entende que é necessário fazer mais, muito mais e que a melhor maneira de pressionar este executivo é com o voto contra.

---Por Famalicão e contra a insensibilidade. -----

---**JOÃO PEDRO CASTRO (CHEGA)** - Senhor presidente da Câmara, ouvi atentamente os seus argumentos e não concordo com eles, como sabe. Também é estranhíssimo ouvir aqui o PS falar em baixa de impostos, quando desde sempre tiveram uma obsessão tremenda pelo confisco, pelo pagamento de impostos. Aliás, foram nos governos do PS que houve a maior carga fiscal de sempre. -----

---O Partido CHEGA desde há quatro anos, desde que apareceu nesta assembleia municipal, consciente da realidade nacional e da realidade autárquica, defendeu sempre uma substancial descida da carga fiscal. Aliás, até o atual governo está aparentemente nesta senda e fala constantemente em descida de impostos. -----

---Em Portugal trabalham 163 dias por ano apenas para pagar impostos. -----

---As obrigações para com o Estado sufocam as empresas e as famílias ao ponto de lhes tirar a liberdade de escolha nas decisões do dia-a-dia. Toda esta realidade sucede porque o Estado, quer a nível central e nas autarquias é despesista, burocrático e ineficiente nos serviços prestados aos cidadãos. Há décadas que se fala em reformar o Estado. Vamos ver se é desta. Criam-se comissões, fazem-se estudos, anunciam-se intenções e no fim acrescenta-se mais um andar à burocracia com novos cargos, novos organismos e novas promessas. -----

---A redução da despesa terá que ser feita com inteligência estratégica e com uma avaliação contínua de custo benefício, seja ele económico, social, ambiental, etc. -----

Assembleia Municipal



---Uma autarquia deve ser gerida tendo em conta as verdadeiras prioridades das populações que servem. Durante a última campanha, e ela foi há bem pouco tempo, na sequência das nossas propostas tínhamos a esperança de que a descida do IMI para valores mínimos, na impossibilidade naturalmente de extinguir este imposto, seria uma realidade para o nosso município. -----

---O CHEGA, como partido responsável que é, sabe que o IMI é uma das principais fontes de receita dos municípios. Mas também sabe que há despesas que podem ser suprimidas porque não acrescentam mais valias para a população. Neste sentido, e porque já o disse variadíssimas vezes, os nossos concidadãos vêm ter connosco na rua e pedem, os famalicenses pedem que se dê um sinal e que se aplique uma medida que pretende aliviar o peso fiscal das famílias, defender a classe média e proteger o direito constitucional à propriedade privada. No momento em que os custos de vida continuam a subir, acresce ainda o facto de após tantos anos, quase pleno emprego, tínhamos sensivelmente metade da média nacional, 3.6.-----

---O nosso município enfrenta agora o espectro do desemprego para várias centenas de trabalhadores que veem os seus rendimentos diminuírem drasticamente. O IMI para nós, já o disse várias vezes e corro o risco de repetir, e vou repeti-lo até à exaustão, é um imposto que não tem qualquer fundamento ético nem económico, uma vez que incide sobre bens que já foram adquiridos e pagos pelos contribuintes. As famílias portuguesas não podem continuar a ser tratadas como inquilinas do próprio estado.-----

---O CHEGA continuará a lutar contra a carga fiscal excessiva e a favor de uma economia mais livre, mais justa e mais próxima de quem trabalha. Por isso, relativamente ao IMI, nós vamos votar contra.-----

Assembleia Municipal

---Relativamente à derrama municipal, nós também defendemos aqui uma gradual e significativa descida dos impostos, por forma a aliviar empresas deste sufoco fiscal introduzidas pelos governos socialistas em conluio com a esquerda radical. -----

---Todos temos a noção que a carga fiscal em Portugal e na maioria dos municípios são um garrote ao desenvolvimento económico e social. A redução de impostos é um catalisador da atividade económica e Portugal tem uma taxa de imposto média enorme, em particular para as empresas, mas também para os cidadãos. Esta deve ser, no nosso entender, a medida chave para o próximo orçamento municipal. A redução de impostos é crucial para reforçar a competitividade das empresas, atrair investimento estrangeiro e permitir às organizações nacionais ganhar escala no mercado global. Num contexto económico exigente, é decisivo criar condições que reforcem a confiança dos investidores e libertem recursos para a inovação e crescimento. É, pois, igualmente necessário apostar numa redução de impostos sobre o trabalho para a retenção de talento, aumentando a qualificação na indústria. Desta forma, o CHEGA sabe que propôs em sede de reunião de Câmara que a derrama municipal, imposto sobre o lucro tributável das pessoas coletivas, incida sobre as empresas cujo volume de negócios seja superior a 350.000€ acrescentando, portanto, 100.000 € ao estabelecido atualmente. Taxar as empresas da forma atual, na derrama é dizer-lhes: “Nós queremos o que vos sobra”. Está na hora de dar um sinal de esperança e motivação ao nosso tecido empresarial, afinal, o grande motor de desenvolvimento e destaque do nosso panorama nacional.-----

---Os famalicenses, repito, senhor presidente, atendendo ao contexto nacional, reclamam de uma câmara dita robusta financeiramente uma efetiva redução fiscal. Desta forma, também votaremos contra este projeto sobre a derrama. -----

---**MIGUEL FIDALGO (INICIATIVA LIBERAL)** - Discutimos hoje o pacote fiscal do município. No fundo, estamos a discutir quanto é que o município decide ir buscar às

famílias e às empresas em 2026, num momento em que a habitação, o custo de vida e a competitividade económica são os grandes temas do concelho. Da parte da iniciativa liberal, senhor presidente, a posição é muito clara. Votaremos contra estas propostas, porque entendemos que Famalicão podia e devia aliviar a carga fiscal sobre quem aqui vive, trabalha, investe e não o faz.-----

---Começo pelo IMI, talvez o imposto municipal que as famílias mais sentem. Não é abstrato, é a carta das finanças que chega todos os anos, é mais uma prestação da casa, em cima da prestação do banco, num concelho onde a habitação é hoje o maior bloqueio à autonomia. -----

---Discutir o IMI não é um detalhe técnico, é discutido o peso que o município põe em cima de quem quer simplesmente ter um teto.-----

---A proposta que hoje discutimos mantém a taxa de 0,335 para prédios urbanos e confirma as deduções fixas 30, 70 e 140 € para famílias com 1, 2, 3 ou mais dependentes. É melhor do que estar nos máximos, mas é na prática manter tudo igual no momento em que as famílias não estão nada iguais ao que estavam há 5 anos.-----

---Deixem-me olhar para os números. Segundo o anuário financeiro dos municípios, em 2024, Vila Nova de Famalicão cobrou cerca de 15.9 milhões de euros em IMI, com uma taxa de cerca de 0,34%. Se aplicasse a taxa máxima de 0,45%, teria cobrado mais 5.1 milhões. Ou seja, o município já dedica hoje cerca de 38 € por habitante em média face ao máximo legal. Isto mostra duas coisas: Famalicão é um concelho financeiramente robusto, que não vive no fio da navalha do IMI, e que há margem para aliviar ainda mais, mas se houver vontade política.-----

---Agora foquemo-nos na diferença entre o que temos e o mínimo legal que propomos. Com 0,34 taxa em 2024, aqueles 15.9 milhões significam, *grosso modo*, que baixar para a taxa mínima de 0,30 significaria uma redução de cerca de 1.7 a 1.8 milhões de euros

por ano na receita de IMI. É desta ordem de grandeza que estamos a falar, num orçamento municipal que ronda os 200 milhões de euros, isto é menos de 1% da despesa total. Para o orçamento é um ajuste perfeitamente gestionável. Para milhares de famílias é a diferença entre apertar ainda mais o cinto todos os anos ou ter algum folgo para lidar com prestações, rendas e custo de vida. E repare-se, não somos um concelho pobre em receita própria, pelo contrário, nos últimos anos a receita global de impostos municipais, portanto, IMI, derrama, IUC, IMT e outras taxas, tem crescido de forma expressiva. Famalicão está no grupo dos municípios com maior cobrança de IMI no país e com o peso de IMI na receita total em linha com a média nacional, cerca de 10 a 11%. Ao mesmo tempo, o anuário mostra que Famalicão lidera o ranking nacional de equilíbrio orçamental. -----

---Em 2024 Vila Nova de Famalicão está entre os municípios com o melhor rácio entre despesa corrente e receita recorrente. Ou seja, gastamos claramente menos em funcionamento do que aquilo que cobramos todos os anos. Isto quer dizer, com toda a frontalidade, que não é por falta de dinheiro que o IMI não baixa, é uma escolha. Quando comparamos com os nossos vizinhos, a fotografia é clara, Famalicão com 0.335 está ali no meio, nem lidera na competitividade fiscal, nem assume a coragem política de ir ao mínimo. É o chamado melhorá-lo. Aliás, à velocidade que o executivo tem mexido na taxa, sempre a conta gotas, se continuarmos neste andamento, só daqui a 10 ou 12 anos é que chegamos à taxa mínima. Se dependesse da Iniciativa Liberal, a taxa mínima de 0,30% seria uma realidade já em 2026, porque há folga orçamental para isso e porque entendemos que num momento de grande pressão sobre a habitação, o lado certo para errar é sempre a favor das famílias, não da arrecadação. -----

---Há ainda uma questão de prioridades orçamentais que não podemos ignorar. Sabemos que todos os anos o município orçamenta e executa vários milhões de euros em festas,

Assembleia Municipal

grandes eventos, animação, palcos, comunicação e promoção institucional. Se o executivo escolhesse baixar um pouco esse orçamento de festas e aparatos com contenção séria nessas rubricas, só aí, senhor presidente, conseguíamos praticamente compensar o custo de descer o IMI para a taxa mínima. Ou seja, não é um problema de capacidade financeira, é um problema sim de prioridades políticas. Entre aliviar em quase 2 milhões de euros o imposto sobre a casa das famílias ou manter intacta a máquina de festas e promoção, e este executivo escolhe as festas. A Iniciativa Liberal escolheria sim o alívio fiscal.-----

---Do nosso ponto de vista, a estratégia devia ser exatamente o oposto. Manter o IMI familiar para quem tem filhos, isso sim que está certo, alargar a isenção para novos prédios para o máximo legal, estimulando a construção e reabilitação e sobretudo definir a taxa mínima de 0,30% no mais curto prazo possível. -----

---Passemos à derrama, senhor presidente, o imposto municipal sobre o sucesso das empresas. É aquilo que a Câmara decide buscar diretamente aos lucros de quem investe, arrisca e cria emprego em Famalicão. -----

---Hoje, o que nos é proposto é simples, manter a taxa de 1.2% e manter também a isenção só até 250.000 € de volume de negócios e empurrar o regulamento de isenções com o pé para a frente, sem lhe mexer verdadeiramente. -----

---Do ponto de vista da Iniciativa Liberal, senhor presidente, isto é curto e pouco ambicioso para o concelho que somos. Famalicão é consistentemente um dos três concelhos mais exportador do país. Isto não caiu do céu, é fruto de décadas de trabalho de centenas de empresas que aqui investem, aqui criaram fábricas, aqui pagam salários, e aqui pagam também impostos. -----

---Se somos dos três maiores exportadores, a pergunta não é como é que seguramos o que temos. E devia ser como é que precisamos de mais empresas. -----

---Precisamos de mais empresas, de novas unidades produtivas, de centros logísticos, tecnologia, serviços avançados, e essas empresas escolhem o concelho onde se instalam olhando para três coisas: mão de obra e talento, infraestruturas e território e fiscalidade local.-----

---Com a derrama a 1.2%, isenção só até 250.000 € de volume de negócios, a mensagem que passamos é esta: Microempresas? Está mais ou menos controlado, mas assim que crescerem um bocado, a Câmara vem buscar parte dos vossos lucros. O que a Iniciativa Liberal defende é exatamente o contrário, senhor presidente. Se queremos mais investimento, mais emprego e consequentemente melhores salários, temos de ser agressivos na competitividade fiscal. Por isso, deixo aqui duas propostas claras, alargar já a isenção da derrama até aos 500.000€ de volumes de negócios, porque hoje muitas empresas industriais, tecnológicas ou de serviços que já passaram a fasquia de 250.000€ ficam imediatamente premiadas com a derrama. Se subirmos o patamar para 500.000€ permitimos que estas empresas respirem, consolidem a sua posição, invistam mais, contratam mais gente. Estamos a falar de centenas de PME famalicenses que deixariam de pagar derrama e passariam a poder investir esse dinheiro em máquinas em pessoas, em inovação.-----

---E o segundo pilar seria definir uma trajetória clara de descida de derrama para 0,6% pelo menos, metade da taxa atual. Não digo de um ano para o outro, mas um plano em três, quatro anos, previsível para os empresários poderem contar com isso. Em vez de sermos mais um concelho com 1,2%, passávamos a ser um concelho grande, com uma das derramas mais baixas do país. -----

---Quando uma empresa estiver a decidir em Famalicão, Braga, Guimarães ou outros concelhos do Minho, a diferença entre 1,2% e o 0,6% de imposto sobre lucros pesa, principalmente quando falamos de lucros de milhões. Essa diferença pode significar

Assembleia Municipal



dezenas de milhares de euros por ano por empresa. É dinheiro que pode ser canalizado para aumentar salários, contratar mais gente ou fazer a próxima expansão fabril aqui, em vez de noutro lado qualquer. -----

---E aqui vale a pena sublinhar uma ideia que vem até do próprio trio económico: o economista Arthur Laffer mostrou com a chamada curva de Laffer que acima de certo nível tributação baixar a taxa pode a prazo aumentar a receita, porque faz crescer a base, mais investimento, mais empresas, mais lucros declarados. É exatamente isso que está em causa na derrama, uma taxa mais baixa e isenções mais alargadas podem atrair sim mais empresas para o concelho. -----

---Estas empresas criam conseqüentemente mais emprego e melhores salários, e com mais empresas e mais atividade o município pode até no médio prazo arrecadar mais receita global, mesmo com uma taxa percentual menor. Ou seja, não é apenas uma questão de perder receita, é uma questão sim de mudar o modelo, menos à custa de poucos, mais pela quantidade e pelo crescimento do bolo. O argumento típico é: “Isso é bonito, mas a Câmara precisa dessa receita”. -----

---Olhemos para a realidade. A derrama rendeu ao município vários milhões de euros nos últimos anos, acompanhando os bons resultados das empresas. As contas municipais apresentam saldos de gerência elevados, dívida controlada e um rácio de despesa corrente/receita corrente que nos coloca entre os municípios mais equilibrados do país. Ou seja, há folga orçamental, o que não falta é dinheiro, é a decisão de usar essa parte dessa folga para apostar em mais rendimento. -----

---Se queremos um concelho mais exportador, não podemos tratar as empresas como caixas de multibanco, onde sacamos mais um imposto porque dá jeito à câmara. Temos de as tratar como parceiros, mais empresas, mais emprego, melhores salários e,

Assembleia Municipal

consequentemente, mais consumo local. É este círculo vicioso que uma derrama mais baixa, isenções mais largas nos permitem acelerar. -----

---Passemos então ao IRS municipal, a participação variável. -----

---Quando falamos de IRS, não estamos a falar apenas de um detalhe técnico. Estamos a falar do dinheiro que os famalicenses ganham com o seu trabalho e que o município decide politicamente ficar ou devolver. A lei é clara, os municípios podem ficar com até 5% da quota de IRS dos seus residentes. Não é obrigatório ficarem com o máximo, é uma opção política. E ano após ano Famalicão escolhe ficar praticamente no teto desta fasquia, devolvendo apenas uma pequena parte às famílias. Isto significa na prática que quando um jovem famalicense recebe o seu primeiro salário, quando uma família vê finalmente um aumento ao fim de vários anos, o município está lá em cima desse rendimento a tirar mais uma fatia. É um imposto sobre o trabalho decidido localmente. -----

---Ao mesmo tempo sabemos pelos próprios documentos e pelo anuário, que Famalicão é dos municípios com maior equilíbrio orçamental do país, com uma grande folga entre a receita corrente e a despesa corrente. Ou seja, as contas estão saudáveis, há mais orçamento e mesmo assim mantém-se a carga fiscal elevada sobre o rendimento de quem trabalha. Do ponto de vista Liberal, isto é difícil de justificar. Não faz sentido termos um município financeiramente confortável e ao mesmo tempo pedir sempre mais um bocadinho ao bolso de quem produz riqueza. -----

---Nós temos uma visão diferente, nós defendemos, por exemplo, a participação municipal no IRS para 2% até ao final do mandato, devolvendo assim três pontos percentuais diretamente às famílias. Menos pressão sobre o salário, mais dinheiro disponível para pagar a renda ou crédito à habitação, creche, transportes, mercearia. É aí que a vida das pessoas acontece, não nas rubricas orçamentais. -----

Assembleia Municipal



---Se Famalicão quiser continuar a ser competitiva, atrair quadros qualificados, famílias jovens e contribuintes com rendimentos mais elevados, tem de ser fiscalmente atrativo. Uma participação municipal mais baixa do IRS é uma ferramenta poderosa para isso.---

---Hoje, com este nível de participação, Famalicão está a dizer aos seus residentes: “Confiamos mais no município para gastar o vosso dinheiro do que em vocês próprios”.

A iniciativa liberal defende exatamente o contrário. São as pessoas que sabem o que fazer melhor com o seu rendimento. Por isso, nesta matéria, o recado da Iniciativa Liberal deve ser muito claro, se a folga orçamental, esta folga deve servir, em primeiro lugar, para aliviar a carga fiscal sobre quem trabalha e não para engordar a máquina partidária, nem para alimentar a lógica do quanto mais receita melhor, custe o que custar às famílias. ---

---**BRUNO PEREIRA (CDU)** - O ponto que agora analisamos, a fixação da taxa de IMI para 2025, bem como os pontos seguintes relativos à derrama, participação variável no IRS, taxa municipal dos direitos de passagem, dizem respeito a algumas das fontes, das principais fontes de receita do município. Contudo, importa sublinhar que aquilo que hoje discutimos não é a orientação da política pública que preside à utilização destas receitas. Não estamos a discutir se estes impostos servirão para investimentos urgentes, como a requalificação da rede viária, a criação da oferta pública de habitação ou o reforço dos equipamentos coletivos.-----

---Também não estamos a discutir se continuarão a ser usados para alimentar prioridades duvidosas, como festas, cada vez mais dispendiosas, ou iniciativas avulsas que pouco contribuem para responder aos problemas estruturais do concelho.-----

---O que discutimos hoje é apenas isto: se o município deve continuar a cobrar o que cobra, se deve aliviar ou se deve agravar a carga fiscal sobre os famalicenses. -----

---E essa discussão, ainda que limitada, é incontornável quando sabemos que, para quem trabalha e vive em Famalicão, o custo de vida continua a aumentar, a habitação está cada

vez mais inacessível e os serviços públicos continuam por reforçar ou até mesmo por concretizar. Assim, tendo em conta a reduzida capacidade de execução deste executivo, as prioridades que tem demonstrado e a crescente dificuldade em viver neste concelho, consideramos que existe margem para uma política fiscal que seja mais justa e mais equilibrada.-----

---A CDU tem defendido sempre que a tributação municipal deve respeitar os princípios da progressividade, equidade e redistribuição, aliviando quem mais precisa e garantindo, simultaneamente, os recursos necessários para o investimento público. No caso concreto do IMI, reconhecemos que as deduções fixas por agregado representam uma melhoria face a anos anteriores. Contudo, entendemos que era possível e desejável ir mais longe, quer através da redução da taxa geral, quer através do alargamento do âmbito das deduções, permitindo apoiar as famílias com encargos mais elevados, jovens agregados e pessoas em situação de maior fragilidade económica. Em suma, senhores deputados, há espaço para arrecadar receita municipal com mais justiça, penalizando menos quem vive do seu trabalho e promovendo maior equilíbrio social. Lamentamos que este atual executivo não opte por este caminho.-----

---Relativamente à derrama, ao discutir a derrama municipal sobre o IRC, a vigorar em 2025, discutimos também o modelo de desenvolvimento económico que queremos para o nosso concelho. E tal como nos restantes impostos municipais, hoje em apreciação, a CDU mantém a sua linha de coerência. Defendemos uma política fiscal que seja justa, que seja progressiva, que seja verdadeiramente orientada para o interesse público. A nossa posição é conhecida e tem sido repetida ano após ano. É necessário aliviar a carga fiscal sobre quem trabalha e sobre quem produz, sobre os rendimentos mais baixos e intermédios, mas também sobre as micro, pequenas e médias empresas que constituem a espinha dorsal do tecido económico do concelho e nacional. Estas empresas representam

a maioria do emprego, da inovação e da atividade económica real. Na verdade, são elas que suportam o nosso concelho. Por isso mesmo, a CDU tem defendido a criação de um terceiro escalão de derrama, aplicando a taxa máxima de 1,5% apenas às pessoas coletivas que registem negócios superiores a 500.000 €. -----

---Trata-se de uma medida elementar de justiça fiscal, porque não é aceitável que empresas de pequena escala, com margens apertadas e grande vulnerabilidade económica, sejam tributadas ao mesmo nível que grupos económicos com grande capacidade financeira e lucros elevados. -----

---Infelizmente, este executivo tem também recusado sistematicamente considerar esta opção, preferindo manter um sistema que, na prática, não distingue a pequena empresa que luta para sobreviver ou o grupo económico que distribui dividendos milionários. Esta opção é injusta e contraria os princípios de progressividade que deveriam orientar a política fiscal municipal. -----

---A verdade é que há potencial económico claramente diferenciável entre estas empresas e a tributação deve refletir justamente essa diferença. A progressividade não é um slogan, é uma condição para uma economia equilibrada e para uma distribuição mais justa do esforço fiscal. Não acompanhamos, por isso, também esta opção do executivo, de forma como está apresentada, a proposta falha na sua justiça fiscal, perpetua desigualdades e não responde aos desafios que o concelho enfrenta. -----

---Pelo exposto e como tem acontecido em anos anteriores, o grupo municipal da CDU votará contra esta proposta. Disse. -----

---**FRANCISCO OLIVEIRA (CDS)** - Na proposta que foi colocada à consideração de todos e relativamente aos pontos da ordem de trabalhos, que eu já perdi os números, mas relativamente aos impostos municipais da Câmara de Famalicão renova de forma clara o seu compromisso com a estabilidade fiscal em linha com o trabalho que tem pautado a

governação dos executivos da coligação Mais Ação Mais Famalicão, PSD/CDS nos últimos anos. -----

---Ao manter esta estabilidade e previsibilidade fiscal, o executivo reforça a confiança das famílias e das empresas e cria um ambiente propício ao investimento e ao desenvolvimento e à melhoria da qualidade de vida em Famalicão. -----

---O que é que está aqui em causa, particularmente para os famalicenses?-----

---Relativamente ao IMI, o executivo propõe a manutenção da atual taxa, bem como do IMI familiar com as deduções específicas de 30, 70 e 140 € para agregados com 1, 2, 3 ou mais dependentes, um mecanismo que permite já um apoio significativo para as famílias abrangidas e que o município exerce.-----

---Relativamente à participação do município no IRS, também mantemos a taxa nos 4,5%, valor que tem permanecido estável ao longo dos últimos orçamentos, devolvendo desta forma 0,5 percentuais a favor dos contribuintes, também uma medida importante para os orçamentos familiares.-----

---A manutenção destas duas taxas para o ano 2026 demonstra que o executivo quer dar prioridade a contas públicas equilibradas, mantendo o concelho fiscalmente competitivo, assegurando assim a capacidade para continuar a alavancar investimento público e a promover o desenvolvimento do território.-----

---Estabilidade e previsibilidade são palavras de ordem para a construção de um exercício financeiro responsável numa conjuntura internacional delicada e de grande incerteza, mais ainda neste momento particular em que o município está a executar o maior investimento público de sempre no concelho. -----

---A propósito desta receita fiscal e segundo o anuário financeiro dos municípios portugueses, que já aqui já foi mencionado hoje, dos 35 municípios com maior coleta de IMI em 2024, com a exceção dos municípios de Famalicão, Sintra e Oeiras, todos os

Assembleia Municipal

restantes 32 municípios desta lista apresentaram um valor de IMI cujo peso na receita total do município ultrapassou a média nacional. -----

---Relativamente às empresas e agora em relação à derrama, propõe-se a manutenção da derrama em 1.2% sobre o lucro tributável e bem como a isenção de total de derrama para empresas com volumes de negócios inferiores a 250.000 €. Um limite também tem vindo a ser reafirmado e renovado nos regulamentos municipais ao longo dos anos e que quando comparando com os municípios vizinhos, Vila Nova de Famalicão, apresenta uma das taxas de derrama mais baixa e um dos limites mais elevado. -----

---Eu ia falar aqui também dos direitos passagem, mas penso que está noutra ponto, não é? -----

---Por isso, senhoras e senhores deputados, o município de Famalicão melhorou no ranking da competitividade, melhorou no ranking da eficiência financeira dos municípios portugueses, ocupando agora o sétimo lugar dos 308 municípios do país. E isto não acontece por acaso. Que estes resultados são frutos de uma estratégia estável, previsível e de uma gestão de recursos responsável e eficiente que transmite confiança, atrai investimento e melhora a qualidade de vida dos portugueses... *(às 2h19m02s falhou a imagem e o som)* ...previsibilidade para continuar a investir, viver e trabalhar em Vila Nova de Famalicão. Por isso, o grupo municipal do CDS entende que em relação a estes pontos dos impostos municipais são merecedores da aprovação desta assembleia. -----

---**JORGE PAULO OLIVEIRA (PSD)** - Senhoras e senhores deputados, hoje discutimos uma boa parte daquilo que é a tradução prática da política fiscal do município, mas não discutimos toda a política fiscal do município. -----

---Discutimos o IMI; -----

---discutimos o IMT;-----

---discutimos o imobiliário; -----

Assembleia Municipal

---discutimos a participação variável do IRS, a derrama, a taxa municipal de direito de passagem no ponto seguinte; -----

---mas não discutimos as taxas; -----

---não discutimos as tarifas da autarquia, desde logo aquelas que são prestadas ou praticadas nos serviços públicos de abastecimento de água, de saneamento, de recolha de resíduos e de múltiplos licenciamentos camarários, como bem referiu e lembrou o senhor presidente da Câmara Municipal na sua intervenção inicial. -----

---Não discutimos as isenções de impostos locais nas operações de reabilitação urbana.

---Não discutimos as reduções e isenções fiscais nas práticas de apoio à atividade económica e nada disto do que estamos a falar é despiciente do ponto de vista da arrecadação de receita. Nem tão pouco dos objetivos que em cada taxa, em cada tarifa, em cada imposto, em cada redução ou em cada isenção fiscal são prosseguidos. -----

---Neste debate, senhor presidente, senhores deputados, é igualmente importante recordar que nem toda a receita fiscal arrecadada com os impostos locais são receita das Câmaras Municipais. -----

---O IMI rústico é 100% e bem receita das juntas de freguesia. -----

---1% do IMI urbano é e bem receita das juntas de freguesia. -----

---Em 2004, a receita nestes dois impostos ou nesta participação superou os 25 milhões de euros no país, obviamente falando. Devemos ainda assinalar que, seja qual for a política fiscal do município, ela é sempre, e por razões óbvias, fortemente condicionada pela legislação em vigor e não raras vezes por decisões e mesmo incumprimentos vindos dos governos da República. -----

---Neste debate é ainda absolutamente crucial salientar desde logo que não devemos, como tantas vezes acontece e acontece também nesta casa, confundir aumento de receita fiscal com aumento de impostos, pois nem sempre o aumento de receita resulta do

Assembleia Municipal



aumento de impostos e até pode ocorrer esse aumento mesmo que os impostos sejam reduzidos. -----

---No caso do IMI, basta pensar na atualização do valor patrimonial tributável dos imóveis em resultado das decisões da autoridade tributária, também como muito bem sinalizou o senhor presidente da Câmara Municipal. -----

---E porque esta discussão se faz sempre e muito compreensivelmente em torno da redução dos impostos, temos de começar por assinalar que em Vila Nova de Famalicão, nos últimos 24 anos, nunca as taxas de impostos municipais sofreram qualquer aumento. Eu vou repetir: Nos últimos 24 anos, nunca as taxas municipais de impostos municipais sofreram qualquer aumento. E por isso é que em Vila Nova de Famalicão nos últimos 24 anos, o debate político nunca se centrou nos aumentos de impostos, mas sempre na redução dos impostos locais. Redução de impostos locais essa que nós, coligação, responsabilmente e com absoluto respeito pelo princípio da equidade intergeracional temos vindo a materializar. -----

---E o registo histórico, também já aqui em parte reproduzido pelo senhor presidente da Câmara Municipal, nos últimos quatro anos é demonstrativo disso mesmo. Recordo que em 2021, os famalicenses pagaram menos IRS por via da redução da taxa máxima de cinco para 4,5%. -----

---Em 2021, os famalicenses com um filho a seu cargo pagaram menos IMI, por força do alargamento da base do IMI familiar. E já agora aqui não deixo de notar que o Partido Socialista, que defendeu o alargamento do IMI familiar a todas as famílias com um dos filhos a seu encargo, tenha agora na sua proposta revogado essa mesma decisão. Pelo menos foi a leitura que fiz que a mesma só se aplica na proposta que apresentaram à Câmara Municipal com dois ou mais filhos. Terá sido lapso? Admitimos que sim. -----

---Em 2021, as empresas pagaram menos derrama aplicável sobre os seus lucros por força do alargamento da isenção de 150 para 250.000€ da base tributável. -----

---Em 2023, os famalicensees passaram a pagar também menos IMI por força da redução da sua taxa em 0,01%. -----

---Já no corrente ano, os famalicensees pagaram menos IMI por força de uma nova redução, novamente dessa taxa em 0,01%. -----

---E todas estas reduções, não são imunes do ponto de vista orçamental. -----

---Em termos de IMI, reduções ocorridas nos últimos quatro anos valem mais de 2,2 milhões de euros que a autarquia e bem abdica em prol dos famalicensees

Em termos de minhas reduções ocorridas nos últimos quatro anos, valem mais de 2,2 milhões de euros que a autarquia e bem abdica em prol dos seus famalicensees. -----

---Em termos de IMI familiares, estamos a falar de uma receita fiscal equivalente também a 2 milhões de euros que o município e bem igualmente abdica em prol das famílias.---

---E podíamos continuar com os outros impostos. E podíamos continuar. Uma coisa é certa, nem todos os municípios, a começar pelos municípios vizinhos, se podem gabar deste percurso, muito menos desta linha sempre descendente de redução gradual de impostos. E este facto não deve ser menosprezado, até porque a estabilidade fiscal, sim, a previsibilidade fiscal de que temos vindo a falar, é absolutamente essencial em qualquer política fiscal municipal, até porque é uma das principais exigências dos investidores, dos empreendedores e dos empresários. -----

---Mas, senhor presidente, senhoras e senhores deputados, às famílias, às empresas, aos famalicensees, oferecemos muito mais do que estabilidade fiscal. Muito mais que estabilidade fiscal. Oferecemos equilíbrio e competitividade fiscal. -----

---Como repetidamente temos vindo a afirmar, nos impostos sobre o património estamos praticamente em linha com o que é cobrado em termos de IMI pelos municípios vizinhos

Assembleia Municipal

de Braga, Barcelos e Guimarães, que acho que são aqueles municípios, sinceramente, com os quais nós nos podemos comparar. -----

---Nos impostos sobre o rendimento das pessoas singulares, só Braga tem uma taxa de participação variável do IRS inferior à de Vila Nova de Famalicão. Guimarães está mesmo no máximo e Barcelos anda lá muito perto. -----

---Nos impostos sobre as empresas e muito concretamente sobre a derrama, o que nós verificamos é que Braga aplica a taxa máxima. Guimarães aplica a taxa máxima. Barcelos, sim, é verdade, tem uma taxa geral derrama mais baixa que a de Vila Nova de Famalicão, circunstância, porém, que é contrariada pelo facto de nós, Vila Nova de Famalicão, dispormos de uma base de isenção do pagamento deste imposto que é quase o dobro. Significa isso que no final, pagam menos derrama ao município de Famalicão. E aprovar, senhor deputado Miguel Fidalgo, que somos efetivamente um município fiscalmente atrativo, é o facto de nós termos conquistado, mas é mesmo conquistado muitas empresas vindas de outros municípios, nomeadamente dos municípios vizinhos, que preferem instalar-se em Vila Nova de Famalicão. -----

---A circunstância de nós sermos um município fiscalmente atrativo justifica e explica-se pelo facto de termos vindo a atrair nos últimos anos investimento direto estrangeiro muito significativo para o nosso território.-----

---E o facto de sermos um município fiscalmente atrativo, também se repercute na circunstância de termos em termos de população geral e comparativamente com os nossos municípios vizinhos que cá está do quadrilátero, perdido menos população.-----

---Porque é que os outros municípios perdem mais população que nós? Porquê? -----

---É uma boa pergunta.-----

---Senhor presidente, senhoras e senhores deputados, ouvimos os partidos da oposição afirmar publicamente que apresentam, por exemplo, propostas para a fixação da taxa

mínima do IMI de em consonância com o seu programa eleitoral que apresentaram aos famalicenses. É justo que façam essa apresentação. Pois bem, mas também é precisamente em consonância com o programa da coligação, lembre-se, já agora, sufragado maioritariamente pelos famalicenses nas urnas, que nós apresentamos um pacote fiscal equilibrado, que é amigo das famílias, que protege as famílias mais numerosas, que dá margem para que os apoios continuem para quem mais precise, que assegura aos investimentos que o concelho cresce e que no final não compromete o futuro de Famalicão e que dê mais futuro a Famalicão, pois esses são os nossos compromissos, são os compromissos que assumimos com os famalicenses. -----

---**MIGUEL FIDALGO (INICIATIVA LIBERAL)** - Senhor deputado Jorge Paulo Oliveira, nós não competimos só com os municípios do Minho, do quadrilátero. Nós competimos com o país todo. Nós gabamo-nos de ser o terceiro maior município portador do país. E muito bem. Estamos muito bem. Mas nós... e eu já ouvi muitas vezes o senhor presidente a dizer, nós somos *Champions*. Ora, eu quero ser os *Champions* das exportações também. E nós temos, por exemplo, a ambição de ser o maior exportador do país e só com a política fiscal mais amiga das empresas é que conseguimos isso. Porque se nós, e realmente, nós aumentamos as receitas nominais, mas mesmo por isso, por termos folga orçamental que podemos baixar a taxa percentual.-----

---**PAULO PINTO (PS)** - Só muito rapidamente, senhor deputado Jorge Paulo Oliveira, o Partido Socialista na Câmara só apresentou algumas propostas de alteração, mantém a questão de isenção para um filho. Agora, o que propôs foi nos restantes itens. E o voto contra do Partido Socialista, como foi votação global, foi por causa disso, e eu tive a ocasião de esclarecer na minha intervenção. -----

---**NONO PONTO – DISCUSSÃO E VOTAÇÃO DA PROPOSTA DA CÂMARA MUNICIPAL DE FIXAÇÃO DAS SEGUINTE TAXAS DO IMPOSTO MUNICIPAL**

SOBRE IMÓVEIS PARA VIGORAR NO ANO DE 2025, CUJA LIQUIDAÇÃO SERÁ EM 2026:-----

---I. AO ABRIGO DO N.º 5 DO ARTIGO 112.º DO DECRETO-LEI N.º 287/2003, DE 12 DE NOVEMBRO, NA SUA REDAÇÃO ATUAL, APROVAR A TAXA DE 0,335% PARA OS PRÉDIOS URBANOS CONTEMPLADOS NA ALÍNEA C), N.º 1, DO ARTIGO 112.º DO MESMO DIPLOMA. -----

---DISCUTIDO O ASSUNTO, FOI O MESMO DELIBERADO POR MAIORIA, COM OS VOTOS A FAVOR DO PSD, DO CDS/PP E DOS SENHORES PRESIDENTES DE JUNTA INDEPENDENTES, OS VOTOS CONTRA DO PS, DO CHEGA E DA INICIATIVA LIBERAL E A ABSTENÇÃO DA CDU, APROVAR A REFERIDA PROPOSTA DA CÂMARA MUNICIPAL. -----

---II. AO ABRIGO DO N.º 1 DO ARTIGO 112.º-A DO DECRETO-LEI N.º 287/2003, DE 12 DE NOVEMBRO, NA SUA REDAÇÃO ATUAL, APROVAR A DEDUÇÃO FIXA DE 30€, QUANDO O IMÓVEL SEJA DESTINADO A HABITAÇÃO PRÓPRIA E PERMANENTE DO SUJEITO PASSIVO OU DO SEU AGREGADO FAMILIAR, E QUE SEJA EFETIVAMENTE AFETO A TAL FIM, ESTA COINCIDA COM O RESPETIVO DOMICÍLIO FISCAL, E ESTE TENHA 1 DEPENDENTE A SEU CARGO.-----

---DISCUTIDO O ASSUNTO, FOI O MESMO DELIBERADO POR MAIORIA, COM OS VOTOS A FAVOR DO PSD, DO CDS/PP E DOS SENHORES PRESIDENTES DE JUNTA INDEPENDENTES, OS VOTOS CONTRA DO PS, DO CHEGA E DA INICIATIVA LIBERAL E A ABSTENÇÃO DA CDU, APROVAR A REFERIDA

PROPOSTA DA CÂMARA MUNICIPAL. -----

---III. - AO ABRIGO DO N.º 1 DO ARTIGO 112.º-A DO DECRETO-LEI N.º 287/2003, DE 12 DE NOVEMBRO, NA SUA REDAÇÃO ATUAL, APROVAR A DEDUÇÃO FIXA DE 70€, QUANDO O IMÓVEL SEJA DESTINADO A HABITAÇÃO PRÓPRIA E PERMANENTE DO SUJEITO PASSIVO OU DO SEU AGREGADO FAMILIAR, E QUE SEJA EFETIVAMENTE AFETO A TAL FIM, ESTA COINCIDA COM O RESPETIVO DOMICÍLIO FISCAL, E ESTE TENHA 2 DEPENDENTES A SEU CARGO.-----

---**DISCUTIDO O ASSUNTO, FOI O MESMO DELIBERADO POR MAIORIA, COM OS VOTOS A FAVOR DO PSD, DO CDS/PP E DOS SENHORES PRESIDENTES DE JUNTA INDEPENDENTES, OS VOTOS CONTRA DO PS, DO CHEGA E DA INICIATIVA LIBERAL E A ABSTENÇÃO DA CDU, APROVAR A REFERIDA PROPOSTA DA CÂMARA MUNICIPAL.** -----

IV. AO ABRIGO DO N.º 1 DO ARTIGO 112.º-A DO DECRETO-LEI N.º 287/2003, DE 12 DE NOVEMBRO, NA SUA REDAÇÃO ATUAL, APROVAR A DEDUÇÃO FIXA DE 140€, QUANDO O IMÓVEL SEJA DESTINADO A HABITAÇÃO PRÓPRIA E PERMANENTE DO SUJEITO PASSIVO OU DO SEU AGREGADO FAMILIAR, E QUE SEJA EFETIVAMENTE AFETO A TAL FIM, ESTA COINCIDA COM O RESPETIVO DOMICÍLIO FISCAL, E ESTE TENHA 3 OU MAIS DEPENDENTES A SEU CARGO. -----
TUDO NOS TERMOS DA RESPETIVA PROPOSTA.-----

---DISCUTIDO O ASSUNTO, FOI O MESMO DELIBERADO POR MAIORIA, COM OS VOTOS A FAVOR DO PSD, DO CDS/PP E DOS SENHORES PRESIDENTES DE JUNTA INDEPENDENTES, OS VOTOS CONTRA DO PS, DO CHEGA E DA INICIATIVA LIBERAL E A ABSTENÇÃO DA CDU, APROVAR A REFERIDA PROPOSTA DA CÂMARA MUNICIPAL. -----

---DÉCIMO PONTO - DISCUSSÃO E VOTAÇÃO DA PROPOSTA DA CÂMARA MUNICIPAL, DE ACORDO COM A ALÍNEA C) DO ARTIGO 14.º DA LEI N.º 73/2013, DE 3 DE SETEMBRO, DAS ALÍNEAS C) E D) DO N.º 1 DO ARTIGO 25.º E DA ALÍNEA CCC) DO N.º 1 DO ARTIGO 33.º, AMBOS DO REGIME JURÍDICOS DAS AUTARQUIAS LOCAIS, APROVADO PELA LEI N.º 75/2013, DE 12 DE SETEMBRO, PARA APROVAÇÃO POR ESTE ÓRGÃO DELIBERATIVO DE:-----

---I. LANÇAR UMA DERRAMA DE 1,2% SOBRE O LUCRO TRIBUTÁVEL SUJEITO E NÃO ISENTO DE IRC, RELATIVA AO ANO DE 2025. -----

---DISCUTIDO O ASSUNTO, FOI O MESMO DELIBERADO POR MAIORIA, COM OS VOTOS A FAVOR DO PSD, DO CDS/PP E DOS SENHORES PRESIDENTES DE JUNTA INDEPENDENTES E OS VOTOS CONTRA DO PS, DO CHEGA, DA INICIATIVA LIBERAL E DA CDU, APROVAR A REFERIDA PROPOSTA DA CÂMARA MUNICIPAL. -----

---II. APROVAR A RENOVAÇÃO DO REGULAMENTO DE ISENÇÃO DE DERRAMA SOBRE O IRC, PARA VIGORAR ATÉ 31 DE DEZEMBRO DE 2026, NOS TERMOS DO ARTIGO 14.º DO MESMO. -----

---DISCUTIDO O ASSUNTO, FOI O MESMO DELIBERADO POR MAIORIA, COM OS VOTOS A FAVOR DO PSD, DO CDS/PP E DOS SENHORES PRESIDENTES DE JUNTA INDEPENDENTES E OS VOTOS CONTRA DO PS, DO CHEGA, DA INICIATIVA LIBERAL E DA CDU, APROVAR A REFERIDA PROPOSTA DA CÂMARA MUNICIPAL.-----

III. ISENTAR DA DERRAMA DE IRC, RELATIVA AO ANO DE 2025, OS SUJEITOS PASSIVOS COM UM VOLUME DE NEGÓCIOS NÃO SUPERIOR A 250.000,00€, NOS TERMOS DO N.º 22 DO ARTIGO 18.º DA LEI N.º 73/2013, DE 3 DE SETEMBRO, NA SUA REDAÇÃO ATUAL. -----
TUDO NOS TERMOS DA RESPETIVA PROPOSTA.-----

---DISCUTIDO O ASSUNTO, FOI O MESMO DELIBERADO POR MAIORIA, COM OS VOTOS A FAVOR DO PSD, DO CDS/PP E DOS SENHORES PRESIDENTES DE JUNTA INDEPENDENTES E OS VOTOS CONTRA DO PS, DO CHEGA, DA INICIATIVA LIBERAL E DA CDU, APROVAR A REFERIDA PROPOSTA DA CÂMARA MUNICIPAL.-----

---DÉCIMO PRIMEIRO PONTO - DISCUSSÃO E VOTAÇÃO DA PROPOSTA DA CÂMARA MUNICIPAL, PARA APROVAÇÃO DA TAXA DE 4,5% REFERENTE À PARTICIPAÇÃO DO MUNICÍPIO NO IRS DOS SUJEITOS PASSIVOS COM DOMICÍLIO FISCAL NA CIRCUNSCRIÇÃO TERRITORIAL DO CONCELHO DE VILA NOVA DE FAMALICÃO, REFERENTE AOS RENDIMENTOS DO ANO DE 2026, DE ACORDO COM O N.º 1 DO ARTIGO 26.º DA LEI N.º 73/2013, DE 3 DE SETEMBRO, DA ALÍNEA C) DO N.º 1 DO ARTIGO 25.º E DA ALÍNEA CCC) DO

N.º 1 DO ARTIGO 33.º, AMBOS DO REGIME JURÍDICOS DAS AUTARQUIAS LOCAIS, APROVADO PELA LEI N.º 75/2013, DE 12 DE SETEMBRO. TUDO NOS TERMOS DA RESPETIVA PROPOSTA. -----

-----POSTA À VOTAÇÃO A PROPOSTA DA CÂMARA MUNICIPAL PARA APROVAÇÃO DA TAXA DE 4,5% REFERENTE À PARTICIPAÇÃO DO MUNICÍPIO NO IRS DOS SUJEITOS PASSIVOS COM DOMICÍLIO FISCAL NA CIRCUNSCRIÇÃO TERRITORIAL DO CONCELHO DE VILA NOVA DE FAMALICÃO, REFERENTE AOS RENDIMENTOS DO ANO DE 2026, DE ACORDO COM O N.º 1 DO ARTIGO 26.º DA LEI N.º 73/2013, DE 3 DE SETEMBRO, DA ALÍNEA C) DO N.º 1 DO ARTIGO 25.º E DA ALÍNEA CCC) DO N.º 1 DO ARTIGO 33.º, AMBOS DO REGIME JURÍDICOS DAS AUTARQUIAS LOCAIS, APROVADO PELA LEI N.º 75/2013, DE 12 DE SETEMBRO. TUDO NOS TERMOS DA RESPETIVA PROPOSTA, FOI A MESMA APROVADA POR MAIORIA, COM OS VOTOS A FAVOR DO PSD, DO CDS/PP E DOS SENHORES PRESIDENTES DE JUNTA INDEPENDENTES E OS VOTOS CONTRA DO PS, DO CHEGA, DA INICIATIVA LIBERAL E DA CDU, APROVAR A REFERIDA PROPOSTA DA CÂMARA MUNICIPAL. -----

---DÉCIMO SEGUNDO PONTO - DISCUSSÃO E VOTAÇÃO DA PROPOSTA DA CÂMARA MUNICIPAL DA TAXA MUNICIPAL DE DIREITOS DE PASSAGEM (TMDP) - 2026, FIXADA EM 0,25%. TUDO NOS TERMOS DA RESPETIVA PROPOSTA. (GRELHA E)-----

---O SENHOR PRESIDENTE DA CÂMARA MUNICIPAL, MÁRIO PASSOS –

Relativamente a esta proposta que é habitual, vamos manter a taxa de 0,25% às operadoras de serviços de comunicações. -----

---JORGE COSTA (PS) - O PS não ignora o regulamento 38/2004 da ANACOM, mormente o que consta do artigo terceiro do mesmo que dizia... entretanto, foi revogado por lei superior, que dizia... por uma lei, que dizia que esta taxa de direito de passagem era incluída na fatura do consumidor. Portanto, as câmaras cobravam às empresas e as empresas chegavam à fatura e dizia: “Olha, a câmara cobrou-me tanto, portanto, refaço a repercussão direta destas taxas de passagem”. Claro que isto era confirmado depois também pelo artigo 169º do anexo da lei 16 de 2002, 16 de agosto, a lei das comunicações eletrónicas. -----

---Claro que, entretanto, o CDS resolveu fazer, em tempos idos, um inédito descobrir a pólvora e disse: “Vamos acabar com isto, as pessoas não vão pagar na fatura vamos acabar com a repercussão direta e fazer repercussão indireta”. Isto é, deixou de estar na fatura a dizer x euros para as câmaras, mas no preço subiu em conformidade, incluindo estes custos, os custos derivados desta taxa. A saber, foi a proposta de lei 6116, 2ª na discussão do orçamento em especialidade, foi uma proposta aprovada que chegou ao parlamento e à discussão da especialidade pelo CDS. -----

---Agora, a questão que se põe é esta: Fará sentido? Há municípios que não cobram esta taxa. -----

---E fará sentido que o município continue a cobrar? É porque isto, por repercussão indireta, acaba uma vez mais no bolso das pessoas, nos pagantes que, como se diz em Fradelos, nem ai diz, eu ali... tá a pagar, tá a pagar. Portanto, o PS votou contra na Câmara Municipal, precisamente para lembrar. É certo que todos estimamos a ideia do estado de direito social, de um estado interventivo, de um estado que ajuda as pessoas, na saúde, na

educação, nos serviços. É verdade. Mas também não é menos verdade que temos uma democracia recente, com um atraso estrutural significativo, que só aderimos nos anos 80 à União Europeia, e por via disso, a nossa carga fiscal é pesada. Tudo aquilo que estiver ao alcance... é uma carga, é uma carga de custo, não, é uma taxa, uma taxa tem como correspondente um serviço. E, portanto, tudo aquilo que pudermos aliviar a vida das pessoas é caminho. E nesse sentido, nós defendemos que, atenta à folga financeira da receita, se podia ter posto um fim a isto. -----

---**BRUNO PEREIRA (CDU)** - Senhor presidente, senhoras e senhores deputados, a taxa municipal de direitos de passagem é na prática um custo que não é suportado pelas operadoras, mas sim repercutido diretamente nas faturas dos consumidores. Ou seja, esta taxa não tributa as empresas de telecomunicações, tributa as famílias e as pequenas empresas do concelho. Para a CDU, claramente isto é socialmente injusto. No momento em que o custo de vida aumenta e em que o acesso às telecomunicações é essencial para estudar, trabalhar e aceder aos serviços públicos não faz sentido acrescentar mais um encargo sobre quem já tem dificuldades. -----

---A taxa municipal de direitos de passagem não é progressiva, não distingue rendimentos e acaba sempre por penalizar os mesmos. E quem são esses mesmos? -----

---Claramente os munícipes. Por isso, e por coerência com a defesa de uma política fiscal mais justa, somos contra a manutenção desta taxa. -----

---O grupo municipal da CDU, claramente, votará contra. -----

---**RICARDO MENDES (CDS)** - Eu até estou aqui um bocado perplexo, porque ouvir um socialista e um comunista a falar da possibilidade de tributar taxas a empresas, é muito raro. É extremamente raro. -----

---O que está em causa aqui... e eu sei, o senhor deputado Jorge Costa tem, não vou adjectivar, mas tem muita habilidade para transportar as pessoas para um mundo diferente

daquele que na realidade que é a realidade. Ou seja, o que o CDS fez foi pura e simplesmente proibir ou tentar que se proibisse a repercussão de um custo que tinha que ser suportado por quem esventra, esventra e ocupa infraestruturas públicas para com isso obterem lucro, ok? Servirem a população, sim, mas com isso obterem lucro e deixam prejuízos acarretados em todos os lados. Se o senhor quiser, dá aí uma volta concretamente no território onde está, se quiser dar uma volta a norte e a sul, ver como é que estão as infraestruturas viárias devido a essas passagens que são realizadas por essas empresas, que geralmente são multinacionais, nem aproveitam muito a economia do concelho, servem a população, servem as empresas, mas não aproveitam. Ou seja, qual é a ideia do Partido Socialista? -----

---Sim, senhora, não se repercute, vamos acabar com a taxa à empresa, ou seja, o benefício do infrator. Quem fez uma coisa durante muito tempo, de uma forma ilegal e abusiva, vai ser beneficiado. -----

---O município, em vez de arrecadar esta receita para tentar minorar aquilo que essas empresas em muito prejudicam as infraestruturas municipais, não. Acabamos com a taxa da empresa. Grande solução. Essa é que é a solução. É uma solução socialista. Por isso é que eu estou... achei muito estranho. -----

---Como é que nós vamos resolver o assunto relacionado com... também não podemos mexer isto? À Anacom, como bem referiu, e outras entidades reguladoras, deveriam estar em atenção aquilo que é a proporcionalidade entre o serviço prestado e se eventualmente sofreu algum acréscimo não razoável, desde que foi proibida a repercussão aos seus clientes. Isso sim, isso era uma boa forma de pegar no assunto. Agora dizer, não, agora as pessoas, as empresas que, como disse, utilizam as infraestruturas criadas a muito custo e pagas pelos impostos dos famalicenses e do orçamento municipal não vão ser penalizadas ou não, ou sequer não vão pagar nada porque afinal depois eles aumentam o

preço das coisas às pessoas e então vamos beneficiar quem eventualmente abusa e torna muitas vezes intransitável as estradas, faz com que existam constrangimentos naquilo que são as passagens aéreas de empresas de serviços fundamentais também. Tudo isso. Acho que o caminho é esse. A interpretação que o senhor fez é correta. Nós é que descobrimos a pólvora. Foi o CDS que descobriu a pólvora. O Partido Socialista está correto. Vamos agora isentar. O senhor presidente, faz favor, isenta toda a gente, deixa-os rebentar com o concelho todo, e essa é a solução preconizada pelo PS. -----

---**BRUNO PEREIRA (CDU)** - Eu acho que o senhor deputado do CDS não percebeu muito bem o que é que eu quis dizer com a nossa intervenção, e por isso se sente chocado com haver comunistas a defender uma redução dos impostos de empresas. De uma taxa, pronto, como queiram. Uma taxa. -----

---Nós não estamos a defender a redução de uma taxa ou uma grande empresa, estamos a falar de pequenas, micro, médias empresas, muitas vezes negócios familiares, muitas vezes pessoas detentoras dos negócios, que lá trabalham com os seus outros trabalhadores. O que me choca e o que deveria ficar... eu peço aos senhores deputados, por favor, que façam silêncio enquanto eu faço a minha intervenção. O que deveria chocar todos os famalicenses e esta assembleia é vir aqui um deputado do CDS dizer que a justiça fiscal é algo que não lhe interessa. Isso é que deveria ser chocante. Que a justiça nesta taxa, que são os munícipes que a pagam, para si não faz sentido. Devem continuar a pagar. Eu acho que isso é que é confuso. Acho que não tenho, não sei, se tiver alguma dúvida, depois podemos continuar este debate e esta troca, mas eu não tenho mais nada a dizer.

---**JORGE COSTA (PS)** - Senhor deputado Ricardo Costa, ou Ricardo Mendes, ou Ricardo Costa Mendes. O erro de petição de princípio em que vossa excelência elabora, a grande asneira que diz, com todo o respeito, onde está? Quando vossa excelência partilha com esta câmara que acabou a repercussão. Ahhhhh, errado. Acabou a

repercussão direta, a repercussão indireta continua tudo como antes no quartel de Abrantes. Tudo como antes no quartel de Abrantes. -----

---E de facto, estas empresas, estas empresas, põem às costas dos cidadãos o custo efetivo desta taxa. Mais, senhor deputado, não confunda as intervenções nas estradas com esta taxa, porque não tem mesmo nada a ver. Esta taxa não é para as empresas pagarem as intervenções que fazem na estrada. Se a câmara fiscaliza mal, se de facto há aí troços que fazem afundamentos, onde passaram isto e aquilo, e a câmara é descuidada, como se diz em latim, "*sibi imputet*". O responsável por isso chama-se senhor Mário Passos, que não fiscaliza como deve estas empresas e a atividade destas empresas nas infraestruturas municipais. Agora, dizer que esta taxa é para isso, haja paciência. -----

---**RICARDO MENDES (CDS)** - Novamente, acho que não é... diga-me uma coisa, senhor deputado Jorge Costa. Anteriormente, nas faturas que os consumidores recebiam, o que é que lá referia? -----

---Referia taxa, repercute-se a taxa, xpt. E agora? E agora... ah, está no preço! -----

---E as entidades reguladoras, é a câmara que regula esse preço? É a câmara que regula esse preço? -----

---Ah, então, então, então fui eu que não compreendi. Fui eu que não compreendi. Ah, e eu é que não percebo nada disto. Os senhores leem um acórdão que, que... os senhores leram um acórdão, transportaram esta... é que eu sei porque é que transportaram esta discussão para, para o público. Leram um acórdão de uma decisão que era pura e simplesmente um litígio entre um privado que entendia que essa empresa estava a incumprir a lei e que o tribunal lhe deu razão, como é óbvio, como é óbvio. Aliás, foi um governo seu que até colocou também na lei do orçamento, sob sugestão do CDS, mas colocou, colocou nessa lei do orçamento que era proibido imputar esse custo aos

particulares, aos clientes, aos clientes. Não, você é que não está a compreender. Agora, nós vamos fazer o quê? -----

---A medida, ouça, vocês estão a tentar... nem o remédio está bem. Nem o remédio está bem. Eu tenho ideia que quando se deita deve pensar assim: Como é que o comprimido adivinha onde é que está a dor? É isso quer pensar? Que evoluamos sobre esse assunto? Estou-lhe a dizer, não podemos beneficiar o infrator. Ponto final. -----

---POSTA À VOTAÇÃO A PROPOSTA DA CÂMARA MUNICIPAL DA TAXA MUNICIPAL DE DIREITOS DE PASSAGEM (TMDP) - 2026, FIXADA EM 0,25%. TUDO NOS TERMOS DA RESPETIVA PROPOSTA, FOI A MESMA APROVADA POR MAIORIA, COM OS VOTOS FAVORÁVEIS DO PSD, DO CDS, DO CHEGA E DOS SENHORES PRESIDENTES DA JUNTA INDEPENDENTES, VOTOS CONTRA DO PS E DA CDU E ABSTENÇÃO DA INICIATIVA LIBERAL.-----

---DÉCIMO TERCEIRO PONTO - DISCUSSÃO E VOTAÇÃO DA PROPOSTA DA CÂMARA MUNICIPAL PARA AQUISIÇÃO DE ENERGIA ELÉTRICA EM MT, BTE E BTN PARA DIVERSAS INSTALAÇÕES MUNICIPAIS, AO ABRIGO DO “ACORDO QUADRO PARA FORNECIMENTO DE ENERGIA EM REGIME DE MERCADO LIVRE EM PORTUGAL - AQ/105/2024”, E AUTORIZAR A NECESSÁRIA E DEVIDA ASSUNÇÃO DO COMPROMISSO PLURIANUAL, PARA EFEITOS DOS N.ºS 1 E 6 DO ARTIGO 22.º DO DECRETO-LEI N.º 197/99, DE 8 DE JUNHO E DO N.º 1 DO ARTIGO 6.º DA LEI N.º 8/2012, DE 21 DE FEVEREIRO. TUDO NOS TERMOS DA RESPETIVA PROPOSTA. (GRELHA E)-----

---O SENHOR PRESIDENTE DA CÂMARA MUNICIPAL, MÁRIO PASSOS -

Prescindo de apresentar porque trata-se apenas da aquisição de energia elétrica para fornecer os nossos, os vários edifícios públicos. -----

---CAMILO PINHEIRO (CHEGA) - Excelentíssimo presidente, caros colegas, não sendo especialista, tenho que questionar os contratos atuais com a EDP com consumo local de 409 GW/hora.-----

---Continuamos vulneráveis aos riscos de apagões por falta de autossuficiência energética. Famalicão continua sem uma estratégia clara de economia circular, em vez disso, optamos por campos solares, como o do Monte de Santa Catarina, que destruiu o ambiente, foram abatidas centenas de árvores protegidas, sobreiros, azinheiras e carvalhos. Perdeu-se biodiversidade, há risco de contaminação do solo e da água devido aos metais pesados dos painéis e a paisagem ficou irreversivelmente alterada. E apesar de tudo isto, a nossa dependência energética manteve-se igual. -----

---Proponho que avancemos para parcerias com várias empresas norte-americanas com as quais estamos em contacto e que querem implementar em Famalicão tecnologias de conversão de resíduos em hidrogénio. E este modelo produz energia circular, local, que pode ser injetada na rede da EDP, reforçando a autossuficiência. O projeto pode ser complementado com soluções biotecnológicas para tratamento de afluentes através de microorganismos específicos selecionados, reduzindo poluentes, custos e operação, impacto ambiental. Inclui investimento externo, possibilidade de subvenções europeias e a criação de emprego local. Por isso, gostaria de saber se existe uma estratégia municipal de autossuficiência e proteção contra apagões, neste caso, no âmbito da economia circular e de uma forma consistente que não só painéis solares? -----

---JORGE COSTA PS) - Nós não éramos para intervir nesta questão porque é um mero ato de gestão corrente e, portanto, mais uma vez, este chavão, quem ganha tem que

governar e tem a inerente responsabilidade e, portanto, isso é uma decisão de rito corrente. No entanto, a proposta do CHEGA deixou-nos aqui algumas preocupações. Queríamos assinalar.-----

---Não descartamos a ideia do CHEGA se for apenas encarada como projeto piloto. ----

---Quando se fala de fornecimento à Câmara Municipal, fala-se do valor estabilidade. Não se vão com experiências para ver se serviços essenciais funcionam ou não, se há luz ou não, com essas técnicas americanas em desenvolvimento. E, portanto, achamos muito bem que a Câmara, com alguma prudência, quando contrata energia elétrica para todo o devir e o existir público, pense seriamente nesse valor de estabilidade. A ideia da EDP estruturada na E-REDES e, digamos, em toda a rede elétrica nacional, parece-nos a nós uma boa opção. Quando formos governo, se calhar vamos fazer o mesmo. Agora, partir daqui para a aventura dizer: não vamos contratar com a EDP, vamos contratar aí uns americanos que andam a fazer umas coisas giras e tal, parece-me arriscada a não ser em projeto piloto.-----

---Resumindo, pomos estas reservas à vossa proposta. Aceitámo-la como projeto piloto. Entendemos o vosso apelo para serem repensadas todas as estratégias energéticas do próprio município, que com energias alternativas, entendemos tudo isso como viável, mas entendemos também que deve ser maximizado o valor da segurança.-----

---Por traduzir, resumindo, ato de mera gestão corrente, vamos abster. -----

---**CAMILO PINHEIRO (CHEGA)** - Com o complemento e só para justificar, a empresa americana em questão é líder do mercado americano e já tem soluções implementadas e certificadas. E o problema aqui é um de autossuficiência, mas também de consistência para não termos apagões. Porque em economia circular baseada em painéis solares muitas vezes não garante um fornecimento energético contínuo, havendo subcarga ou subcarga de energia, há um corte na rede que dá origem aos apagões. Por

isso, ter uma forma de realmente produzir energia localmente de uma forma autossuficiente, não podemos contar nos painéis solares, apesar de todos os contras que falamos, os painéis solares não são uma boa opção. Acho que o... também estamos a favor do projeto piloto. -----

---POSTA À VOTAÇÃO A PROPOSTA DA CÂMARA MUNICIPAL PARA AQUISIÇÃO DE ENERGIA ELÉTRICA EM MT, BTE E BTN PARA DIVERSAS INSTALAÇÕES MUNICIPAIS, AO ABRIGO DO “ACORDO QUADRO PARA FORNECIMENTO DE ENERGIA EM REGIME DE MERCADO LIVRE EM PORTUGAL - AQ/105/2024”, E AUTORIZAR A NECESSÁRIA E DEVIDA ASSUNÇÃO DO COMPROMISSO PLURIANUAL, PARA EFEITOS DOS N.ºS 1 E 6 DO ARTIGO 22.º DO DECRETO-LEI N.º 197/99, DE 8 DE JUNHO E DO N.º 1 DO ARTIGO 6.º DA LEI N.º 8/2012, DE 21 DE FEVEREIRO. TUDO NOS TERMOS DA RESPECTIVA PROPOSTA, FOI A MESMA APROVADA POR MAIORIA, COM OS VOTOS FAVORÁVEIS DO PSD, DO CDS, DO CHEGA, DA INICIATIVA LIBERAL E DOS SENHORES PRESIDENTES DA JUNTA INDEPENDENTES E ABSTENÇÃO DO PS E DA CDU.-----

---O SENHOR PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL, JOÃO NASCIMENTO - Eu pergunto aos senhores deputados se pretendem agrupar a discussão nestes pontos, uma vez que se trata de pontos similares. Fazemos a discussão em separado, em conjunto e a votação em separado.-----

---Há dois pedidos de interpelação à mesa. Faz favor, senhora deputada Maria Orminda em primeiro e depois o senhor deputado do Partido Socialista.-----

Assembleia Municipal

--MARIA ORMINDA MARQUES (PSD) - Excelentíssimo senhor presidente, nestes dois pontos, eu pedia a ausência da sala, uma vez que desempenho funções numa das empresas e poderá eventualmente constituir um conflito de interesse. -----

---ANTÓNIO FERREIRA (PS) - No seguimento da parte também Maria Orminda, irei estar ausente da mesa na discussão e na votação deste ponto, invocando a devida imparcialidade e conflito de interesses. E gostaria que constasse em ata. -----

---O SENHOR PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL, JOÃO NASCIMENTO - Obrigado, senhor deputado. Assim será. Os senhores deputados do PSD, Maria Orminda Marques e o senhor deputado do PS, António Ferreira, declaram a escusa na discussão e votação destes pontos. -----

---DÉCIMO QUARTO PONTO - DISCUSSÃO E VOTAÇÃO DA PROPOSTA DA CÂMARA MUNICIPAL DE DECLARAÇÃO DE RELEVANTE INTERESSE PÚBLICO MUNICIPAL REFERENTE À AMPLIAÇÃO E CONSTRUÇÃO DE EDIFÍCIOS DESTINADOS A ARMAZÉM E EXECUÇÃO DE ARRANJOS EXTERIORES, ARRUAMENTO DENTRO DOS TERRENOS DE PROPRIEDADE E A CONSTRUÇÃO DE UM VIADUTO SOBRE CAMINHO PÚBLICO, DA CONTINENTAL MABOR, INDÚSTRIA DE PNEUS, S.A. (CMIP). TUDO NOS TERMOS DA RESPECTIVA PROPOSTA. (GRELHA E)-----

---DÉCIMO QUINTO PONTO - DISCUSSÃO E VOTAÇÃO DA PROPOSTA DA CÂMARA MUNICIPAL DE DECLARAÇÃO DE RELEVANTE INTERESSE PÚBLICO MUNICIPAL REFERENTE À CONSTRUÇÃO DO POLO INDUSTRIAL DO GRUPO ACA – ALBERTO COUTO ALVES, S.A. TUDO NOS TERMOS DA RESPECTIVA PROPOSTA. (GRELHA E)-----

---O SENHOR PRESIDENTE DA CÂMARA MUNICIPAL, MÁRIO PASSOS - Sim, de forma rápida, as propostas são claras, estão aqui dois bons exemplos de grandes

investimentos em Vila Nova de Famalicão. Um, que é numa linha de continuidade que tem sucedido pelo grupo Continental Mabor, com mais este investimento que quer desenvolver.-----

---Como disse e bem, trata-se de ampliação de edifícios existentes para aumentar a capacidade de armazenamento e também uma criação de uma via dedicada para que haja um veículo autónomo no transporte dos pneus entre a produção e o armazém. Obviamente que isto também é uma boa notícia sob o ponto de vista ambiental, já que deixarão de haver camiões na rua de Montoito a fazer esse transporte como atualmente existe. -----

---A outra proposta, prende-se com a instalação do grupo ACA de todas as suas diversas valências num sítio só porque pretendem aumentar a sua eficiência da gestão também. E, portanto, foi escolhido por eles este terreno que precisa de um pequeno incremento na respetiva área por forma a que possa acolher todas estas valências, por forma a que esta grande empresa nacional obviamente possa continuar a prosseguir com o seu desenvolvimento e com um volume de negócios cada vez maior. -----

---**TERESA BORGES (CHEGA)** - O nosso município é essencialmente um município de vocação industrial e a sua riqueza decorre dessa circunstância. No ano passado, a tomada de armazéns e espaços industriais aumentou mais de seis vezes na zona do Porto Oeste e Vila Nova de Famalicão é um dos concelhos cujo forte dinamismo económico e empresarial justifica esta performance crescente. -----

---Vila Nova de Famalicão é um concelho com muita população ativa, hoje é o terceiro maior concelho exportador do país, a segunda maior economia do Minho e o maior exportador do norte. Graças ao seu tecido empresarial, dinâmico e empreendedor, acolhendo várias empresas de referência a nível nacional e internacional, em setores como o têxtil, calçado, automóvel e obras públicas.-----

Assembleia Municipal

---Conta também com vários polos de investigação universitários, incluindo o CITEVE ou o CeNTI e a CESPU, que impulsionam na sua crescente dinâmica, económica e empresarial. -----

---Este dinamismo que Famalicão hoje apresenta, confirma a necessidade de mais um investimento e criação de espaços, escritórios comerciais ou industriais de armazenamento, rotas de escoamento e acessos apropriados. Isto são dados oficiais e irrefutáveis que dão conta da realidade do nosso município. Apesar de algumas contrariedades que temos assistido nos últimos tempos com algumas empresas do nosso concelho, o panorama no seu geral é positivo. -----

---O CHEGA sempre defendeu que uma das funções do executivo camarário era a facilitação dos processos e meios de promover a atividade económica e, conseqüentemente, a riqueza para depois assim se poder haver lugar à distribuição, que é algo que a esquerda em Portugal não entende. Primeiro, é preciso produzir riqueza para depois se poder distribuir. E, portanto, toda e qualquer ação da Câmara no sentido de contribuir para a melhoria do nosso tecido empresarial, tem evidentemente o nosso apoio.

---**MIGUEL FIDALGO (INICIATIVA LIBERAL)** - Estes dois pontos têm protagonistas diferentes. Temos a Continental Mabor e o grupo ACA, mas colocam à assembleia a mesma decisão política de fundo. Se em Famalicão queremos ou não queremos investimento privado sério, estrutural e gerador de emprego. -----

---A Continental Mabor é um dos maiores empregadores e exportadores do nosso concelho. Quando falamos de envolvimento económico, de emprego qualificado e de competitividade industrial, é impossível falar de Famalicão sem falar de Lousado e da Mabor. -----

---O grupo ACA é um dos maiores grupos portugueses na construção e engenharia com presença internacional e ambição de crescer ainda mais nos próximos anos. -----

Assembleia Municipal

---Trazer um polo industrial seu para Lousado é também uma aposta em Famalicão com base industrial. Há um ponto que para a Iniciativa Liberal é essencial ficar claro, estes projetos são de investimento privado, não são dinheiro da Câmara. -----

---Na Mabor falamos de um investimento global na ordem das dezenas de milhões de euros para ampliar e organizar melhor um parque industrial que já existe. E no grupo ACA falamos da instalação do novo polo industrial com criação de emprego direto, indireto e reforço do nosso tecido produtivo. O investimento é privado, o risco também é privado, o retorno é privado. O que nos pedem não é um cheque municipal, é que a assembleia diga se estas operações, em solo classificado como rural, mas enquadradas em áreas industriais existentes ou previstas, têm relevante interesse público municipal nos termos previstos do PDM. -----

---Do ponto de vista Liberal, os critérios são simples. Há investimento sério e criação de valor? Há. São projetos industriais que forcem a base económica do concelho, aumentam a capacidade produtiva e logística e consolidam Famalicão como território industrial competitivo. -----

---São coerentes com a vocação dos locais? São. No caso da Mabor, estamos a consolidar uma zona que já funciona como contínuo industrial. No caso do grupo ACA, parte da área já é de atividades económicas e o restante solo rural não está sujeito às condicionantes mais restritivas, havendo parecer técnico favorável ao enquadramento como empreendimento de interesse público. -----

---E terceira pergunta é: Trazem benefícios líquido para o concelho? Trazem. Mais emprego, mais atividade económica, mais receita fiscal futura, mais massa crítica industrial. -----

---O papel da Câmara aqui não é substituir-se às empresas, nem travar à partida. É garantir duas coisas, que todas as condições ambientais e de segurança são rigorosamente

cumpridas, linhas d'água, risco de incêndio, ruído, qualidade do ar e integração no território. Que as obras em causa não pioram a vida de quem já lá vive e circula. No caso da Mabor, garantindo uma solução funcional e segura para o caminho público afetado pelo viaduto. No caso do grupo ACA, garantindo bons acessos e gestão do tráfego pesado. Por isso, deixo apenas duas perguntas muito concretas ao executivo. No caso da Mabor, que solução está prevista para assegurar que o caminho público sobre o qual passa o viaduto, mantém uma alternativa funcional e segura para moradores e utilizadores? -----

---E no caso do grupo ACA, que medidas de acompanhamento estão pensadas em articulação com os serviços urbanismo e ambiente para garantir que na execução do polo industrial são cumpridas as condicionantes ambientais e feita uma boa gestão do tráfego e acessos? -----

---Feitas estas salvaguardas, a posição da Iniciativa Liberal é clara. Quando o investimento é privado, o risco é privado e pareceres técnicos enquadram estes projetos num mecanismo de interesse público previsto no PDM, o município não deve ser um travão, deve criar condições para que o investimento avance com regras claras e respeito pelo território. Por isso, em coerência com o que defendemos, mais investimento, mais emprego, mais liberdade para criar riqueza, votarei, naturalmente, a favor das duas declarações de relevante interesse público municipal, tanto para a Continental Mabor como para o polo industrial do grupo ACA. -----

---**JORGE COSTA (PS)** - Excelentíssima senhora deputada, desculpe, não sei a sua graça... Teresa Borges. Ainda bem que temos uma direita visionária, que reclama o regresso de pelo menos três Salazares, porque o país em termos de oportunidade estava muito melhor antes digerido desde 74 pela social democracia, ora do PS, ora do PSD. Portanto, contamos consigo.-----

---Como decorre de entrevista a Pedro Carreira, presidente da Continental Mabor, de 4 de outubro de 2024, disponível no site <https://www.compete2030.gov.pt/> este CEO alertou para a lentidão burocrática que compromete alguns projetos. Diz ele, palavras dele: “A morosidade nos processos levou-nos a perder oportunidades e a desistir de outras candidaturas”. Lamenta.-----

---Mesmo assim, a Continental Mabor continua a expandir e a consolidar-se como um dos principais players no setor dos pneus, destacando-se pela inovação e pela capacidade de adaptação aos desafios globais.-----

---Neste aspeto é de particular relevo e distinção esta reformulação dos sistemas de estocagem que a empresa apresenta ao município. Por um lado, a empresa tem seguido uma estratégia clara para crescer no mercado global e irá aumentar significativamente a sua produção a partir de 2027. Embora menos de 1% da produção seja destinada ao mercado português, a Mabor tem apostado em produtos diferenciados, que lhe permitem competir em vários mercados internacionais. Esta solução irá permitir descongestionar o tráfego e a ocupação das vias públicas de Lousado e impedir a sua oneração futura com mais camiões do que iria decorrer do aumento de produção de 2027. -----

---Desde que foi criada, a Continental é um paradigma de conquista de mercado e prémios. Com mais de 2.700 colaboradores, tem no compromisso com o bem-estar dos seus recursos humanos um dos pontos críticos para suportar toda esta trajetória de crescimento.-----

---No percurso até hoje, a empresa de Lousado - concelho de Famalicão - tem demonstrado um crescimento exponencial, passando de uma produção diária de 4.790 pneus em 1990 para 56 mil unidades hoje em dia. A expansão reflete-se não apenas no aumento da capacidade produtiva, mas também na diversificação do portfólio de produtos.-----

Assembleia Municipal



---Esta realidade levou a que a fábrica, que inicialmente ocupava uma área modesta, visse o seu espaço alargado ao longo dos anos, ocupando hoje mais de 314.000 m². A expansão física acompanhada por investimentos contínuos em tecnologia e eficiência, permite uma vanguarda à Continental. -----

---Atente-se que não estamos a falar nada de novo, já que o início da construção deste armazém que agora se vai expandir com a via alternativa, já vem de 2013, com uma 1.^a ampliação em 2015 e uma 2.^a em 2018. -----

---A questão relativamente ao projeto da ACA, ainda que com dimensão naturalmente menor do da Mabor, também nos reconhece crédito na justa medida que a ACA é já uma empresa de relevo no plano nacional e internacional, sendo de destacar, para além do seu simpático e assinalável volume de negócios, a presença assídua em obras de vários países Africanos, Europeus e mesmo no Brasil. Portanto, já tem atividade espalhada por vários continentes. -----

---O PS não irá impedir o reconhecimento do interesse de ambos os projetos empresariais, quer da Continental quer da ACA, porque lhes reconhece manifesta validade empresarial, local e até mesmo social.-----

---Porém, aquilo que se pode dizer das empresas, não se pode dizer da atuação da autarquia no que diz respeito ao ordenamento do território e ao apoio aos empresários. Em vez de um PDM a tempo e horas que equacionasse uma estudada e planeada ocupação do solo, o Município continua a obrigar os empresários a fazerem recurso a esta figura de exceção do interesse municipal. Vale a pena a este propósito relembrar as palavras de Pedro Carreira de que “a lentidão burocrática compromete alguns projetos. A morosidade nos processos levou a Continental a perder oportunidades e a desistir de candidaturas. --

---O mérito empresarial para esta coligação celebra-se com galas, galas, *created in*, mas não se promove uma política séria de ocupação do solo, não se dota o município

atempadamente dos instrumentos jurídicos adequados para promover esse mérito empresarial e depois muitos projetos acabam por não serem levados a cabo. -----

---Infelizmente, há de forma recorrente desvalorização dos grandes projetos empresariais, um desleixo total, um “deixar-andar” incompatível com previsão, planeamento atempado e capaz. Atente-se que o problema não é sequer exclusivo destes dois casos. Veja-se tudo o que está a passar com o concurso internacional quanto ao estádio ainda sem a inerente previsão no PDM. Tudo em cima do joelho. Documentação em cima da hora. Decisão em cima da hora casuística. -----

---Por isso, vamo-nos abster em ambos os casos e esta abstenção é um voto de protesto contra a incompetência desta Câmara nesta matéria de planeamento.-----

---As atuais figuras de planeamento, com um carácter normativo, reativo e regulador estão incapazes de responder a estas novas solicitações e carece o município de um pensamento estratégico de base territorial, que conceba e interprete devidamente o território e equaciona as oportunidades de crescimento de todas as nossas empresas. -----

---O planeamento estratégico traz valores acrescentados para enfrentar estes desafios. E isto não tem acontecido de uma forma prudente e perene na Câmara Municipal de Famalicão.-----

---Ex.mo Sr. Presidente, vou terminar com um pedido dirigido a vossa excelência que formulo em representação dos empresários e dos famalicenses: deixe mais uma vez as festas e festinhas, tire lá o fato de gala do *created in* e ponha-se com área de trabalho a desenvolver e a implementar um inexistente pensamento estratégico para Vila Nova de Famalicão que nos ajude a todos a ter um futuro melhor.-----

---**FÁTIMA AZEVEDO (PSD)** - A proposta apresentada pela Continental Mabor está integrada num investimento previsto de 59 milhões de euros. O aumento da capacidade produtiva desta instalação fabril torna prioritário o respetivo armazenamento das

matérias-primas, assim como o armazenamento de produto acabado. O processo envolve a criação de um layout fabril bem estruturado, que é fundamental para minimizar movimentos desnecessários e custos operacionais, melhorando ainda de forma bastante considerável a qualidade ambiental. -----

---Vamos a factos. A Continental Mabor de Lousado é considerada das mais eficientes a nível mundial entre as 20 que constituem este grupo alemão. A fábrica de Lousado é o quarto maior exportador de Portugal. -----

---A 31 de dezembro do ano transato empregava 2.813 pessoas e este ano foram mais 175 novos postos de trabalho, perfazendo um total de 2.988 colaboradores. A este número acrescentamos ainda mais 1.750 pessoas externas à empresa. -----

---A derrama de 2024 foi de 4.028.977,00€. -----

---O IRC de 70.507.090,00€. -----

---Total investido em 2024 - 97.7 milhões. -----

---A responsabilidade civil não é esquecida. As doações a instituições foram cerca de 100.000 €. Convém ainda de referir que neste valor, não temos o valor, o importante contributo que é dado à Forave, com quem mantém parceria desde 1990. -----

---As exportações de 2024 foram de cerca de 1.3 mil milhões de euros. E este valor em particular, a saber-se, corresponde a 50% do volume total das exportações do concelho famalicense. É indiscutivelmente um dos pilares da economia famalicense. -----

---O grupo ACA, é um dos maiores grupos de construção e engenharia em Portugal. Tem presença internacional, está sediada em Famalicão. A sede em Famalicão mantém uma forte contribuição para o tecido empresarial, sendo uma das empresas de referência do nosso concelho. Registou uma faturação anual de 350 milhões de euros e emprega cerca de 2.200 trabalhadores, contribuindo diretamente para a economia local. -----

Assembleia Municipal

---A faturação e os salários gerados pelo grupo impactam a economia de Famalicão, contribuindo com impostos, taxas, contratação de empresas e serviços locais. Pretende instalar em Lousado uma nova unidade, criando 100 novos postos de trabalho diretos e muitos mais indiretos. O volume de negócios acompanha a expansão. -----

---E é por isso que as propostas destas duas empresas são empreendimentos de relevante interesse público municipal e a obtenção dos requerentes, conforme previsto no disposto no artigo 37º do RPDM.-----

---Foi recorrendo a este artigo que no anterior mandato votamos pedidos tendendo-se a viabilizar, como por exemplo:-----

---A construção da unidade de cuidados de saúde primários de Ruivães/Landim. -----

---A construção de um novo centro escolar, parque lazer e a casa mortuária de Brufe. --

---A construção do pavilhão multiusos Fradelos.-----

---A construção da unidade para autoconsumo da Facol em Pedome. -----

---A ampliação do lar da terceira idade em Cavalões. -----

---A ampliação de um edifício destinado à habitação para serviços com valências culturais em Ribeirão.-----

---E a ampliação da unidade industrial da Hidrofer em Carreira. -----

---Termino dizendo que Famalicão, e como é sabido, é o maior exportador da zona norte, taco a taco com Braga, e é o terceiro a nível nacional. Estamos no top três e queremos lá manter-nos.-----

---Por isso, votaremos favoravelmente a estes dois pedidos de declaração de relevante interesse público municipal. -----

---**JORGE COSTA (PS)** - Senhor presidente da Câmara, como eu disse, o PS não irá fiscalizar, vai abster-se nestas votações em protesto com a inação e a ausência de pensamento estratégico e de planos de ordenamento do território que permitissem aos

empresários agir segundo um grau de previsibilidade e os não os obrigasse, como está aqui a acontecer, a recorrer em regime de exceção. No entanto, há ali uma questão que é esta, que é um problema candente, vai ser um problema crescente para o futuro. -----

---A Mabor, no projeto que nos apresenta aqui a sufrágio, prevê, com a concordância da APA, a impermeabilização e retificação de parte do tratado de Ribeira de Penosos, que como sabemos descarrega no rio de Ferreiros, ou nos Ribeiros de Ferreiros, já é de si um ponto recorrente de cheia. Foram impermeabilizados muitos, muitos metros quadrados em todo o leito do curso do Ribeiro de Ferreiros. -----

---A solução da Mabor, até porque tem o apoio da APA, a APA quando legaliza diz da perspectiva da proposta da solução técnica é correta esta solução, porque senão não o faria. Não é? Nunca permitiria a intervenção na Ribeira de Penosos. Mas a nossa preocupação é mais abaixo, já no Ribeiro de Ferreiros. -----

---Queríamos deixar aqui esta preocupação para todos.-----

---DÉCIMO QUARTO PONTO - DISCUSSÃO E VOTAÇÃO DA PROPOSTA DA CÂMARA MUNICIPAL DE DECLARAÇÃO DE RELEVANTE INTERESSE PÚBLICO MUNICIPAL REFERENTE À AMPLIAÇÃO E CONSTRUÇÃO DE EDIFÍCIOS DESTINADOS A ARMAZÉM E EXECUÇÃO DE ARRANJOS EXTERIORES, ARRUAMENTO DENTRO DOS TERRENOS DE PROPRIEDADE E A CONSTRUÇÃO DE UM VIADUTO SOBRE CAMINHO PÚBLICO, DA CONTINENTAL MABOR, INDÚSTRIA DE PNEUS, S.A. (CMIP). TUDO NOS TERMOS DA RESPETIVA PROPOSTA. -----

---POSTA À VOTAÇÃO A PROPOSTA DA CÂMARA MUNICIPAL DE DECLARAÇÃO DE RELEVANTE INTERESSE PÚBLICO MUNICIPAL REFERENTE À AMPLIAÇÃO E CONSTRUÇÃO DE EDIFÍCIOS DESTINADOS A

ARMAZÉM E EXECUÇÃO DE ARRANJOS EXTERIORES, ARRUAMENTO DENTRO DOS TERRENOS DE PROPRIEDADE E A CONSTRUÇÃO DE UM VIADUTO SOBRE CAMINHO PÚBLICO, DA CONTINENTAL MABOR, INDÚSTRIA DE PNEUS, S.A. (CMIP). TUDO NOS TERMOS DA RESPETIVA PROPOSTA, FOI A MESMA APROVADA POR MAIORIA, COM OS VOTOS FAVORÁVEIS DO PSD, DO CDS, DO CHEGA, DA INICIATIVA LIBERAL E DOS SENHORES PRESIDENTES DA JUNTA INDEPENDENTES E A ABSTENÇÃO DO PS E DA CDU.-----

---DÉCIMO QUINTO PONTO - DISCUSSÃO E VOTAÇÃO DA PROPOSTA DA CÂMARA MUNICIPAL DE DECLARAÇÃO DE RELEVANTE INTERESSE PÚBLICO MUNICIPAL REFERENTE À CONSTRUÇÃO DO POLO INDUSTRIAL DO GRUPO ACA – ALBERTO COUTO ALVES, S.A. TUDO NOS TERMOS DA RESPETIVA PROPOSTA.-----

---POSTA À VOTAÇÃO A PROPOSTA DA CÂMARA MUNICIPAL DE DECLARAÇÃO DE RELEVANTE INTERESSE PÚBLICO MUNICIPAL REFERENTE À CONSTRUÇÃO DO POLO INDUSTRIAL DO GRUPO ACA – ALBERTO COUTO ALVES, S.A. TUDO NOS TERMOS DA RESPETIVA PROPOSTA, FOI A MESMA APROVADA POR MAIORIA, COM OS VOTOS FAVORÁVEIS DO PSD, DO CDS, DO CHEGA, DA INICIATIVA LIBERAL E DOS SENHORES PRESIDENTES DA JUNTA INDEPENDENTES E A ABSTENÇÃO DO PS E DA CDU.-----

Assembleia Municipal

---APRESENTARAM-SE, DE NOVO, À REUNIÃO DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL A SENHORA DEPUTADA MARIA ORMINDA MARQUES E O SENHOR DEPUTADO ANTÓNIO FERREIRA.-----

---DÉCIMO SEXTO PONTO - DISCUSSÃO E VOTAÇÃO DA PROPOSTA DA CÂMARA MUNICIPAL SOBRE AS ALTERAÇÕES AO REGULAMENTO DA REDE DE AUDITÓRIOS E ESPAÇOS CULTURAIS – FIM DO PERÍODO DA CONSULTA PÚBLICA. TUDO NOS TERMOS DA RESPETIVA PROPOSTA. (GRELHA E)-----

---O SENHOR PRESIDENTE DA CÂMARA MUNICIPAL, MÁRIO PASSOS – Prescindo.-----

---POSTA À VOTAÇÃO A PROPOSTA DA CÂMARA MUNICIPAL SOBRE AS ALTERAÇÕES AO REGULAMENTO DA REDE DE AUDITÓRIOS E ESPAÇOS CULTURAIS – FIM DO PERÍODO DA CONSULTA PÚBLICA. TUDO NOS TERMOS DA RESPETIVA PROPOSTA, FOI A MESMA APROVADA POR UNANIMIDADE.-----

---DÉCIMO SÉTIMO PONTO - DISCUSSÃO E ANÁLISE DO RELATÓRIO SEMESTRAL DE AUDITORIA – MUNICÍPIO DE VILA NOVA DE FAMALICÃO. (GRELHA E)-----

---O SENHOR PRESIDENTE DA CÂMARA MUNICIPAL, MÁRIO PASSOS – Prescindo.-----

---PAULO PINTO (PS) - Obrigado, senhor presidente, também irei ser rápido, aliás, o tempo também não é muito. No entanto, estamos aqui perante um relatório que, no fundo,

é um mini relatório de contas e obriga a algumas considerações, porque o que perspetiva nesse relatório, significa que o relatório de contas final, que nos será apresentado em meados do próximo ano, não será muito famoso. -----

---Provavelmente não surpreenderá muita gente, mas tem algumas... carece de algumas explicações certamente. -----

---Indo só a algumas pontas soltas. O que é que diz o relatório? Entre vários, muita informação tem lá, diz que a despesa paga no primeiro semestre aumentou cerca de 29%, referente ao mesmo período homólogo do ano passado, sendo que esta já representava 14% referente a 2023. Portanto, temos aqui um aumento significativo da despesa paga. Uma parte dessa despesa vem da parte capital, fruto do investimento, sabemos, mas outra parte vem do aumento da despesa corrente, que aumentou quase 14%. -----

---Certamente iremos ter a oportunidade, senhor presidente da Câmara não irá, aliás, como é seu apanágio explicar-nos aqui devidamente, mas iremos ter no futuro a oportunidade que ele nos possa explicar isso.-----

---Também dizer, e é importante, que as despesas de capital, os vulgos investimentos, têm uma execução à data de 14%, o que não augura nada de muito bom para a execução no final do ano. Esperemos que isso nos venha a corresponder a concretizar no final do ano, porque é mau para o concelho e para os famalicenses. -----

---Relativamente à receita cobrada aumentou quase 24% também. Sempre nas duas casas decimais, portanto, aí esta Câmara está no bom caminho nesse sentido, dependendo da perspetiva. E convém realçar que de acordo com a lei, a despesa corrente tem de ser suportada pela receita corrente. Realmente isso acontece em Famalicão, mas o que se sobressai é que a receita corrente é superior em cerca de 12 milhões de euros, 25% da despesa corrente. O que mais uma vez demonstra aquilo que nós já falamos nos pontos

anteriores, que existe margem para reduzir os impostos que os famalicenses e as empresas pagam. Se houvesse dúvidas para alguém, os números são como algodão, não enganam.

---Relativamente à dívida de operações, total de operações, aumentou durante o primeiro semestre de 2025, cerca de 13% face ao final de 2024. -----

---Porquê?-----

---Certamente a Câmara poderá explicar. -----

---Também nesse capítulo, as dívidas a fornecedores também aumentaram 71%. Certamente que estes dois fatores terão a ver com o fruto, terão sido fruto do período de campanha eleitoral. -----

---Também outro aspeto que eu já referi na questão dos impostos quando falamos, foi que o saldo da conta de gerência de 2024 foi de 48 milhões de euros, que deveria ser explicado por esta câmara, visto que numa leitura simplista, e eu vou ser sincero, vou fazer uma leitura simplista até populista, se quisermos falar, podemos perguntar se a receita em 2024 foi excessiva ou se não houve capacidade deste executivo em investir o investimento que os famalicenses e as empresas fizeram em Famalicão. -----

---Senhor presidente, sendo esta uma fotografia instantânea e a meio do ano, apresenta alguns dados preocupantes que esperemos que nos possa esclarecer. Certamente não será agora, mas no relatório oportunamente. -----

---**MIGUEL FIDALGO (INICIATIVA LIBERAL)** - Este relatório semestral de auditoria é no fundo uma fotografia de meio ano à pergunta essencial. O que é que o executivo anda a fazer com o dinheiro das pessoas de Famalicão? -----

---Começo pelo que é positivo e é justo reconhecer. No primeiro semestre de 2025 a despesa paga ronda os 64.5 milhões de euros, mais cerca de 14.6 milhões do que no período homólogo. Um aumento na ordem de 29%. Destes, aproximadamente 47.8 milhões são de despesa corrente e 16.7 milhões despesa de capital. Do lado da receita, o

Assembleia Municipal

município cobra perto de 117.9 milhões de euros contra 95 milhões um ano antes. Um crescimento de cerca de 23%. -----

---O revisor assinala ainda que os fundos disponíveis se mantêm positivos sem violação à lei dos compromissos. O prazo médio de pagamento a fornecedores está nos 10 dias, abaixo dos 13 dias de dezembro e muito abaixo dos 90 dias legais, e a dívida bancária de médio e longo prazo até recua ligeiramente cerca de 23 para 22 milhões de euros. Ou seja, do ponto de vista formal, Famalicão tem contas sólidas, paga a tempo e horas e não anda a consumir compromissos sem cobertura. Isso é bom e deve ser reconhecido. Mas não chega a olhar para a fotografia, é preciso ver o filme. E vou ser breve, não vou entrar muito nos números. -----

---Primeiro - a despesa está a disparar e não apenas por causa do investimento. -----

---Segundo - estamos a viver com saldos de gerência gigantes. -----

---Terceiro - há um sinal misto na relação com os fornecedores. -----

---Com estes dados em cima da mesa, deixo apenas três questões muito concretas ao executivo:-----

---Como justificam o crescimento tão acentuado da despesa corrente e do número de trabalhadores?-----

---Tendo em conta a dimensão do saldo de gerência e robustez da conta, admite o executivo aproveitar esta folga para aliviar a carga fiscal municipal nos próximos orçamentos em vez de continuar a acumular excedentes? -----

---E que leitura faz o executivo da subida da dívida a fornecedores neste semestre e que garantia pode dar à assembleia de que este valor não vai explodir na segunda metade do ano? -----

---Termino assim, o relatório diz-nos que a casa por dentro está arrumada, não há incumprimento legal, há liquidez e há disciplina de pagamentos, mas o que os

famalicenses querem saber é outra coisa. Se esta robustez financeira se traduz em serviços melhores, menos impostos e mais qualidade de vida. É isso que em nome da Iniciativa Liberal vamos continuar a escrutinar, não apenas se os números batem certo, mas se estão verdadeiramente ao serviço de quem vive, trabalha e investe em Vila Nova de Famalicão.

---**JORGE PAULO OLIVEIRA (PSD)** - Apenas quatro notas para demonstrar o quanto somos uma câmara de contas certas. Somos uma câmara de contas certas. Quatro exemplos. Falemos do endividamento quanto ao limite da dívida total do município, determinado nos termos xptto, mantém-se à data de um semestre 2025, uma... eu agora vou ler: "...uma margem absoluta de endividamento bastante confortável. Uma margem absoluta de endividamento bastante confortável, correspondendo esta a 40% da margem absoluta que era possível utilizar". -----

---O que é que nos diz este relatório relativamente aos prazos médios de pagamento, era de que no que respeito ao prazo médio de pagamento, apurado, obviamente, de acordo com a fórmula utilizada pelo DGAL, foi de 13 dias à data de 31 de dezembro de 2024, tendo passado, reparem bem, tendo passado para 10 dias à data de 30 de junho de 2025.

---Não só estamos a pagar em pouco tempo, como estamos a pagar, tendo em conta aqui que o prazo máximo de pagamento que são 90 dias, reparem, nós estamos a pagar em 10 dias. Em 10 dias!! E esta circunstância não é fácil com câmaras desta dimensão. É porque é fácil ou pode ser mais fácil pagarem em 10 ou em 15 ou até em menos tempo, em câmaras de menor dimensão. Mas em câmaras com a dimensão de Vila Nova de Famalicão não é. Não encontram assim tantos exemplos de câmaras que paguem em tão pouco tempo. -----

---E depois, para concluir, o relatório também não deixa muitas dúvidas quando diz que foram cumpridas todas as obrigações fiscais durante o primeiro semestre de 2025, incluindo também as obrigações perante a Segurança Social e a Caixa Geral de

Aposentações e que as conciliações bancárias foram devidamente efetuadas e não possuem itens significativos sequer em aberto. E, portanto, de facto, isto é uma câmara de contas certas. -----

---Já agora, permita-me, senhor deputado Miguel Fidalgo, lembrar-lhe aqui a questão, porque é uma questão importante aquela que colocou, e eu aproveito para também se tocar nesse assunto, tem a ver com a questão do pessoal. Nós de facto temos um acréscimo muito significativo na rubrica pessoal. -----

---Mas eu quero recordar que, fruto da descentralização de competências, obviamente que foi acompanhada pelo pacote financeiro, não é isso que estamos a falar, mas na transferência de competências, só na área, só repare bem, só na área da educação, nós acolhemos 655 trabalhadores. Não sei, mas esse dinheiro, já eu estou a dizer, o dinheiro é compartilhado, ou seja, a esta transferência, a esta descentralização de competências é acompanhada do pacote financeiro. -----

---Mas a verdade é que no final, nós vamos olhar para a rubrica pessoal e vamos ver um aumento muito significativo. É como eu digo, só na área da educação foram 655. E eu não estou aqui a contabilizar as mais de cinco dezenas de outros técnicos que nós quisemos acrescentar. Nem estou a contabilizar também um reforço muito significativo noutras áreas, nomeadamente nas AEC's. E não estou a falar tampouco do acréscimo também de número de funcionários, embora em número não tão significativo na área da saúde, mas ainda assim foram na casa das três dezenas. -----

---**O SENHOR PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL, JOÃO NASCIMENTO** - Ora, o ponto em discussão não tem votação e está, portanto, encerrado, e assim chegamos ao último ponto.-----

---Antes de terminar, eu queria só agradecer a compreensão e a colaboração de todos os seus deputados, o esforço que fizeram para ajudar a mesa a levar esta reunião até ao fim.

Assembleia Municipal

---Uma vez que não nos veremos, em princípio, antes do Natal, e como é habitual nestas circunstâncias, a Mesa está disposta a conceder a palavra aos seus deputados, se pretenderem formular os habituais votos de boas festas. E se assim for, vamos pela ordem que fomos na mensagem inicial de apresentação na sessão ordinária do dia de ontem. E, portanto, se pretender a CDU, poderá usar da palavra. Não? Muito bem. Depois da CDU a Iniciativa Liberal pode usar da palavra para formular votos de boas festas se pretender. Também prescinde. Algum senhor deputado pretende usar da palavra? -----

---**JORGE PAULO OLIVEIRA (PSD)** – É desconfortável, não é?-----

---**O SENHOR PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL, JOÃO NASCIMENTO** - Senhor deputado, eu não vou obrigar ninguém, naturalmente, a desejar e a formular boas festas. Se alguém pretender usar da palavra, a Mesa está disposta a isso. Se ninguém pretender, vamos embora almoçar mais cedo.-----

---**JORGE PAULO OLIVEIRA (PSD)** - Ó senhor presidente, eu espero, eu espero bem que seja mesmo a última vez que fale nesta assembleia municipal este ano, obviamente, mas basicamente sim. Estas épocas são... é importante, é importante nós vivermos este espírito natalício de final do ano. Eu acho que é sempre interessante, é sempre importante e também é importante que saíamos daqui num final desta primeira sessão, desta sessão ordinária da Assembleia Municipal, onde o debate foi bastante acalorado, também saímos aqui de uma forma diferente com um outro espírito de união naquilo que é a nossa condição de famalicenses. Na verdade, somos todos famalicenses, queremos o melhor para o nosso município.-----

---Mas eu queria deixar uma segunda palavra, também para que, e esta muito sentida. Eu espero que cada um de vós tenha, não tenha muitos presentes. A sério, não espero que tenham muitos presentes, mas eu espero que tenham um natal com muitas presenças. Com muitas presenças.-----

---**JORGE COSTA (PS)** - Caríssimos, ainda antes da tradição católica que eu professo, esta festa era, no tempo dos romanos, a festa da família, do *pater de familias*, a grande festa de reunião anual da família. São essa evocação que eu aqui faço para que dentro desta casa nos habituemos todos a ser uma família, cada um com as suas divergências, cada um com as suas diferenças ideológicas, que Deus Menino a todos inspire.-----

---E agora voltando ao catolicismo, incluso o CHEGA a disputarmos com galhardia e vontade e determinação todas as nossas diferentes ideias, mas que nunca percamos de vista a necessidade do respeito recíproco como a única forma de garantir a democracia plena.-----

---Bom, relativamente ao concelho. Eu aqui, nos votos de Natal, queria falar do desabafo do Ribeiro e Castro, que disse: “Não fui eu que votei nesta AD”. E para que é que eu fiz isto nos votos de Natal? Porque de facto há situações de pobreza extrema crescente, dificuldades das famílias ao nível da habitação, da alimentação, da mobilidade. E, portanto, as câmaras e as juntas de freguesia podem e devem fazer muito por esta realidade. E aqui sim, que o Deus menino guie o nosso presidente Mário Passos e a sua *entourage* de vereadores, mormente para ter mais respeito pelas propostas do PS apresentadas na Câmara, que não têm visado senão o bem comum de todos. Bom Natal a todos.-----

---**CAMILO PINHEIRO (CHEGA)** - Só queria reforçar as palavras do deputado Jorge Costa e dizer um santo e feliz Natal para todos e relembrar-nos porque é que celebramos o Natal. E acima de tudo, Deus, pátria e família.-----

---**RICARDO MENDES (CDS)** - Apenas para sem... sem querer polemizar, desejar um Santo Natal a todos, com o espírito solidário desta época não seja exclusivo desta época. Nós temos noção de que nestas épocas festivas o espírito solidário das pessoas fica mais visível, no entanto, que sobretudo todos nós tenhamos a capacidade não só aqui dentro,

Assembleia Municipal

mas sobretudo lá fora, de olhar para o lado e combater não só as dificuldades económicas e as dificuldades de muitos famalicenses que infelizmente ainda vivem, mas sobretudo combater uma coisa que se chama nos dias de hoje e que é, na minha perspetiva, uma das piores maleitas da sociedade, que é a solidão. Se pudermos dar a mão a alguém que se sente só neste Natal, acho que é o principal motivo e a principal motivação de todos nós é dar a mão a um terceiro que se sente só. -----

---O SENHOR PRESIDENTE DA CÂMARA MUNICIPAL, MÁRIO PASSOS -

Sim, todos estão a fazê-lo, obviamente que eu vou ter a oportunidade de me dirigir aos famalicenses de forma indireta, mas também de forma direta, porque participamos em centenas de jantares de Natal e iniciativas de Natal e por isso temos este privilégio de poder desejar bom Natal a muitos milhares de famalicenses na primeira pessoa, o que é sempre bom. -----

---Mas por um lado, aproveitando o que aqui foi dito também pelo deputado Jorge Costa, também agradecer a Deus pelo facto de me ter dado muita energia para que eu e a minha equipa e muitos outros por via dela pudéssemos estar a construir um Famalicão cada vez mais virado para o futuro, com mais bem-estar, mais qualidade de vida e sobretudo um território que traz cada vez mais felicidade para todas e para todos. -----

---É isso que eu peço também neste Natal, para que continue com esta energia, porque fizemos tanto nos últimos quatro anos, portanto, ainda podemos acrescentar muito mais e estou certo que vai suceder a bem de Famalicão e dos famalicenses e por isso ficaram também muito satisfeitos e deram o voto inequívoco na coligação. -----

---No mais, obviamente aqui, nomeadamente aos presentes, desejar-vos um santo e feliz Natal a vocês e como é óbvio também, porque o Natal representa muito isso, também para vocês e para as vossas famílias. -----

Assembleia Municipal

---O SENHOR PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL, JOÃO NASCIMENTO - Aproveito também a ocasião para me dirigir a todos vocês, comungar naturalmente das mensagens que aqui foram proferidas, sobretudo de dedicação e atenção às pessoas mais desfavorecidas e também às bonitas mensagens que também comungo de apreço pela presença das famílias e daqueles que nos são mais próximos neste Natal. Que nos lembremos, sobretudo, nesta quadra do seu verdadeiro significado. -----

---Muito obrigado a todos, um feliz Natal. -----

---APROVADAS EM MINUTA DE ATA AS DELIBERAÇÕES TOMADAS.-----

-----DEPOIS DA ORDEM DO DIA -----

---Não houve intervenção do público.-----

---E nada mais havendo a tratar, foi dada a reunião como encerrada às treze horas e trinta minutos.-----

-----O PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL -----

----- A 1.ª SECRETÁRIA -----

---Fazem parte integrante desta ata os seguintes documentos: -----

---Registo de presenças; -----

---Documentos referentes aos pontos três, quatro, cinco, seis, sete, oito, nove, dez, onze, doze, treze, catorze, quinze, dezasseis e dezassete -----

---Minutas de ata referentes aos pontos três, quatro, cinco, seis, sete, oito, nove, dez, onze, doze, treze, catorze, quinze e dezasseis. -----